DOS BÊBADOS, DAS PUTAS E DOS QUE MORREM DE AMOR

Os marginais do embelezamento e
dos melhoramentos urbanos (1905-1938)

Maíra Cunha Rosin
São Paulo, 2021

DOS BÊBADOS, DAS PUTAS E DOS QUE MORREM DE AMOR

Os marginais do embelezamento e
dos melhoramentos urbanos (1905-1938)

Maíra Cunha Rosin

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração:
História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

Orientadora:
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL
SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 25 de junho de 2021

São Paulo, 2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: mairosin@gmail.com

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Rosin, Maíra Cunha

Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor: os marginais do embelezamento e dos melhoramentos urbanos (1905-1938) / Maíra Cunha Rosin; orientadora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. - São Paulo, 2021. 256.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. História Urbana. 2. São Paulo. 3. Prostituição. 4. Crime. I. Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira, orient. II. Título.

Folha de Aprovação

Maíra Cunha Rosin

Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor:
Os marginais do embelezamento e dos melhoramentos urbanos (1905-1938)

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a)

Assinatura

Prof(a). Dr(a)

Assinatura

Prof(a). Dr(a)

Assinatura

Prof(a). Dr(a)

Assinatura

Para minha avó Maria, a maior mulher que conheço.
Para a Bel, que foi embora e me deixou o mundo.
Para todos bêbados, prostitutas e mulheres que ousaram viver do amor nessa cidade.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que, através do financiamento ao processo n. 2016/25441-8, tornou esta tese possível.

Apresentação e Agradecimentos

Essa tese é resultado de muitos caminhos percorridos ao longo da minha formação. O interesse pelos temas mais escusos e sombrios vem desde os primeiros contatos com a pesquisa acadêmica, ainda na graduação, na PUC-SP.

O que se seguiu foi uma imersão nos processos-crime do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde passei um longo tempo ao lado das Profas. Dras. Lucília Siqueira e Maria Odila Leite da Silva Dias, esta última minha orientadora no mestrado.

Os processos me levaram para o mestrado em História Social na FFLCH-USP, e os resultados desses trabalhos já estavam intimamente conectados com as novas perspectivas das Humanidades Digitais, com as quais tive contato nos cinco anos em que trabalhei no laboratório do Grupo Hímaco (também com bolsa FAPESP), aprendendo e desenvolvendo processos de geotecnologias aplicadas aos estudos históricos, sob coordenação do Prof. Dr. Luis Ferla, que já havia sido meu orientador de Iniciação Científica.

Após a conclusão desses trabalhos, percebi que havia algo além naqueles crimes. Eles não eram só memórias da polícia, mas sim resultados da vivência de diversas pessoas das quais pesquisas em história urbana pouco falavam. Apesar de se tratar de um estudo histórico, as novas perspectivas que eu pensava para minha pesquisa seriam mais bem comportadas em um espaço onde a cidade fosse a protagonista. Por isso, a escolha pela FAU-USP, única faculdade de arquitetura no Brasil com uma área de pesquisa inteiramente voltada para a História da Urbanização e do Urbanismo.

Nos quatro anos em que estive na FAU, pude contar com o financiamento da FAPESP para o desenvolvimento da tese, o que me permitiu não só sobreviver e me dedicar integralmente à pesquisa, como possibilitou minha ida a diversos congressos no exterior, fazendo com que eu tivesse contato com outros tantos investigadores da área e, assim, me permitindo olhar para o meu objeto de trabalho a partir de um outro ângulo. Ajudaram a compor essa nova perspectiva também outras experiências da minha trajetória e diversas palestras que tive o privilégio de assistir quando morei na Itália, e que tratavam da relação da micro-história com objetos de estudo como o meu.

Tudo isso fez com que – apesar da destruição do acervo da Polícia de Costumes – eu tivesse a possibilidade de remontar pelo menos parte desse quebra-cabeça, trazendo mais para perto os marginais que se apresentarão nas páginas a seguir.

Vale a menção de que essa tese foi finalizada durante a pandemia de Covid-19, razão pela qual não pude frequentar arquivos, nem participar de outros eventos no último ano da pesquisa. No entanto, lancei mão de outras fontes contidas em diversas hemerotecas digitais, como a da Biblioteca Nacional, fazendo então outros cruzamentos de fontes que não haviam sido pensados inicialmente.

Portanto, só me resta agradecer aos que, de algum modo, puderam tornar essa pesquisa possível e minha vida mais leve.

À minha orientadora, Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, o melhor encontro que eu poderia ter tido nesse percurso, por toda a delicadeza com que tratou este tema e por ir além em todas as sugestões propostas. Bia, tudo isso seria impossível sem que você estivesse ao meu lado.

Às professoras Cristina Campos e Karla Bessa, fundamentais com todos os conselhos, apontamentos e indicações dentro e fora da banca de qualificação dessa tese.

A todos os funcionários dos arquivos e bibliotecas que frequentei, em especial a Vera e Tomico, do Arquivo Histórico Municipal; Regina, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; e a Tarsio e Janaina, do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Àqueles professores que, sem eles, eu não seria nada: Lucília Siqueira, que me ensinou a fazer pesquisa em arquivos e certamente é a grande responsável por toda a minha formação como pesquisadora, me ensinando a ler e a perguntar tanto para as fontes; Luis Ferla, meu orientador do passado e de toda uma vida, com quem aprendi a trabalhar como historiadora e a fazer mapas, que me acompanhou por tantos anos e por tantas histórias; e a Fabio Alexandre dos Santos e Janes Jorge, que me ensinaram tanto, nesses anos de caminhada pela História.

A Maria Odila Leite da Silva Dias, minha orientadora no mestrado, a quem devo grande parte do que se desenvolveu neste trabalho.

A Fernando Atique, pela amizade e por todos os ensinamentos e histórias que tive o privilégio de ouvir e que, apesar de nunca ter sido meu professor, me ensinou tanto, contribuindo de forma ímpar com esta tese, ao compartilhar descobertas e apontar caminhos possíveis.

Ao Grupo Hímaco, onde trabalhei por tantos anos, por disponibilizar tantos mapas georreferenciados, para que eu pudesse trabalhar, e por me fazer acreditar e ter certeza de que todo o conhecimento é público e tem de ser compartilhado.

A Paula Janovitch, querida pesquisadora dos caminhos tortuosos da prostituição, por todas as conversas, lições e por gentilmente compartilhar seu acervo para que algumas personagens ganhassem rosto.

A Ivan Alves, que me ensinou a fazer mapas bonitos e com quem pude contar para alguns dos vetores dessa tese; e a Maria João Fraga, que conseguiu traduzir em imagens todas as minhas palavras.

À minha amiga Sheila Schneck, olhos e ouvidos atentos desde o começo desta caminhada, leitora e parceira nesta vida de aventuras e de pesquisas.

Aos meus colegas e amigos historiadores que enchem meu coração de carinho todos os dias e que, por estarmos juntos, sei que nunca estive só: Diogenes Sousa, com quem compartilhei os sucessos e tragédias desse percurso; Renata Geraissati, amiga improvável e parceira de tantos dias de angústia; e Thássia Moro, que se recusou a ser historiadora, mas, sem saber, é uma das melhores. A caminhada ao lado de vocês fez tudo mais leve e seguro. Amo vocês.

A Philippe Arthur dos Reis, melhor parceiro do mundo de caminhadas, conversas, lanches e artigos. Amigo querido, historiador minucioso e, sem dúvida, um grande colo em todos os momentos. Phil, você me inspira.

A André Bandim, meu floquinho de poeira, pela revisão das minhas palavras, companhia em arquivos e cervejas para aliviar os dias cansados. Seu interesse pelas minhas histórias fez parecer que tudo era fácil.

A André Santos, com quem compartilhei fontes e longos dias de pesquisa nos arquivos de São Paulo.

A Marcos Rosa, pontual comentador e apreciador das minhas conquistas, e grande parceiro deste viver.

A Caio, o melhor amigo do mundo, do meu lado do primeiro ao último dia dessa jornada; e a Yasmine e tia Vivi, por tudo, por sempre.

À amiga para quem nenhuma palavra de agradecimento será suficiente para expressar minha gratidão, Rafaela Netto, fotógrafa exímia, amiga leal e companheira de tantas tardes de leitura dos processos que aqui estão.

A Maiti, que passou dias ao meu lado me ensinando habilidades que não tenho, para que todos os mapas aqui ficassem bonitos.

A Élvio Cotrim, que compartilhou esse caminho comigo, me dando abrigo para escrever parte dessa tese com vista para o mar do Leblon e sendo perspicaz a cada leitura que fez de partes picadas do meu texto, quando eu não sabia mais para onde ir.

A Renato Saladino, que partiu deste mundo, mas deixou sua marca de afeto e ajuda no começo desse processo e para sempre no meu coração.

A Ligia e Bea Ulian, conforto de congressos no exterior e as melhores tradutoras que eu podia ter.

Aos meus amigos, porto seguro de todos os momentos, angústias e incertezas, Regina Maria, Lorenzo, Otávio, Carol, José Alberto, Luis Arruda, Marcela, Mariana e Maricota, que entenderam todas as minhas ausências.

A todas as mundanas, donas e donos de botequim e rapazes engomadinhos que me acompanharam por essa tese, me ajudando a fazer de suas histórias as minhas histórias e, em especial, a Nenê Romano, que me mostrou caminhos por onde nunca imaginei passar.

Às minhas tias Angélica e Regina Rosin, que sempre acreditaram em mim, duas das mulheres mais fortes e incríveis que conheço e que sei que acabo sendo um pouquinho como elas.

Ao meu avô do coração, Oswaldo Rosin, que me faz falta todos os dias, mas que sei que – de algum lugar que nem ele acredita – está andando comigo.

Aos meus pais, Carlos e Maru, e ao meu irmão Lucas, que nunca soltaram da minha mão nessa vida, eu amo vocês com todo o meu coração. Sem vocês, eu não seria nada.

A puta morreu.
Dois soldados e quatro velas ficaram de plantão a noite inteira.
Algumas mulheres torraram o serviço, fôram espiar
- para quem ficarão os vestidos dela?
Um deputado mandou um buquê de rosas.
Não vêm oração fúnebre no jornal.
Os filhos da puta não souberam.

A morte da puta, Murilo Mendes (1930)

O bar
Onde tantos iguais se reúnem e contando mentiras
Pra poder suportar

O Rancho da Goiabada, João Bosco e Aldir Blanc (1978)

(...) Alturas da Avenida. Bonde 3.
Asfaltos. Vastos, altos repuxos de poeira
Sob o arlequinal do céu ouro-rosa-verde...
As sujidades implexas do urbanismo.
Filets de manuelino. Calvícies de Pensilvânia.

O Domador, Mário de Andrade (c. 1930)

ROSIN, Maíra Cunha. Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor: os marginais do embelezamento e dos melhoramentos urbanos (1905-1938). 2021. 254p Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Resumo

No início do século XX, a cidade de São Paulo passou por diversas obras de embelezamento e de melhoramentos urbanos a fim de se adequar à modernidade que o período exigia e, assim, passar de “Cidade do Café” para a grande cidade urbanizada e saneada. Nesse contexto, diversas pessoas que viviam a e na cidade acabaram invisibilizadas e marginalizadas pelas diversas reformas e outros processos de exclusão que eram impostos, sobretudo, ao centro da cidade. E embora as diretrizes do poder público apontassem para a expulsão desses indesejados do centro da cidade para zonas mais periféricas, muitos deles resistiram e permaneceram, seguindo com suas vivências à revelia das políticas públicas. É nesse contexto que bêbados, donas de botequim, prostitutas e mulheres vítimas de feminicídio aparecem, buscando manter suas existências ativas na cidade. Buscamos, através dos estudos de urbanização e de história urbana, mostrar como essas pessoas viveram e resistiram às diversas formas de controle impostas pela cidade contra elas. Portanto, esta tese investiga a forma como os ditos excluídos da História permaneceram na região a qual o poder público buscou reformar e sanear. Para tanto, elegemos o período compreendido entre 1905, data da demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, até 1938, data da publicação do Relatório sobre os Divertimentos Públicos, do Departamento de Cultura da Capital.

Palavras-chave:

São Paulo; História Urbana; Modernidade; Prostituição.

ROSIN, Máira Cunha. The drunks, the whores, and those who died of love: the outcasts of embellishment and urban improvements. 2021. 254p Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Abstract

At the beginning of the XX century, the city of São Paulo passed through several embellishment projects and urban improvements in an attempt to adapt to the demanded modernity of the time: thus, moving from being known as coffee's metropolis to a big urbanized and sanitized city. In this context, several people who lived in and at the city ended up becoming marginalized and invisible due to exclusion policies, that were mainly being enforced downtown. Although the public authorities aimed for the expulsion of these unwanted people from downtown to the suburbs, many of them resisted and proceeded with their lives despite public policies. It is within this context that drunks, bar owners, prostitutes, and women victims of femicide appear, searching to maintain active their existence in their city. We seek, through urbanization studies and urban history, to illustrate how these people lived and resisted various forms of control imposed by the city against them. Therefore, this thesis investigates how those excluded from history remained in the region that public authorities sought to reform and sanitize. To that end, we appoint the time known between 1905, demolition date of "Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos", up to 1938, publication date of "Relatório sobre os Divertimentos Públicos", of the Capital Culture Department.

Key words:

São Paulo; Urban History; Urban improvements; Prostitution.

Sumário

27	Introdução		
55	Capítulo I Dos bêbados: a presença e a frequência dos botequins, jogos e atividades de divertimentos públicos no centro da cidade de São Paulo	Capítulo III Dos que morrem de amor: cenas de sangue, ciúmes, crimes e entraves passionais	187
67	As donas da cidade: mulheres proprietárias de bares	Guiomar	195
76	A cidade vista do alto	Ana, Josephina, Francisca e Maria	203
88	Batalha em fundo de caçapa: os bilhares, jogo do bicho e outros bares pela cidade	Nenê	209
		Morrer na cidade	225
99	Capítulo II Das putas: meretrizes, mariposas, pensionistas, avulsas, primas, quengas, mulheres de vida alegre, raparigas, rampeiras, cortesãs, messalinas, mundanas, rameiras, horizontais, marafonas, perdidas...prostitutas e lupanares na cidade	Conclusão	229
111	A lei tem ouvidos pra te delatar	Bibliografia	237
124	A terceira margem do rio	Anexos	
124	A luz do cabaré não se apagou: o “Alto Meretrício”	Lista de Acervos consultados	251
139	Flores murchas de crepom: o “Baixo Meretrício”	Lista de Fontes	252
151	Eu cruzei um oceano, com a esperança de casar		
160	Nem todas eram “polacas”		
167	Outras mulheres		
169	As sujidades implexas do urbanismo		

INTRODUÇÃO

Oh! Sim, as ruas têm alma!

Há ruas honestas, ruas ambíguas,
ruas sinistras, ruas nobres, delicadas,
trágicas, **depravadas**, puras, infames,
ruas sem história, ruas tão velhas que
bastam para contar a evolução de uma
cidade inteira (...)

João do Rio, 1908

Esta história é sobre mulheres. É sobre a cidade. É sobre a forma como a cidade invisibilizou e apagou de suas memórias a história de tantas mulheres e homens. É sobre imagens e memórias roubadas não só do cotidiano, mas também dos espaços físicos e públicos que tais “Excluídos da História” ousaram um dia ocupar. De como o gênero, a cor e o estrato social foram vítimas de apagamentos e de tantas outras violências em vida e até mesmo após a morte.

O ocultamento das violências, sobretudo contra as mulheres, fez com que chegássemos até hoje com a possibilidade de contar as mesmas histórias sobre mulheres do presente, de forma que, ao ler uma notícia de jornal de 2021 sobre um feminicídio, não surpreende que ele se pareça tanto com os casos do período aqui abordado.

Um rosto cortado, seviciado, como parte dos mesmos cortes que a cidade sofreu ao longo dos anos de reformas de “melhoramentos” e “embelezamentos urbanos”, também faz parte da lógica de apagamento da memória. São cicatrizes que não querem ser mostradas, como lugares cuja lembrança é sempre projetada no novo, no moderno, no bonito. Estigmas que permanecem ainda nas abordagens da historiografia e em sua opção pelos grandes homens do poder e não pelo mundano, pelo escuso e por aqueles que não queremos ver.

A São Paulo do progresso também é a São Paulo da exclusão. O início do século XX trouxe para a capital paulista uma série de reformas que a conduziria à modernidade, mas os mesmos processos que a transformaram em vitrine do seu tempo também foram responsáveis por uma série de apagamentos e de tentativas de controle de parte dos que nela habitavam.

Sobre o conceito de “moderno”, usaremos aqui da mesma maneira explicitada por Josianne Cerasoli, que:

remete a uma conceituação histórica, que implica a mediação de saberes específicos na percepção e resolução de problemas da cidade, a priorização de aspectos funcionais na estruturação de seu espaço (como salubridade e circulação), a alteração profunda na percepção da experiência urbana, bem como nas demandas sociais e políticas. Dessa forma, tais expressões não são tomadas aqui como referência a aspectos formais ou urbanísticos em sentido estrito, mas que remetem à cidade historicamente constituída no Ocidente nos últimos dois séculos, a partir de tais mudanças.
(CERASOLI, 2004, p. 15)

Por trás dos caminhos de bonde, nas penumbras, onde a luz elétrica ainda não alcançava, existia, dentro do mesmo centro urbano, uma outra face de São Paulo: uma cidade ilegal, marginalizada e boêmia, distante daquela que ficou famosa pelo trabalho e pela ordem.

Dentre todas as histórias possíveis, essa tese tem a intenção de contar sobre a cidade por trás da cidade, a São Paulo de um submundo vasto, com personagens escusas ou mesmo célebres que viveram as noites, a bebida, ou seja, a urbe não honesta dentro do mesmo espaço.

Muitos foram os que trataram os processos de urbanização da metrópole em suas obras — a cidade moderna ou a cidade palimpsesto¹. No entanto, o que pretendemos aqui é tratar a respeito daqueles que foram excluídos dos grandes planos de remodelação e modernização de São Paulo e que, mesmo assim, resistiram a ele, permanecendo e vivendo à revelia do poder público e de todas as sistemáticas tentativas e instrumentos de controle, e dos grandes planos que pretendiam elevar São Paulo ao patamar de uma grande e moderna cidade à luz dos parâmetros urbanísticos que surgiam.

Para Benedito Lima de Toledo (1981/3^a. ed 2004), a cidade teria sido reconstruída por cima de si mesma. No entanto, o que percebemos é que a reconstrução do espaço em seu aspecto físico não condiz com sua reconstrução nas suas práticas do viver urbano. Para Hugo Segawa (2004), a ideia de centro urbano em “progresso crescente” cria a necessidade de uma série de obras que saneiem a cidade. Sanear, no caso, também corresponderia a remover o indesejado dos espaços e, para tanto, uma série de desapropriações foram propostas na zona central da capital.

Estar à margem era muito maior do que prestar serviços ou estabelecer vivências em desacordo aos códigos de controle. Era também habitar espaços indevidos, uma espécie de vida torta e clandestina em todos os seus aspectos, da moradia ao emprego e, assim, nas formas de existir enquanto cidadão. Estar à margem era ser excluído também das práticas do próprio centro urbano, como uma parte não desejada diante dos olhos atentos dos novos passantes. As mulheres têm um destaque fundamental nessa conformação

1 Entre os autores que trabalharam o tema, destacamos Benedito Lima de Toledo, Nestor Goulart Reis Filho, José Simões Junior, Maria Cristina Leme, Cândido Malta Campos Neto, Hugo Segawa, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, entre outros.

Figura 1: Nenê Romano
Fonte: Acervo pessoal Paula Janovitch²

2 Esta imagem desapareceu, há muitos anos, do processo sobre o crime que trataremos aqui. A historiadora Paula Janovitch as recebeu do delegado Milton Bednarski e foi fotografada no “Museu do Crime” mantido pelo delegado até sua morte na rua Cásper Líbero. Não temos informações sobre o destino dado à imagem. Paula Janovitch gentilmente nos cedeu seu acervo para ilustrar esta tese.

O que você verá aqui são várias mulheres como Nenê Romano. Mulheres que, pelas mais diversas condições de vida, acabaram no meretrício. Mulheres que, como ela, se envolveram com homens poderosos da história de São Paulo. Mulheres que, pelas mais diversas condições de gênero foram violentadas – às vezes de fato, como mostra o rosto ferido por uma navalha que aqui mostramos –, mas seguiram adiante. Algumas foram efetivamente mortas, outras tiveram mortes simbólicas através do apagamento de suas histórias, invisibilizadas, eliminadas perante a cidade, perante a historiografia. E é sobre elas que vamos falar, sobre elas e sobre homens que, por sua vez, também compartilharam de determinados espaços que pareciam proscritos das áreas centrais.

As tentativas de embelezamento urbano, higiene e saneamento da cidade datam do fim do século XIX. O relatório da Comissão de Saneamento das Várzeas de 1891 trata de uma série de obras de melhoramentos urbanos na região da Várzea do Carmo e do rio Tamanduateí, com um amplo estudo de “aformoseamento” de São Paulo.

Escrito por Teodoro Sampaio e assinado por Paula Souza, o relatório aponta que “as obras de aformoseamento não são indispensáveis, mas são úteis e talvez que não possam ser por largo tempo adiadas, maxime quando influem no que respeita à salubridade do lugar”³. O relatório aponta ainda que as obras teriam um custo de 5.186:877\$690 contos de réis.

3 SAMPAIO, Theodoro. **Relatório da Comissão do Saneamento das Varseas**. S. Paulo, 1890-1891. p. 10.

Entre o que seria executado nas obras de aformoseamento, estão a canalização do Rio Anhangabaú e a abertura de uma avenida e uma nova rua entre a Rua Florêncio de Abreu e o Vale do Anhangabaú. A execução de tais melhorias e de diversas outras presentes no relatório apresentam um ideal republicano de cidade, com estado aparelhado, organizado e forte (CAMPOS, 2013, p. 39).

Nosso objetivo aqui é mostrar essas permanências dos usos dos espaços do centro a despeito dos discursos oficiais, que buscaram o apagamento significativo de tais figuras, tendo o espaço da própria cidade como cenário e ator nessa história, pois, sem ele, a vivência não se torna possível. A cidade aqui é parte do discurso, junto com aquele que passa por ela despercebido, que parece que nunca esteve naquele espaço, que nunca ocupou determinado local.

Esse foi também o período em que São Paulo experimentou inúmeras mudanças em suas regulamentações legislativas. Uma série de obras públicas acabaram por demolir diversos imóveis onde havia salões de jogos, bordeis, cassinos, entre outros espaços que serão trabalhados nessa tese, justificando, portanto, a marginalização e a clandestinidade dos usos e costumes representados por locais com este perfil.

Aqui, também se inserem as práticas das formas de (r)existência nos espaços urbanos ora bastante fiscalizados e vigiados pelos olhos da lei, ainda que os representantes desta, como veremos adiante, façam parte também do contingente de frequentadores dos locais alvos da fiscalização da Polícia. A vida da e na cidade, portanto, se estabelece de forma ainda mais complexa e contraditória, onde agentes da lei e legislados convivem juntos, tornando os espaços de sociabilidade ainda mais vivos e fundamentais ao tecido social.

Podemos, então, afirmar que os diversos projetos e reformas urbanas aplicadas à área de estudo propuseram o afastamento gradual das camadas mais baixas da população, bem como das atividades que as faziam permanecer no centro da cidade, com vistas a atrair grupos sociais mais abastados e atividades mais “modernas, civilizadas e cosmopolitas”, sobretudo no Perímetro Comercial.⁴

4 Perímetro delimitado no Código Arthur Saboya (1929).

Logo, o espaço de circulação desse público passou a ser não só controlado, como bastante vigiado e punido pela polícia, com destaque para a Delegacia de Costumes e Jogos, cuja regulamentação se dá em 1924, e sua maior atuação na década de 1930. Era atribuição desse órgão controlar espaços como bordeis, salões de jogos e outras atividades consideradas imorais ou clandestinas pelos costumes e legislação vigentes. A documentação da Polícia de Costumes, no entanto, não resistiu ao tempo de forma organizada, sendo para sua compreensão necessária a pesquisa através de seus fragmentos, ou seja, dos ofícios que expediu a outras delegacias e que, como ensina Carlo Ginzburg, devemos tratar como fragmentos e utilizá-los a partir da lógica do paradigma indiciário (GINZBURG, 2012, p. 143).

Nosso ponto de partida para esse trabalho é justamente o de um fragmento. Em 1905, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi demolida pela prefeitura, dando início a uma série de obras de remodelação da cidade. No espaço onde estava a antiga igreja, seria construída a Praça Antonio Prado.

Mapa 1: **Perímetros definidos pelo Código Arthur Saboya (1929)**
Autora: Maíra Rosin

Figura 2: **Igreja do Rosário dos Homens Pretos** (rua de São João)
Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – Tombo DC/0000168/C (1860)

Figura 3: **Igreja do Rosário dos Homens Pretos** (rua de São João)
Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – Tombo DC/0000142/E (1904)

Figura 4: **Rua de São João**
(podemos notar que, ao fundo, não se vê mais a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, já demolida e cujo espaço foi ocupado pela Praça Antonio Prado)
Autor: Aurélio Beccherini

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – Tombo DC/0000405/E (1914)

É importante perceber como tal demolição não ocorreu de forma aleatória. O espaço onde estava situada foi fundamental para o avanço do centro à chamada “cidade nova”, aquela que iria para além do Vale do Anhangabaú e que ajudaria a compor os rearranjos da maior parte das reformas urbanas que se seguiriam com o avançar do século XX, além das mudanças nas gestões políticas na cidade. Em comum, os dois movimentos têm o fato de tentarem trazer São Paulo para a “modernidade”, usando o urbanismo, disciplina cuja importância crescia à época, para alcançar esse objetivo.

Sobre a São João, Regina Helena Vieira Santos também nos traz pistas sobre sua configuração no passado e sobre como se manteve na e para a cidade mesmo depois das primeiras obras de modernização que por ela passaram:

A São João era uma rua de velhas quitandas e botequins ao lado do Teatro Polytheama com seus fogareiros de lata e de querosene na porta assando castanhas. O Teatro Polytheama era um barracão acaçapado, desengonçado, sombrio apesar das luzes, com uma entrada larga e um corredor longo. O velho barracão de zinco fora feito para abrigar o circo de Frank Brouw (e por isso tinha o formato circular), gozando no entanto da fama de ser o teatro de melhor acústica de São Paulo. Isso apesar de ainda ter na frente botequins e a um dos lados uma escola de tiros... Teve realmente dias de sucesso e foi o centro de toda uma zona da cidade quando a antiga ladeira do Acu começou a se tornar a sede da vida noturna de São Paulo (SANTOS, 2017, n.p.).

Sobre as origens do Urbanismo enquanto disciplina, Donatella Calabi nos aponta que, para o caso europeu:

Entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, o urbanismo – assim como outras disciplinas que tratam da cidade e do território, como, por exemplo, a geografia econômica, a economia urbana e regional, a sociologia urbana e regional – vai se formando com características disciplinares específicas. Seus instrumentos (e também suas motivações, ideologia e características operacionais) nascem estreitamente ligados aos processos de industrialização (CALABI, 2017, p. IX)

No que tange à formação do pensamento sobre o Urbanismo no Brasil, especialmente dos que atuaram neste campo, em São Paulo, é fundamental pensarmos nos inúmeros engenheiros e arquitetos que compunham o rol de profissionais especialistas no começo do século XX. Novos rostos para uma nova disciplina que, na cidade, seria aplicada de maneira intensa por diversas dessas figuras.

A ação de modernização da cidade, implementada em grande medida em seu centro a partir da última década do século XIX, recaiu em torno de um imenso conjunto de edificações coloniais e outras já consideradas por alguns técnicos da municipalidade e capitalistas como “antigos”, o que favoreceu o desmanche de determinadas edificações em detrimento de outras, vide a Igreja dos Homens Pretos, localizada no antigo Largo do Rosário, e que em 1905 foi demolida para a criação de uma praça que simbolizasse o capital e a técnica urbana em voga naquele contexto. A praça, não à toa, passou a homenagear o então prefeito da época, Antônio Prado, um cafeicultor, capitalista e membro de uma das famílias paulistas mais ricas e que teve um grande número de negros escravizados. Seu nome permaneceu no logradouro e, para isso, apagou simbólica e materialmente da paisagem da cidade um dos espaços de sociabilidade da comunidade negra paulista.

Seguiram-se então outras demolições, como a da Sé e quarteirões vizinhos (a partir de 1912), o alargamento da avenida São João (a partir de 1911), o alargamento da Rua Libero Badaró. Isso provocou o desaparecimento de ruas e becos onde estava localizado o maior núcleo do meretrício de São Paulo, forçando a mudança das mulheres que ali trabalhavam para áreas mais afastadas. As prostitutas buscaram sobretudo o outro lado do vale do rio Anhangabaú, concentrando-se na Avenida São João, na Avenida Ipiranga, nas ruas Aurora, Vitória e Timbiras, cenários de interessantes acontecimentos sobre a temática a partir dos anos 1920. Elas não abandonaram a área central, embora tenham se deslocado para a Cidade Nova.

Outra iniciativa em discussão envolvia o alargamento da rua Libero Badaró para desafogar a congestionada rua São Bento e **recuperar o que era um dos bas-fond da cidade – centro de prostituição abrigado em casebres precários, situados justamente diante do Teatro Municipal, principal trunfo do ímpeto civilizatório paulistano.** (CAMPOS, 2000, p. 110. Grifo nosso)

Grande parte dos projetos de embelezamento urbano estavam também fortemente relacionados aos processos de especulação imobiliária que se intensificaram com o avançar do século. A ideia de urbanizar a cidade estava intimamente ligada aos atos de sanear e embelezar esse espaço. Tais ações movimentavam o mercado rentista, provocando uma grande crise habitacional que levaria uma parte significativa da população a se instalar em moradias consideradas insalubres, como cortiços e porões. Leis foram cunhadas em Códigos de Posturas (desde 1830, 1875/1886), responsáveis por regulamentar os padrões da moradia salubre, mas, como

veremos no momento oportuno, não eram aplicadas rigorosamente para os espaços de moradia, sobretudo da camada mais pobre dos moradores desse centro urbano.

A geografia dos usos é tão heterogênea quanto seus usuários, assim como as representações sobre determinadas áreas da cidade. A paisagem da área central mostra-se assim menos homogênea do que nos apresenta a historiografia sobre as operações.

Aqui, apesar de não buscarmos explicitamente a vocação de cada uma das ruas presentes na área eleita para apreciação, à luz das fontes primárias, poder-se-á dar vida à cidade, indagando sobre clandestinidade e legalidade, bem como outras formas que desafiam a percepção dos lugares, no recorte espacial e temporal da pesquisa, a saber: a Zona Central entre 1905 (data da demolição da Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos) e 1938 (data do Relatório de Mário de Andrade, uma das nossas principais fontes de investigação).

Neste quesito, reside a hipótese central da presente tese: há resistência na permanência e nos usos do espaço por meio de atividades ilegais e clandestinas no perímetro central da cidade de São Paulo e na forma como a população se utilizou e se envolveu com esses espaços. Existem também outras formas de usos e costumes na cidade, e na maneira como cada indivíduo era percebido em seus locais de atuação, nos espaços urbanos e mesmo domésticos, onde o público e o privado muitas vezes se confundiam.

Diferentemente da abordagem de Sarah Feldman (1989), que coloca o espaço da prostituição em locais progressivamente segregados da área central, verificamos, ao analisar as fontes e ao desenvolver a cartografia com SIG, locais de resistência no tecido urbano e social do centro da cidade, em lugares pouco ou nada escusos, ou simplesmente reclusos das vistas da população, em geral por fachadas legais.

Feldman aponta que, ao final do século XIX (e estendemos também sua percepção para o início do século XX), as chamadas “pensões alegres” e as “pensões chics” saem da Colina e passam a ocupar especialmente áreas da “Cidade Nova” além Anhangabaú, de maneira mais disfarçada, sendo controladas sobretudo por mulheres estrangeiras.

O delegado Guido Fonseca, em sua obra História da Prostituição em São Paulo (1982), aponta a mesma migração no espaço descrita por Feldmann, mostrando que se antes ela se concentrava na zona central como espaço preferencial, as reformas promovidas pelo Plano de Avenidas do prefeito Prestes Maia forçaram a migração da “zona”⁵ para a região do Bom Retiro.

5 Embora a bibliografia sobre o tema use o termo para se referir à região de concentração da prostituição em uma área urbana, não podemos precisar seu uso como um conceito de época. Adotaremos o termo “zona”, portanto, para nos referirmos às áreas ocupadas pela prostituição na cidade.

Fonseca aponta que:

Por volta de 1885, o núcleo principal do meretrício localizava-se nas Ruas da Esperança, do Quartel, Senador Feijó, e nos Becos do Trem e dos “Mosquitos”. Excetuando-se a Senador Feijó, todas as demais desapareceram, sabendo-se que ficavam em sua maioria na área hoje ocupada pela Praça da Sé. (FONSECA, 1982, p. 151)

A área aqui abordada é justamente a que incorpora não só as noções da “Colina” e do Triângulo (compreendido pelas ruas São Bento, Direita e 15 de Novembro), mas ultrapassa os limites do Vale do Anhangabaú em direção à “Cidade Nova”, onde novos espaços se estabeleciam e para onde migrou boa parte da cidade indesejável, marginal.

Para compreender este espaço, utilizamos parcialmente os limites do Perímetro Urbano determinado pelo Código de Obras Arthur Saboya (1929), extrapolando sua área oeste para que fossem incluídas as ruas Rego Freitas, Bento Freitas, Avenida São Luís, parte da Rua da Consolação e Xavier de Toledo, lugares onde localizamos um número grande dos espaços que aqui vamos trabalhar.

Voltando às questões da formação do espaço urbano, em 1875, São Paulo ganhou um Código de Posturas, revisado e reeditado em 1886, com medidas urbanísticas explícitas sobre reordenamento material e social, medidas estas que tiveram longevidade e desdobramentos significativos nos anos que se seguiriam.

Uma série de melhoramentos urbanos estavam previstos nas entrelinhas da lei e, pela primeira vez, os Códigos lançados pela municipalidade traziam a possibilidade de um ordenamento legal na propriedade privada. Instruíam sobre recuos, construções, relações de cheios e vazios, pés-direitos, questões estéticas, arquitetônicas e afins. Em termos sociais, buscaram – junto dos Códigos Sanitários (1894, 1918), do Padrão Municipal (1920) e do Código de Obras (1929), que se seguiram – tirar o estigma provocado pelos antigos frequentadores e, assim, continuar o processo de embelezamento e modificação dos usos da área central.

Nas primeiras décadas do século XX, o engenheiro Victor da Silva Freire, à frente da Diretoria de Obras, começou a desenhar uma série de planos para a capital. Tais planos foram colocados em prática já com a presença do francês Joseph Antoine Bouvard, sempre pensando no planejamento e no embelezamento urbano com um viés higienista/sanitarista, apoiados no termo “melhoramentos”, que atua de alguma forma como uma espécie de palavra-chave que permeia a história do urbanismo em São Paulo, dando uma ideia constante de progresso. Mas, segundo Stella Bresciani:

A palavra melhoramentos, além de ser um lugar comum, permitindo a troca de opiniões sobre coisas diferentes, sempre relacionadas com a ideia de um acréscimo positivo àquilo que se refere, também atua como metáfora, ou seja, algo que articula um sentido a uma representação, ou a uma realização mental sob a forma de imagem. Consegue assim reunir três dimensões, a de lugar-comum, a conceitual e a figurativa. Provê com imagens, por vezes interligadas, uma opinião e/ou um conceito. (BRESCIANI, 2018, p. 350)

Um dos melhores exemplos de tais remodelações é a Avenida São João, onde uma série de casinhas e outros “inferninhos” foram demolidos do lado direito da rua em 1911, alargando a antiga Rua de São João e abrindo espaço para a primeira grande remodelação do espaço convertido em grande boulevard.

Figura 5: **Avenida São João** (próximo à praça Antonio Prado)
Autor: Aurélio Beccherini
Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – Tombo DC/0000407/E (c. 1915)

O lado esquerdo da rua, no entanto, se manteve com seus diversos casebres, muitos deles, como abordaremos mais adiante, ainda sendo usados para atividades escusas, em nada comparáveis à cidade moderna que se pretendia com tais obras.

Figura 6: **Avenida São João** (ao fundo a Praça Antonio Prado e, à esquerda, todo o lado direito já demolido para as obras de modernização. À esquerda, podemos notar a permanência das casinhas)
Autor: Desconhecido
Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – Tombo DC/0000183/C (1910-1915)

Figura 7: **Avenida São João** (sentido largo do Paissandú. À esquerda, podemos ver as casinhas que permaneceram após a série de demolições para o alargamento da São João)
Autor: Aurélio Beccherini
Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – Tombo DC/0000260/C (1910-1915)

São justamente os imóveis remanescentes do lado esquerdo da rua que vão nos interessar nesse trabalho, bem como outros da mesma dimensão. No entanto, o lado esquerdo da Avenida São João nos serve de metáfora para grande parte dos imóveis que aparecerão nesta tese. É nesses espaços de permanência e resistência às obras de remodelação da cidade que se desenrolarão muitos dos casos aqui abordados. Candido Malta Campos (2000), sobre esta questão, vai versar que “[...] persistiam os signos do ‘atraso’, imunes a duas décadas de transformação urbanística: pardieiros, tugúrios e cortiços pontuando grandes trechos da colina central” (p. 210).

Notamos que a noção de progresso, colocada em todas as relações de melhoramentos urbanos, não é conciliadora. Ela gera resistências e são elas que nos interessam na presente tese. O lado esquerdo – bastante simbólico, se pensarmos no que representa para além de lado da rua – é a exata dimensão do que vai persistir em tantos outros espaços contidos no perímetro aqui estudado.

São esses os espaços – o bas-fond – que aqui nos interessam, os inferninhos, os pardieiros, os lugares cuja frequência ou vivência era de pessoas de caráter duvidoso, os “marginais” do embelezamento e dos melhoramentos urbanos.

Os marginais que aqui propomos aparecem justamente na resistência à legislação e às reformas urbanas, seja de forma concreta e evidente, seja de forma simbólica. Ao utilizarem o espaço urbano de maneira a enfrentar a burocracia pública e assim permanecendo com suas existências e atividades, iam contra o discurso da norma e da moral que pretendia orquestrar a cidade. Uma relação que nos remete a Antígona, quando ela busca permanecer com o corpo de seu irmão pela cidade, mesmo que esse corpo não seja bem quisto naquele espaço.

Para este trabalho, preferimos o uso do conceito “marginal”⁶ em seu mais puro sentido, daquele que está à margem dos processos que acompanham a cidade e que resistem a eles da sua maneira.

Antonio Cândido nos mostra que essa não é só uma característica inerente a São Paulo, mas faz parte de toda uma formação do marginal no Brasil, acabando por se refletir na literatura.

Estes são denominados pelo senso do espaço físico e social, pois o pícaro [aqui para nós o marginal] anda por diversos lugares e entra em contato com vários grupos e camadas. (SOUZA, 2004, p. 21)

São esses corpos, transeuntes e dissidentes que a legislação tenta coibir, regulando para isso o próprio espaço. A pequena burguesia normativa atua sobretudo nas áreas centrais, colocando em prática os **Códigos de Posturas**, e trabalhando assim como agentes da ordem (policiamento e polimento dos comportamentos) contra a desordem que permeia a cidade e seu tecido social.

É nas ruas do centro que a marginalidade explode, definida pelo riso com que é concebido o desejo de, pelo menos uma vez na vida, o operário vestir e passear com os burgueses. Nesse espaço ele não cabe, em um ar de bicho de outro tempo e outro lugar, com as roupas desemparelhadas, misturando diversos momentos da moda num vago carnaval. (SOUZA, 2004, p. 48)

Josianne Cerasoli, ao comentar o trabalho da urbanista Raquel Rolnik sobre a legislação urbana em vigência na cidade, demonstra que as fronteiras entre o legal e o ilegal não eram assim tão nítidas, coexistindo interdependentes os excluídos e os planos.

O trabalho de Rolnik sobre a capital paulista, por exemplo, embora procure evidenciar o caráter supostamente legítimo da experiência urbana fora do âmbito oficial da cidade, enfatiza uma nítida separação entre o nível legal e o real do urbano, tanto na administração quanto na dimensão espacial. (CERASOLI, 2004, p. 10)

Rolnik (1997) também aponta a forma como a luz elétrica mudaria os rumos da cidade, introduzindo a noite no cenário urbano e colocando em cena diversos outros personagens, como as mulheres, os ébrios e tantos outros que frequentavam, já na escuridão do dia, cafés, salões, bares e teatros (ROLNIK, 1997, p. 105). Assim, note-se que a maior parte dos eventos aqui tratados acontecerão longe da luz do dia, nas noites e madrugadas que tornam viva a cidade.

Ao contrário do que propõe Nicolau Sevcenko (2007), não se trata de forma alguma de uma cidade pacata, trabalhadora ou adormecida. São Paulo era um centro urbano noturno e bastante frequentado.

Segundo Sidney Chalhoub, após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, as autoridades começaram a pensar sobre o ócio e categorizá-lo como incompatível ao mundo do trabalho:

Todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. (CHALHOUB, 2001, p. 73)

6 Marginal. Adj. 2 g. 1. Da margem (1 e 2), ou a ela relativo, ou feito, traçado escrito, desenhado nela. 2. V. ribeirinho (2). 3. Feito ou elaborado à margem de algum assunto. 4. Bras. Diz-se da pessoa que vive à margem da sociedade ou da lei como vagabundo, mendigo ou delinquente; fora da lei. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995.)

É também importante salientar a forma como a documentação acerca dos bares e botequins e de seus horários de funcionamento nos dá a dimensão do tamanho da vida noturna que a cidade de São Paulo tinha no período estudado.

Seguindo nosso percurso, os anos 1920 trouxeram para a cidade não só a finalização das propostas de embelezamento de Victor Freire e Bouvard, mas também uma série de novas obras na Avenida São João e na região do Triângulo.

Em 1930, Prestes Maia publica, junto a Ulhôa Cintra, o seu “Plano de Avenidas”, que marca uma mudança significativa da “cidade do café” para a grande cidade urbanizada, tendo como principal foco a Cidade Nova, como podemos ver nas palavras de Malta Campos:

Decretava-se o abandono do “triângulo” pelo poder público, inaugurando o processo de deslocamento do centro comercial de prestígio em São Paulo que perdurará até hoje. (CAMPOS, 2000, p. 402)

É a década de 1930 que vai marcar a intensificação do controle por parte da administração pública, representada por diversos órgãos, incluindo o **Gabinete de Investigações e a Polícia de Costumes**, que vai seguir agindo contra o que vai no sentido oposto ao que se pretende para a cidade. Avançando no tempo e chegando perto do fim de nosso recorte temporal, em 1934, Fábio da Silva Prado é eleito o novo prefeito da cidade, tendo como consultor urbanístico Anhaia Melo, um dos maiores representantes do urbanismo moderno em São Paulo.

É pelas mãos de Fábio Prado, através do Ato 861, de 30 de maio de 1936, que é criado o **Departamento de Cultura**, dirigido pelo poeta Mário de Andrade e que contava com a participação de outros tantos membros do grupo dos “ilustrados” da cidade, como Sérgio Milliet Costa e Silva e Paulo Duarte. O departamento era a grande novidade de Prado para a “cidade moderna”, uma vez que essa construção dependeria também do aparelhamento do setor cultural de São Paulo. Ninguém melhor que o famoso poeta modernista para tocar a empreitada.

O Departamento de Cultura abarcava em seus diversos campos de atuação o turismo, esporte, atividades recreativas, festejos, arquivos e documentação histórica e os chamados “**divertimentos públicos**”, ponto chave deste trabalho.

O fim do nosso percurso é justamente a publicação de um **relatório sobre os divertimentos públicos e sobre a prostituição na cidade, em 1938**. Tal documento não só explica as inúmeras dinâmicas de controle sobre o indesejável,

como também nos mostra que o Departamento de Cultura teve uma atuação para além de suas competências. Interferiu direta e significativamente nas relações com o urbanismo e na forma como o avançar das reformas se impunha violentamente pelas ruas da cidade e contra quem ali vivia.

O relatório não só marca o fim da trajetória que se pretende construir nesta tese, como também servirá de base para que o engenheiro Prestes Maia – que assume a prefeitura em maio de 1938 e tem como primeira medida a exoneração de Mário de Andrade da diretoria da pasta – acirre o controle sobre os cabarés, casas de tolerância e dancings marcados no **mapa apresentado junto ao relatório**, como também o use para promover futuras desapropriações para, enfim, colocar em prática seu Plano de Avenidas.

Apesar do percurso aqui descrito, é importante ressaltar que esta não é uma tese sobre reformas urbanas ou sobre os arranjos políticos que as compreendem. Esse percurso nos serve apenas como linha guia por onde vai passar nosso relato sobre os marginais desses planos de modernização da cidade. Pensar o passado não é sinônimo de fazer História e, portanto, o fazer História aqui proposto se prende justamente em mergulhar em **sujeitos** e não só em processos. Aqui pretendemos romper com o discurso hegemônico sobre a cidade, como se as obras tivessem se passado livre de seus agentes e de qualquer resistência e, para tanto, invocaremos aqui os **bêbados, as prostitutas e mulheres** vítimas de feminicídio para comporem, como personagens e agentes, nossa argumentação.

Para tanto, lançaremos mão de **diversas fontes** que, **combinadas e espacializadas** (dado que o espaço não é um simples cenário coadjuvante), nos ajudarão a compor o objetivo aqui proposto. Como fonte primária e fundamental para essa construção, usaremos os **autos-crime** compulsados no **Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

O acervo do *Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo* é bastante rico e diverso, permitindo seu uso no presente projeto de pesquisa de forma inédita, pois ainda existe um enorme potencial de exploração dessas fontes que seguem pouco analisadas pelos pesquisadores.

Embora o acervo seja pouco trabalhado entre os pesquisadores, o historiador Boris Fausto⁷ teve acesso a tal documentação e descreveu como esta fonte é rica para uma pesquisa:

Na sua materialidade, cada processo é no período considerado um produto artesanal com fisionomia própria, revelada no rosto dos autos, na letra caprichada ou indecifrável do escrivão, na forma de traçar uma linha que

⁷ Embora o historiador Boris Fausto tenha trabalhado com essas fontes, bem como recentemente publicado duas obras contendo casos criminais de grande repercussão na imprensa da época utilizando o mesmo tipo de acervo, o uso das fontes e o conteúdo apresentado pelo historiador sobre elas não foi verificado em nosso material. As formas de narrar os crimes apresentadas pelo autor não são compatíveis com o que encontramos nos documentos trabalhados e, portanto, optamos por não usar suas obras e artigos como referências bibliográficas para este trabalho, ainda que constem na bibliografia.

inutiliza páginas em branco. [...] o processo penal como documento diz respeito a dois “acontecimentos” diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. (FAUSTO, 1999, p. 30 – 31)

Trata-se de **processos ou autos-crime** nos quais foram separadas **ocorrências** em botequins, bares, bilhares, jogos clandestinos, bordeis e crimes de feminicídios cujas ocorrências tenham sido registradas na região investigada, entre os anos de 1905 a 1938, período eleito para estudo, como já abordado aqui.

É importante ressaltar que o **Arquivo do Tribunal de Justiça** não é uma instituição voltada para a pesquisa e para pesquisadores. Trata-se de uma instituição de guarda de uma documentação que pode ser utilizada como fonte, ao mesmo tempo que mantém sua função primordial no sistema judiciário. Sua função como documento de uso do judiciário não se esgota com o tempo, daí a necessidade de justificar o desarquivamento dos processos.

A gestão desses arquivos se coloca como um entrave no acesso aos documentos, mesmo com a referida autorização em vigência. Primeiramente, faz-se a requisição na sede do ATJSP, localizada na Rua dos Sorocabanos⁸, no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Porém, os processos estão armazenados em Jundiaí, no interior de São Paulo, ao encargo de uma empresa terceirizada. Muitos processos não apresentam nenhuma forma de catalogação típica dos arquivos históricos (como fundos, grupos, séries ou quaisquer outros métodos caros aos pesquisadores), o que dificulta a pesquisa. Quando requeridos, são entregues volumes de caixas não identificadas, cujo conteúdo só é revelado com a abertura das mesmas. Grande parte dos processos contém uma única etiqueta, que será mencionada durante o trabalho (quando houver), no entanto, as caixas não estão organizadas em ordem cronológica ou sequencial. É possível localizar, dentro de uma mesma caixa, processos que interessam ao nosso período de pesquisa e outros bastante atuais.

As fontes armazenadas no ATJSP, apesar de serem muitas, oferecem vários problemas para o pesquisador, uma vez que o próprio órgão não tem controle de seu acervo. A lista oficial de processos apresentada pelo ATJSP não corresponde à realidade dos processos ali encontrados, bem como não é possível solicitar o desarquivamento de um processo por qualquer elemento pertinente, como nome, localidade da ocorrência, data, etc.

Muitos dos processos já estão deteriorados ou perderam suas capas, entre outras informações fundamentais para a identificação do mesmo. A numeração dos processos pelo Arquivo

do Judiciário de São Paulo não é única: alguns processos têm apenas um número antigo, escrito a lápis na capa, outros têm apenas um número eletrônico representado por uma etiqueta com código de barras que, mesmo existente, não serve para localização do processo no acervo. Muitas vezes, recebemos as mesmas caixas repetidas vezes, todas elas pertencentes apenas à 1ª Vara Criminal e à Vara do Tribunal do Júri, à qual competem os crimes contra a vida.

O local onde o acervo está armazenado já passou por diversas adversidades que acabaram danificando muitos processos ali depositados, alguns permanentemente, tornando-os inviáveis para utilização em qualquer tipo de pesquisa.

Convém salientar a natureza da nossa principal fonte de pesquisa. Os chamados **processos ou autos-crime** utilizados como fonte neste trabalho são desdobramentos dos **boletins de ocorrência lavrados nas delegacias de polícia**. Após os registros iniciais, um **processo criminal** é aberto, onde são colocados detalhes da ocorrência além de depoimentos dos réus, vítimas, testemunhas, laudos médicos (em caso de lesão corporal ou exames cadavéricos), podendo caminhar para o arquivamento com, em alguns casos, o registro da sentença. É um tipo de documento cujo volume de páginas varia de acordo com os desdobramentos e a gravidade das ocorrências, porém, os ricos detalhes ali descritos nos permitem reconstituir não só o próprio acontecimento, como enxergar práticas, costumes e ações desses indivíduos para e com a cidade.

Sem exceção, a documentação oferece as seguintes informações: órgão processante, autuação no Código Penal, nome, nacionalidade, idade, endereço, ocupação do(s) réus, da(s) vítima(s) e testemunhas; horário da ocorrência e local da ocorrência, entre outras contidas nos depoimentos.

Através da leitura dos **autos-crime** conseguimos entrever as práticas sociais e o funcionamento da cidade aqui abordada, sobretudo no período noturno, de importância fundamental para a compreensão da **marginalidade** e da **clandestinidade** que se mostra com o cair da noite. Esses autos expressam não só as **ocorrências policiais, função dos boletins de ocorrência**⁹, como também dão luz às características físicas e pessoais de seus protagonistas, uma vez que apresentam sempre descrições bastante completas sobre quem eram, o que faziam e o espaço que ocupavam socialmente, sendo um dos poucos acervos que trazem descrições tão ricas e minuciosas.

Destacamos, porém, que se trata de um escopo documental de natureza oficial, onde nem sempre existe a reprodução fiel do que foi dito na ocasião em que os autos foram lavrados, bem como não é incomum a presença de testemunhos de

⁹ É importante colocar que nem todo Boletim de Ocorrência se desdobra na existência de um Auto-Crime. Os autos-crime são processos criminais abertos a partir de um registro de ocorrência. São as autoridades que decidem sobre a pertinência e a necessidade de continuidade das investigações das ocorrências.

⁸ Durante a fase final de pesquisa neste acervo, houve uma transferência integral dos processos para o depósito, com uma consecutiva mudança do setor para a Praça do Patriarca, em São Paulo. A pesquisa foi interrompida pela instituição pois o convênio assinado com a instituição de guarda do acervo não previa o desarquivamento para pesquisa histórica e, portanto, nossa pesquisa foi encerrada pelo ATJSP. Pudemos, no entanto, consultá-lo por dois meses antes da transferência, o que nos permitiu a incorporação de 47 novos processos ao escopo documental das fontes que analisaremos.

pessoas não alfabetizadas, o que requer algum cuidado em sua tratativa.

Algumas situações somente podem ser reconstruídas a partir dos documentos oficiais, o que limita a compreensão da ocorrência porque os protagonistas das atividades ilícitas muitas vezes não têm voz.

Infelizmente, inexistem fontes produzidas por essas pessoas, o que nos obriga a pensar sobre a oficialidade, fazendo toda a crítica cabível e identificando indícios do discurso dos envolvidos a contrapelo.

Ressaltamos também que parte desse material foi levantado em ocasião anterior, também no acervo do **Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJSP)**, no projeto “História das mulheres ex-escravas e imigrantes na história social da urbanização de São Paulo”, coordenado pelas Profas. Dras. Maria Odila Leite da Silva Dias e Lucília Siqueira, entre os anos de 2008 e 2012.

No decorrer desta primeira etapa de pesquisa, foram digitalizados 629 autos-crime, registrados entre os anos de 1870 e 1930, os quais serviram de fonte para nossa dissertação de mestrado, intitulada “Nos Becos, Cortiços e Bordeis: o uso de geotecnologias para a espacialização dos autos-crime de agressão em São Paulo (1890-1920)”, defendida em 2014, no programa de História Social da Faculdade de História da USP. As mesmas fontes serão aqui exploradas de outro ponto de vista.

É também impossível dizer a qual parte corresponde o volume que foi pesquisado, uma vez que não temos dimensão da real extensão do acervo. Vamos tomar, portanto, a parte como o todo pois, em se tratando de tantos anos de vida na cidade, é improvável pensar que registros criminais fossem raros.

A estas fontes, somam-se fragmentos de **documentos da Delegacia de Costumes**, através da pesquisa nos arquivos localizados no **fundo da ACADEPOL**, no **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**. Oficialmente, toda a documentação da referida delegacia foi destruída. No entanto, conseguimos reconstituir parte de suas normativas de controle nos arquivos enviados para as demais delegacias da área de pesquisa e, assim, remontar pelo menos parte do que foi este instrumento de controle tão ativo na cidade. Aqui, recorreremos novamente à forma de se fazer História de Carlo Ginzburg, através dos rastros.

Somam-se ainda como fontes primárias as **reportagens da imprensa** da época sobre alguns dos fatos que aqui apresentaremos, sendo, em sua maioria, relativas a **casos**

criminais de agressões e mortes que trataremos na tese. É importante, no entanto, salientar que a imprensa popular é tradicionalmente ligada à crônica criminal e que existe um verdadeiro fascínio por parte da população pelos relatos criminais (KALIFA, 2019). A imprensa, enquanto fonte, nos auxiliará a preencher lacunas eventuais das narrativas, mas é fundamental que façamos a crítica à sua natureza, uma vez que ela, desde muito cedo, é responsável por condenar e absolver pessoas, tecendo seus relatos de acordo com uma série de conveniências que trataremos oportunamente.

Outra fonte que merece destaque é o *Relatório sobre Divertimentos Públicos*, realizado por Mário de Andrade, para o **Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo**, em 1938. Nele, encontramos um relato precioso de como a municipalidade atuava sobre as atividades indesejadas que ainda permaneciam na cidade, sobretudo a prostituição. Percebemos as formas de controle que se impunham a essas atividades e tivemos uma clara perspectiva dos usos que tal relatório teve quando de sua publicação.

Demais fontes foram mobilizadas para auxiliar na composição das narrativas, tais como a **Série Obras Particulares**, e as **Séries Polícia e Higiene e Alvará e Licença**, compulsadas no **Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP)**. A primeira para dar a característica dos imóveis onde se realizaram as ocorrências; as últimas para perscrutar as atividades lícitas e ilícitas neles realizadas.

Para dar um colorido aos espaços e às ações, foram amplamente mobilizados os almanaques, como o *Almanak Laemmert*, e periódicos como os jornais *Correio Paulistano*, *O Estado de São Paulo* e *O Combate*, e revistas como *A Cigarra*.

Às fontes textuais, somam-se fontes iconográficas e cartográficas que permitem espacializar e materializar as narrativas criminais, dando a medida do espaço como dimensão interagente nas relações sociais. Para tanto, valemo-nos especialmente da iconografia de Aurélio Becherini que – como funcionário da municipalidade sob a gestão de Victor da Silva Freire – ocupou-se em fotografar a cidade em obras, associada a imagens anônimas do Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, bem como às fotografias constantes nos boletins de ocorrência ou autos-crime. A seriação iconográfica permite espacializar os ocorridos, imaginá-los à luz do dia ou na calada da noite.

Da mesma forma, a cartografia antiga foi mobilizada, com especial destaque para mapas da cidade de São Paulo produzidos pela burocracia municipal, tal como a Planta de 1916, que registra pela primeira vez os perímetros central, urbano, suburbano e rural. Associada ao Código Arthur Saboya, ao

Mapa de Mário de Andrade, e lançada ao Mapa Digital da Cidade de São Paulo, a cartografia histórica assume papel protagonista na trama aqui exposta, fugindo ao estigma de simples ilustrações.

Não menos importante que as fontes primárias supracitadas, o **SIG Histórico (Sistema de Informações Geo-Históricas)** foi usado nesta tese para compor as narrativas e a forma de olhar a cidade. O uso do SIG no estudo do espaço urbano ajuda a demonstrar **outras territorialidades** que, **sobrepos-tas**, dão indícios do que foi a cidade em um determinado período, possibilitando assim uma abordagem mais interes-sante e também, trazendo a possibilidade de pessoas que não conhecem o espaço urbano do qual estamos falando poderem ter a dimensão das formas e usos da cidade em outros tempos.

Os mapas também trarão perspectivas de permanências, rup-turas e, em alguns casos, deslocamentos, situando o leitor no espaço que compõe a presente tese. A natureza das fontes é fundamental para que a **dimensão espacial** seja possível, uma vez que alimentam um banco de dados georreferenciado extenso, que pode ser trabalhado com o uso do SIG nas suas mais diversas potencialidades.

O maior cuidado que devemos estabelecer ao escolher tecer narrativas em história urbana com o uso dos *SIGs Históricos* diz respeito à qualidade do banco de dados¹⁰. Daí a neces-sidade da busca de fontes o mais heterodoxas e abrangen-tes possíveis, para assim se conseguir formular campos de buscas capazes de reter **“representações” (discursos)** invisíveis a outras metodologias de análise de dados afins. Convém ressaltar que as imagens produzidas pelo SIG também não são meras ilustrações, mas vetores para formu-lação de indagações e visualizações de narrativas obscureci-das ou invisibilizadas pelo debate histórico e historiográfico oficial.

O SIG é uma tecnologia que seduz. É como uma caixa mágica capaz de realizar maravilhosas proezas, sendo que as imagens construídas de diversas formas por ele podem poupar esforços, para nós, e também, mostrar inúmeras maneiras de substituir e ampliar o poder das palavras. (BODENHAMER, 2010, p. 17. Tradução nossa)

No caso da presente pesquisa, o uso do SIG permite dar visu-alidade/espacialidade à natureza dos espaços e aos usos dos espaços abordados, possibilitando assim uma maior compreensão da constituição física, material e social da cidade, bem como da **forma como pessoas e espaço mate-rial interagem**.

É importante frisar, no entanto, que o SIG Histórico não é um fim em si mesmo, ou seja, a simples preparação de um mapa não gera informações sem que decorram de boas questões no processo de recolha, formulação e interpretação dos dados. Cabe ao pesquisador formular as questões e hipóteses que orientarão a busca das fontes e a composição dos campos do banco de dados, de cujo entrecruzamento resultarão visuali-zações cartográficas capazes de confirmar, refutar ou dar a ver o que de outra forma não se vê.

O uso do SIG também estreita as relações entre a História e a Geografia, disciplinas tão parceiras e complementares e ao mesmo tempo tão distantes. A geohistoire de Fernand Braudel, enfatiza uma geografia humana retrospectiva, levando geógrafos a prestarem mais atenção ao tempo e historiadores a se inspirarem no espaço. Em outras pala-vras, uma compreensão histórica do território e das ativi-dades humanas ali ocorridas. (REBELLATHO e FREITAS, 2011, n.p)

Dadas as devidas considerações, esta tese está dividida em três capítulos, sendo eles:

Dos bêbados: a presença e a frequência dos botequins, jogos e atividades de divertimentos públicos no centro da cidade de São Paulo, no qual abordaremos a maneira como a popu-lação se utilizou da vida noturna no centro da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, bem como suas formas de resistência e permanência no uso do espaço urbano. Aqui também serão abordadas as questões relati-vas à legislação, sobretudo os Códigos de Posturas e Códigos Sanitários que regulavam os usos e costumes na cidade, sem-pre procurando moralizar e ordenar o espaço urbano com relação aos bares, botequins, cafés e afins, como espaços de sociabilidade de diferentes sujeitos.

Das putas: meretrizes, mariposas, pensionistas, avulsas, pri-mas, quengas, mulheres de vida alegre, raparigas, rampei-ras, cortesãs, messalinas, mundanas, rameiras, horizontais, marafonas, perdidas... prostitutas e lupanares na cidade, onde analisaremos quem eram e como viviam essas mulheres, mas também a maneira como resistiram, se resignificaram, se readaptaram, migraram e se esconderam para poder con-tinuar com suas atividades mesmo sob os olhos vigilantes da lei. São elas as responsáveis por uma intensa rede de sociabilidade que ficou escondida nas casas de tolerância, cabarés, dancings e pensões noturnas. Através das fontes, buscaremos compreender a maneira como os estabelecimen-tos e imóveis ocupados com a prostituição fizeram parte da cidade, bem como perceber quem foram seus frequentadores e procurar encontrar vestígios das mulheres que ali exerciam

10 No caso da presente tese, foram colocadas no banco de dados as informações mais relevantes e pertinentes à pesquisa, como nome dos envolvidos nos casos, logradouro, tipo de estabelecimento, profissão dos envolvidos, horário das ocorrências, tipo de pedido, entre outros. A elaboração de cada um dos bancos de dados aqui utilizados variou de acordo com a potencialidade de cada uma das fontes trabalhadas.

suas atividades e a forma como se camuflavam da constante vigilância. Aqui, também analisaremos o **Estudo Sobre Diver-timentos Públicos**, realizado por **Mário de Andrade** em 1938, e mostraremos como tais espaços eram controlados, além de seus desdobramentos para a cidade.

*Dos que morrem de amor: **cenas de sangue, ciúmes, crimes e entraves passionais na cidade***, terceiro e último capítulo da tese. Nele, teceremos uma narrativa sobre as ocorrências criminais e policiais referentes àqueles que “morreram de amor” na cidade, ou seja, explorando situações onde as motivações das ocorrências tratam de crimes ditos passionais, mas que em sua totalidade são crimes de feminicídio e tentativa de feminicídio, termo cunhado posteriormente, mas que nos servirá para explicar as ocorrências aqui abordadas. Analisaremos aqui a forma como os espaços da rua e da casa se misturam nas situações que têm mulheres como vítima, e como as vivências dessas personagens vão determinar, tanto junto à polícia quanto à imprensa e opinião pública, a condenação moral das vítimas.

Desta forma, espero então fundamentar as narrativas sobre esses que foram excluídos da História e de tantos relatos sobre cidade, onde apareceram apenas como personagens e não como protagonistas resistentes e resilientes aos planos urbanos. Para tanto, peço ao leitor que se una a nós nesses relatos e que acompanhe a trajetória dos bêbados, prostitutas e mulheres que morreram de amor na cidade.

O malandro, na dureza
Senta à mesa do café
Bebe um gole de cachaça
Acha graça e dá no pé

O **Malandro**, Chico Buarque

CAPÍTULO I

Dos bêbados:
a presença e a frequência dos
botequins, jogos e atividades de
divertimentos públicos no centro
da cidade de São Paulo

Quando pensamos na noite de São Paulo do início do século XX, nos vem à mente uma cidade pacata, quase erma e sem a presença de muitos passantes pelas ruas. Isso se deve ao imaginário que a historiografia ajudou a construir, pensando um centro urbano onde seus moradores e trabalhadores tivessem uma vida regrada, construindo a capital como uma cidade do trabalho e da ordem. No entanto, ao nos depararmos com uma série de situações envolvendo bares, bilhares, jogos e vida noturna, que nos vêm à tona graças às descrições minuciosas dos autos-crime, percebemos que São Paulo era muito mais viva e que a sua noite era bastante ativa e pulsante.

A população se utilizou da vida noturna e de suas formas de existência e permanência no espaço urbano do centro de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, ocupando a cidade – saneada e higienizada pelas já citadas obras de modernização – após o horário comercial, mesmo que nem sempre ali fosse desejada. Além dos indesejáveis, outras figuras, estas parte das elites, também se utilizavam da urbe e de suas atrações noturnas, nem sempre respeitando a lei e a ordem que defendiam.

Os moradores da cidade ocupavam de fato seus espaços de pertencimento, ainda que a lógica do controle tentasse impedi-los. Nicolau Sevcenko nos ajuda a desvendar a questão abordando, à luz da cultura urbana, a gama de divertimentos na metrópole do café:

O antigo hábito de repousar nos fins de semana se tornou um despropósito ridículo. Todos para a rua: é lá que a ação está. Não é que repousar não seja mais viável, é que se tornou uma obsolescência, uma caduquice. Não é descansando que alguém se prepara para a semana vindoura, é recarregando as energias, tonificando os nervos, exercitando os músculos, estimulando os sentidos, excitando o espírito. Sob o epíteto genérico de “diversões”, toda uma nova série de hábitos, físicos, sensoriais e mentais, são arduamente exercitados, concentradamente nos fins de semana, mas a rigor incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana: esportes, danças, bebedeiras, tóxicos, estimulantes, competições, cinemas, shopping, desfiles de moda, chás, confeitarias, cervejarias, passeios, excursões, viagens, treinamentos, condicionamentos, corridas rasas, de fundo, de cavalos, de bicicletas, de motocicletas, de carros, de avião, tiros-de-guerra, marchas, acampamentos, manobras, parques de diversões, boliches, patinação, passeios e corridas de barco, natação, saltos ornamentais, massagens, saunas, ginástica sueca, ginástica olímpica, ginástica coordenada com centenas de figurantes nos estádios, antes dos jogos e nas principais praças da cidade, toda semana. (SEVCENKO, 2009, p. 33)

Mapa 3: **Horário das Ocorrências**
Autora: Maíra Rosin

Mas não era só aos finais de semana que boa parte da população menos abastada da cidade saía às ruas. O centro de São Paulo não ficava vazio à noite, para além do horário do expediente das diversas empresas que existiam no centro; ele era habitado e a vida noturna era bastante intensa. Ressaltamos que, através das percepções de Sevcenko, a noite nos dias chamados úteis – após o trabalho nas lojas, magazines e demais estabelecimentos comerciais – atraía os trabalhadores para diversões de todos os tipos. Ao contrário do que aponta o historiador, percebemos a partir da análise da documentação levantada para essa pesquisa que o número de pessoas que frequentava as ruas no período noturno, bem como a alta quantidade de bebida alcoólica consumida por elas, traz à cidade uma outra compreensão, longe de ser pacata e sonolenta. Era na noite que se desenvolviam as situações mais escusas, o que levou o governo a adotar medidas de controle para conter os seus efeitos.

A legislação, sobretudo os **Códigos de Posturas e Códigos Sanitários**, junto às ações da **Polícia de Costumes e Jogos**, da qual falaremos com maior profundidade no capítulo 2, procurava regular os usos e costumes da cidade, sempre com a intenção de moralizar e ordenar o espaço urbano, afastando, por meio de regulamentações legislativas, tudo aquilo considerado indesejável.

Também nos chama a atenção o imenso número de pedidos de alvarás e licenças para que estabelecimentos funcionasse além do período permitido pela legislação, ou seja, ficassem abertos muitas vezes madrugada adentro, explicando assim uma série de ocorrências que os registros policiais nos trazem à tona.

De acordo com o **Código de Posturas Municipais de 1886**:

ART 156 – As pharmacias, cafés, bilhares, restaurantes e hotéis poderão estar abertos, todos os dias, até meia noite.

No **Código de Posturas de 1886**, apesar do horário até meia-noite chamar a atenção para farmácias, cafés, bilhares, restaurantes e hotéis, verifica-se, na documentação da **Série Polícia e Higiene do Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP)**, uma gama imensa de pedidos de autorização para que tais estabelecimentos relacionados ao divertimento permanecessem abertos madrugada adentro, como por exemplo o bilhar de Felisberto Pereira e Cia.:

Os abaixo assignados estabelecidos com bilhares nos baixos do Hotel d’Oeste, sito no Largo de São Bento, querendo ter as portas do seu estabelecimento abertas até uma hora da manhã, vem respeitosamente pedir à V. E.cia se digne conceder a respectiva licença.
São Paulo, 09 de fevereiro de 1906

Nesse caso, a licença foi concedida mediante o pagamento da taxa legal de funcionamento da casa. Não teve a mesma sorte Rozario Mandarino, que foi questionada sobre seu botequim poder funcionar além do horário permitido. Após avaliação da questão, o oficial concedeu o direito a permanecer aberto, desde que o estabelecimento fosse de primeira ou segunda ordem¹.

Para o funcionamento noturno dos bares, bilhares, botequins e demais estabelecimentos (com exceção das farmácias), dispôs a Lei 450 de janeiro de 1900:

Art. 4º - Os estabelecimentos commerciaes, em geral, fechar-se-ão sempre às 10 horas da noite no verão e às 9 no inverno.

Art. 5º - Os hotéis, restaurantes, cafés, botequins, confeitarias bilhares e charutarias, que poderão depois daquelas horas estar franqueadas ao público mediante licença especial da Prefeitura, em que se marcará quando devam fechar, attendendo-se, porém às conveniências do socego da polulação e da ordem publica.

1 A ordem do botequim é estabelecida em função dos recursos investidos no estabelecimento

Rosin, Máira | Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor | FAU-USP 2021

Pedidos de licença para funcionamento noturno

- Bar
- Bilhares
- Botequim
- Café
- Confeiraria
- Restaurante

Mapa produzido a partir da Planta da Cidade de São Paulo levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção de Obras e Viação da Prefeitura Municipal (1916) e da Série Alvará-Licença do Arquivo Histórico Municipal
Raster georreferenciado: Grupo Himaco
Vetorização: Máira Rosin
Software utilizado: QGIS
Projeção cartográfica: SAD 69 EPSG 29183

A demanda por meio de requerimentos se tornou tão alta que, em 1915, a prefeitura lançou um decreto a fim de permitir que em determinado perímetro da região central, não por acaso contido em nossa área de estudo, todos os estabelecimentos de diversões e alimentação pudessem funcionar além do horário permitido:

Planta nº 3

Traça o perímetro dentro do qual os botequins, cafés, bilhares, etc podem funcionar além das horas regulamentares, extinguindo as leis n.os 683 de 1903 e 1913 de 1912.
Julio Bueno²

Mapa 4: **Pedidos de licença para funcionamento noturno**
Fonte: Séries Alvará Licença e Papéis Avulsos do Arquivo Histórico de São Paulo

² Arquivo Histórico de São Paulo. Caixa 41 de Legislação.

Figura 1: **Perímetro de permissão para funcionamento além do horário regulamentar de bares, botequins, cafés, bilhares e etc.**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Caixa 41 de Legislação

O mapa anterior apresenta a área de estudo abordada nesta pesquisa, juntamente com a área delimitada pelo decreto da prefeitura de 1915. Os bares e botequins assinalados protocolaram seus requerimentos para autorização de funcionamento para além das 21h, em 1906. Notamos que todos eles estão situados na área que posteriormente seria determinada pela prefeitura como autorizada a manter “estabelecimentos de diversões e bebidas abertos” até mais tarde.

No entanto, percebemos que, ainda que a legislação tivesse alterado os horários de funcionamento para diversos estabelecimentos, ampliando-os para além do que estabelecia inicialmente o Código de Posturas Municipais, ainda assim eram recorrentes os registros de multa por funcionamento fora do horário regulamentar das determinações municipais. Isso fica evidente quando analisamos alguns dos autos de multa encontrados no acervo do ATJSP.

Em 1926, a Câmara Municipal de São Paulo autuou o comerciante Adoceu da Silva Netto³ pela infração da lei municipal n. 2954, que legislava:

Art 1º Os estabelecimentos commerciaes, industriaes e bancarios situados no Municipio, poderão funcconnar:

- a) Os da zona central e urbana, das 7 1/2 ás 18 1/2 horas.
- b) Os das zonas suburbana e rural, das 7 ás 19 1/2 horas.

§ 1º As casas commerciaes e industriaes, em qualquer ponto da cidade, fecharão as portas durante o dia de domingo e feriados federaes, estaduaes e municipaes⁴.

Adoceu foi multado em 50\$000 réis (cinquenta mil réis) por ter negociado em dia de domingo e por manter aberto às 10h50 seu armazém de secos e molhados, contrariando as disposições municipais. Através da leitura do processo, encontramos no final o recibo da quitação da multa e assim o processo foi encerrado.

Já em fevereiro de 1930, o dono do botequim situado à rua da Consolação n. 148 foi “multado em 50\$000, por ter conservado o botequim aberto depois das horas”⁵, ou seja, por infração da mesma lei supracitada. No auto de multa, consta na folha 4 do referido processo a informação que o endereço de residência de Armando é o mesmo do botequim, permitindo-nos, assim, observar que como em diversos outros casos, era recorrente que os proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais mantivessem suas residências junto a seus comércios, indicando a dupla função dos imóveis da região central, que era pretensamente comercial.

Mapa 5: **Área de permissão para funcionamento para além do horário regulamentar (1915)**

Autora: Máira Rosin

3 Câmara Municipal de São Paulo e Adoceu da Silva Netto (1926). Processo no TJ1 – 1001360766 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

4 Lei n. 2954 de 6 de abril de 1926. Disponível em leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/ lei-ordinaria/1926/295/2954/ lei-ordinaria-n-2954-1926- dispoe- sobre-as-horas-de-fechamento- dos- estabelecimentos-commerciaes- industriaes-e-bancarios-do-municipio- e-da-outras-providencias Acesso em 27.nov.2019.

5 Câmara Municipal de São Paulo e Armando L. dos Passos (1930). Processo no TJ1 – 1001360771 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

6 Ibidem.

7 Câmara Municipal de São Paulo e J. Fernandes Camarinho (1931) e Câmara Municipal de São Paulo e Antonio Gomes Faria (1931). Processo no TJ1 – 1001360716– 8 e TJ1 – 1001360714 – 3, respectivamente, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

8 Lei 2563 de 20 de dezembro de 1922. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1922/256/2563/lei-ordinaria-n-2563-1922-determina-as-horas-de-laboracao-do-pao-em-todas-as-padarias-do-municipio-aos-domingos-e-segundas-feiras-dando-outras-providencias> Acesso em 27.nov.2019.

9 Câmara Municipal de São Paulo e J. Fernandes Camarinho (1931). Processo no TJ1 – 1001360716 – 8 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Verifiquei que o Snr. Armando L. dos Passos morador á rua e nº acima mencionados [rua da Consolação n. 148], estabelecido com botequim e café, mantinha as portas abertas depois das horas regulamentares, as 19 horas e 45 minutos⁶.

A multa em questão foi aplicada a Armando, em 3 de fevereiro de 1930, referindo-se à infração numa segunda-feira, dia não permitido à manutenção de estabelecimentos comerciais para além das 18h30.

Chamam a atenção duas multas registradas no mesmo dia em duas padarias, ambas na rua Marquês de Itu, nos. 46 e 48⁷, ou seja, possivelmente imóveis vizinhos com a mesma ocupação. O fato de haver autos de qualificação junto à ata de multa se refere ao fato de que os comerciantes foram citados judicialmente pela infração cometida. As multas decorrem do descumprimento da lei n.2563 de 20 de dezembro de 1922, que:

DETERMINA AS HORAS DE LABORAÇÃO DO PÃO EM TODAS AS PADARIAS DO MUNICIPIO, AOS DOMINGOS E SEGUNDAS-FEIRAS, DANDO OUTRAS PROVIDENCIAS.

Firmiano de Moraes Pinto, Prefeito do Municipio de S. Paulo, Faço saber que a Camara, em sessão de 16 do corrente mez, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Em todas as padarias do Municipio cessará a laboração do pão e artigos affins ás 14 horas de domingo, e recommençará ás mesmas horas, na segunda-feira.

Parágrafo Único. Exceptuam-se desta disposição o dia de Paschoa e o dia de Natal e de Anno Bom, quando cahirem em segunda-feira⁸.

O proprietário da padaria situada no n. 48 da Rua Marquês de Itu é José Fernandes Camarinho, de 41 anos de idade, português, solteiro, negociante e com endereço mencionado no mesmo imóvel onde funciona a padaria. Camarinho foi multado na mesma quantia já citada, de 50\$000 réis, por ter trabalhado em sua padaria antes das horas regulamentares, ou seja, às 11h10 da manhã. Em seu depoimento como réu, Camarinho negou todas as acusações feitas a ele e disse que nunca trabalhou fora das horas regulamentares e que “nem é exacto que fiscaes da municipalidade tenham estado em seu estabelecimento no dia referido no auto”⁹. Há uma ata de audiência no processo, mas não constam as resoluções do caso nem o recibo de quitação da multa.

No mesmo três de fevereiro de 1931, Antonio Gomes Faria, proprietário da padaria situada na Rua Marquês de Itu n. 46,

foi autuado cerca de meia hora depois de seu vizinho, pelo mesmo motivo: “funcionava antes das horas regulamentares com os fornos acesos”¹⁰.

Antonio Gomes Faria, com 43 anos de idade, casado, negociante, português e residente no mesmo endereço da padaria também foi enquadrado na lei n.2563 de 20 de dezembro de 1922.

É possível, portanto, percebermos que tanto as infrações como a vigilância eram recorrentes e que, apesar do imenso controle, muitas das atividades da cidade ainda permaneciam distantes do controle da municipalidade. Infelizmente, o acesso a autos de multa é dos mais difíceis sendo, no entanto, possível apenas uma reflexão por amostragem.

Toda essa documentação em análise revela, indiretamente, que as leis se adequaram aos rumos que a cidade tomava, para assim ao menos tentar controlar a indisciplina no espaço urbano que tanto incomodava o Estado e seus legisladores.

A maior parte das ocorrências citadas nessa tese acontecem justamente fora do horário legal para permanência dos negócios, evidenciando que a cidade se mantinha em funcionamento na ilegalidade. A partir desta observação, veremos que apesar dos instrumentos de controle policial e legislativo, encontramos diversas camadas da vida ébria e noturna da cidade perambulando a despeito das proibições.

As donas da cidade: mulheres proprietárias de bares

É interessante notar a forte presença feminina gerindo bares e demais estabelecimentos relacionados a diversões. O tema será analisado a fim de iluminar a presença das mulheres e o papel exercido por elas nesses cenários, num universo tratado pela historiografia como predominantemente masculino. O número de alvarás tanto para funcionamento na madrugada quanto para a abertura de novos estabelecimentos requeridos por mulheres traz luz a uma série de questões não só relacionadas às questões de gênero, como também ao ordenamento urbano e à gestão de negócios na capital.

A seguir, reproduzimos alguns dos alvarás requeridos por mulheres:

Diz Antonia Fernandes Ruiz, estabelecida comum botequim, à rua de São João 94, que desejando negociar, à porta de sua casa, com um pequeno tabuleiro de fumos, requer a V. Ex.cia se digne conceder-lhe o necessário alvará de licença. São Paulo, 5 de fevereiro de 1906

10 Câmara Municipal de São Paulo e Antonio Gomes Faria (1931). TJ1 – 1001360714 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

D^a Antonietta Talento, desejando estabelecer-se com pequeno Botequim de bebidas a rua Santa Ephigênia n^o 126, requer a V. Excia se digne a conceder à apelante o competente alvará de licença pelo estabelecimento e guia para pagamento do imposto que for lavrado na força da lei. São Paulo, 9 de julho de 1906

Diz Angelina Pracchia que desejando pagar o imposto de Jogo de Bolas a Alameda Barão de Limeira n^o 180, vem pedir a V. Ex.cia guia para pagamento de alvará. São Paulo, 10 de maio de 1906

Diz Eugenia Petroni que é estabelecida na casa n^o 109 da Rua de São João com Botequim e desejando fazer um Jogo de Bolas no quintal, vem respeitosamente pedir a V. Ex.cia o necessário alvará e guia para pagamento do importo. São Paulo, 24 de setembro de 1906

O abaixo assignado, estabelecido com Botequim ao Largo da Sé n^o 15A, tendo sido lançado para pagamento do imposto, vem requerer-vos o respectivo alvará de licença e guia para ter portas abertas depois da hora regimental. São Paulo, 01 de agosto de 1906
Maria Ferreira Carvalho

Illmo. E Ex.mo Im. Conselheiro Dr. Antonio da Silva Prado, M. D. Prefeito Municipal
Respondendo o officio de V. Ex.cia de 28 do mez findo, a respeito do requerimento feito por Josephina Ferreira Feia para continuar com seu botequim aberto até 1 hora da noite, tenho a honra de enviar por cópia a informação que sobre o assumpto presta-me o Dr. 3^o Delegado, com o qual estou de accordo.
Saúde e fraternidade
O Chefe de Policia interino,
Arthur Pinheiro Prado¹¹

11 Arquivo Histórico de São Paulo. Fundo Polícia e Higiene. Série: Alvará-Licença.

12 A Justiça contra Ricardo Fernandes e Athanasia Sabina (1909). Processo no 05850244 – 0031 – 4 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Quando partimos para os autos-crime, um dos que nos chama a atenção é a ocorrência registrada no bar da francesa Maria Pignoli, estabelecido na Rua do Seminário n. 8¹², local que também servia de moradia para ela, elucidando assim algumas práticas da cidade, onde comércio e moradia coexistiam em um mesmo endereço.

A ocorrência relata um crime de agressão (Artigo 303 do Código Penal de 1890 – apontado na capa do processo) em um botequim localizado na já referida Rua do Seminário, n. 8, onde estavam os réus, Sabina Athanasio e Ricardo Fernandes. Estes teriam agredido a dona do estabelecimento, a viúva francesa Maria Pignoli, após esta ter acusado Ricardo de roubar a quantia de 40\$000 réis de sua casa.

O crime ocorreu a cerca das 23h – conforme registro policial – e relata a prisão de ambos os réus em flagrante por um soldado que passava pelo estabelecimento.

Ricardo Fernandes, com 33 anos de idade, espanhol e residente à Rua Voluntários da Pátria n. 4, disse que agrediu Maria Pignoli por ela tê-lo chamado de ladrão dentro do botequim e em frente a diversas pessoas:

Em sua defesa disse ser verdadeira a narrativa de seu conductor e que aggredio e ferio a offendida, cujo nome ignora, pelo facto de haver chamado de ladrão. A offendida disse-lhe essas palavras na frente de **mais de vinte pessoas, que se achavam no botequim**, não sabe o nome de nenhuma delas.¹³

13 Ibidem, grifo nosso.

Ricardo foi acusado por Maria de ter furtado uma mala que estava dentro de sua casa – o que revela a dupla função do imóvel – contendo a quantia de 40\$000 réis. Ricardo tinha, porém, uma conhecida no botequim, que também foi conduzida à delegacia por ter, junto a Ricardo, agredido a dona do estabelecimento. Trata-se de Sabina Athanasio, com 32 anos de idade, italiana e residente à Rua Voluntários da Pátria n. 4. Ricardo e Sabina viviam amasiados, dividindo, portanto, o mesmo endereço.

Sabina afirma que estava no referido botequim e discutiu com a proprietária por esta ter acusado seu amigo Ricardo de furto.

Figura 2: **Rua do Seminário**
Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – Tombo DC/0000091/D (1910-1915)

Figura 3: **Rua do Seminário**
Autor: Aurélio Becherini

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – Tombo DC/0000122/C (1910-1920)

O depoimento de Maria Pignoli, a dona do botequim, é um dos mais interessantes do processo. Há, em seu relato, um ato falho que nos instiga a pensar nas atividades que ocorriam no botequim, no momento em que se deu a confusão.

Declarou que hoje, cerca de onze horas da noite, achavam-se em seu botequim diversas pessoas, **bebendo e jogando, e dançando...**¹⁴

14 Ibidem, grifo nosso.

No caso da referência ao jogo, atividade ilegal da qual falaremos mais adiante, a correção de Maria Pignoli foi providencial para disfarçar as atividades que aconteciam dentro de seu estabelecimento.

De volta ao depoimento, Maria autorizou que Ricardo usasse seu banheiro privativo, nos fundos do imóvel. No lavatório havia “uma valise com quarenta mil réis em miúdos”. Ao acusar o roubo dentro do botequim, Maria foi agredida primeiro por Sabina e em seguida por Ricardo, que deu um golpe na cabeça de Maria com uma bengala. O cômodo com banheiro privativo ocupado pelos agressores alude à atividade de pensão ou “casa de tolerância” simultânea à de jogo, no estabelecimento de Maria Pignoli.

Aos fatos, seguem algumas testemunhas, como Manuel Fernandes, de 17 anos, solteiro, português, residente à Travessa do Hospício n. 2, e João Busseti, 40 anos, casado, italiano, construtor, residente à rua Barra Funda n. 78; os depoimentos de ambos acrescentam que a ré, Sabina, na verdade, era amásia de Ricardo e que os dois réus agrediram e furtaram a vítima.

Os réus são representados pelo advogado Marrey Júnior, na ocasião com 24 anos de idade. Ainda no começo da carreira, o advogado usa como argumento de defesa dos réus a ideia

de que Maria Pignoli, na verdade, seria proprietária de uma “casa de tolerância” na Rua do Seminário e não de um botequim, ou seja, o argumento tornaria seu negócio ilegal, além de desqualificar seu depoimento. Ele também tenta desqualificar as testemunhas.

Pouco depois da ocorrência, Marrey Júnior começaria a se destacar politicamente, sendo eleito vereador na cidade de São Paulo em 1915 e, pouco depois, assumindo os cargos de Deputado Estadual e posteriormente Deputado Federal. Atuou junto ao governo de Getúlio Vargas e foi um dos responsáveis pela implementação da CLT. É interessante notar que figuras que depois teriam destaque na administração pública e prestígio social atuaram em causas comuns e, muitas vezes, defendendo aqueles que, posteriormente, seriam combatidos por suas ações enquanto políticos. Ele também foi um dos responsáveis pela reformulação do Código Penal, em 1940.

Após as defesas protocoladas, o juiz julgou improcedente a denúncia contra Sabina, acolhendo, no entanto, a denúncia contra Ricardo Fernandes, que vai a júri ainda em 1909. Apesar de, por unanimidade, o júri afirmar que ele cometeu a agressão com superioridade de força contra Maria Pignoli, a sentença o absolveu.

É interessante também notar o horário e a distância das residências dos envolvidos com relação ao botequim. Isso demonstra que a vida noturna era bastante ativa para os trabalhadores da cidade, que se movimentavam dos perímetros urbanos e suburbanos ao centro para se divertir.

Segundo Sidney Chalhoub, após a Abolição da Escravidão no Brasil, em 1888, as autoridades começaram a pensar sobre o ócio e categorizá-lo como incompatível ao mundo do trabalho:

Todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. (CHALHOUB, 2001, p. 73)

É também importante salientar a forma como a documentação acerca dos bares e botequins e de seus horários de funcionamento nos dá a dimensão da vida noturna que São Paulo tinha no período estudado.

Para compreendermos um pouco sobre o consumo de bebidas alcoólicas na cidade, tomamos como exemplo o processo de penhora dos bens do bar de D. Maria Emilia Cerqueira, que

15 Auto de Execução – Francisco Freitas Lomelino e Maria Emilia Cerqueira (1936). Processo no TJ1 - 1001285922 – 2 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

em 1936 sofreu um processo de execução de alugueis por parte do proprietário do imóvel por ela ocupado, Francisco Freitas Lomelino.¹⁵

No imóvel alugado na Rua Conselheiro Nébias n. 235 por Maria Emilia, funciona um bar e, por falta de pagamento ao proprietário do imóvel, este requer a penhora dos bens estabelecidos dentro do imóvel para a quitação da dívida de 5:000\$000 réis. O alto valor da dívida, bem como os móveis, objetos e bebidas citados no processo, nos permitem imaginar o bar e também indicam aspectos do mercado imobiliário rentista existente na região central, revelando proprietários e inquilinos com perfis sociais distintos.

Para o pagamento da dívida de Maria Emilia foram penhorados os seguintes bens:

Com as formalidades legais, penhorei, como bem penhorado tenho, os seguintes bens que me foram oferecidos a penhora pela própria executada, a saber: - uma prateleira de três corpos, envidraçada, de três metros de comprimento, mais ou menos, um balcão de três metros de comprimento, mais ou menos, entalhado e envernizado, uma machina de café marca “Soberana” sob o n. 89, - um aparelho de radio da marca “Philips” de seis válvulas, sem numero, - uma machina registradora Marca “Ankel”, marcando 39\$900, - duas vitrinas de metal para frios medindo um metro de comprimento por sessenta centímetros de largura, - **quatro garrações de vinho tinto portuguez, - vinte e cinco garrações de canninha, - cinco litros de vermouthe “Gambarota”, - dez garrafas de vinho virgem estrangeiro, - seis garrafas de “Undenberg”, - três garradas de fernet “Trentino”, - cinco garrafas de “Passito” Nokel, nacional e três garrafas de Cusmo, - três garrafas de Anizete, - seis litros de “Gambarota”, - seis litros de Ferro-Quina Trentino, - seis litros de Grappa, - uma armação para cigarros de duas portas de vidro, - um relógio de parede.**¹⁶

O rol de bebidas alcoólicas listadas na penhora é bastante significativo, revelando muito sobre os hábitos de consumo dos frequentadores dos bares e botequins da cidade. Isso nos permite compreender a quantidade de processos envolvendo ébrios como réus ou vítimas, uma vez que a bebida era parte do cotidiano das diversões e do consumo na cidade.

16 Ibidem, grifo nosso.

Figura 4: **Rua Conselheiro Nébias**
Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – Tombo DC/0000788/E (1895)

O mesmo tipo de disputa ocorrida no estabelecimento da referida Maria Pignoli aconteceu também no botequim de Ângela Theodori – o Botequim da Angelina –, sito na Rua Mauá, no qual um praça efetuou a prisão do pedreiro José Augusto e do cocheiro Vicente de Lucca, ambos residentes no bairro do Brás. De Lucca, cujo apelido era Galinha, foi agredido por José Augusto com uma bengala e, posteriormente, alvejado com vários tiros.

Dois anos antes, Vicente de Lucca – o Galinha – se envolvera em outro crime pela cidade, do qual trataremos mais tarde, porém, a reincidência chama a atenção, bem como a sua vivência na boêmia noturna da qual alguns outros personagens da cidade também faziam parte. A ficha criminal de Galinha está anexada ao processo pois, ao ser preso, a polícia informa que ele já tinha inúmeras passagens por desordem, vadiagem e por estar constantemente embriagado. Ele também era procurado por ter, em 1912, sido o autor de uma tentativa de homicídio na mesma Rua Mauá.

Angelina, a dona do botequim, é uma das poucas proprietárias de bar cujo endereço de residência é diferente daquele em que mantém o bar, vivendo na Rua Vitória n. 2.

Novamente, como aponta Maria Sylvia de Carvalho Franco, a rixa em um botequim se dá por motivo fútil e superficial (FRANCO apud CHALHOUN, 2012, p. 309), envolvendo os presentes de forma fortuita e, em alguns momentos, se mantendo como um padrão social.

Paulo Garcez Marins aponta que a desordem e o tumulto se apresentam como formas de existir na cidade (MARINS, 2008, p. 133), formando assim o tecido social da cidade que se sobrepõe aos traçados urbanos e se estabelece como forma de resistência às imposições sociais que a própria urbe impõe. Para Antônio Cândido, a dialética da ordem contra a desordem se estabelece nas cidades, tanto no âmbito das relações sociais quanto das urbanas (2004, p. 22).

Mapa 6: **Botequins administrados por mulheres**
Autora: Maíra Rosin

Como vimos, a documentação aponta para um grande número de estabelecimentos geridos por mulheres, sobretudo aqueles que ocupavam o espaço da chamada Cidade Nova. Ao contrário dos tradicionais cafés da região do Triângulo, trata-se de estabelecimentos mais simples, nos quais o espaço dos divertimentos e convivência era compartilhado com o espaço de moradia, o mesmo ocorrendo em bares geridos por homens.

No entanto, como podemos ver através do mapa, ainda que essas mulheres ainda não gozassem de direitos políticos – o que só viria a ser estabelecido quando, em 1932, as mulheres obtivessem o direito ao voto –, a cidade pensada por e para homens tinha em si uma forte presença feminina. Mulheres viviam os espaços de sociabilidade fora da prostituição e ajudavam a constituir não só a economia, como também a paisagem urbana, sendo essenciais nos processos de formação da capital.

Pignoli, Angelina e tantas outras mulheres que fizeram requerimentos para a abertura de bares e botequins são partes fundamentais na configuração do tecido social que compõe a cidade e, por isso, é importante demonstrar como essas figuras atuavam no cotidiano, lícita ou ilicitamente. Aqui, vemos mulheres que fogem do estereótipo de mãe virtuosa, da mulher burguesa reclusa em sua casa ou ainda das trabalhadoras domésticas. Vemos mulheres que têm em seus estabelecimentos comerciais a fonte de seu sustento, ainda que, como fez Marrey Júnior, haja uma tentativa de desqualificá-las socialmente. Como afirma Michelle Perrot, “além do lar, as mulheres agem na cidade, e o inventário de suas intervenções, formais ou informais, pontuais ou habituais, seria longo” (PERROT, 2010, p. 181).

Em sua obra *Minha História das Mulheres*, Perrot também traz a narrativa sobre o silêncio das fontes quanto às mulheres, ou seja, “a dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas” (PERROT, 2007, p. 17). Ao observar que estamos nos utilizando de fontes da polícia, percebemos que seus espaços são discretos, embora sua presença seja muito maior do que a que aparece nos relatos.

Entrementes, na cidade também se estabelecem outras relações sociais, onde homens atuam à margem da lei, no submundo do jogo e em outras relações, sobretudo em salões de bilhar, conforme veremos a seguir.

A cidade vista do alto

A cidade não é a mesma para todos os seus habitantes. Ela sempre se apresenta de maneira distinta para os mais e os menos abastados, como se houvesse duas cidades diferentes que se sobrepõem. As autoridades agiram de forma diferente com aqueles que são membros das elites ou que gozavam de prestígio social.

É olhando para essas pessoas que conseguimos perceber as duas cidades, bem como compreender em que medida os espaços de divertimentos e sociabilidade eram distintos para cada camada social que vivia na cidade, ainda que estivessem muito próximos.

O primeiro caso que abordaremos é o que envolveu Gregório Prates da Fonseca e amigos, na noite do dia 1º de setembro de 1917, envolvendo diversos espaços e um crime¹⁷.

Naquela noite, Gregório Prates da Fonseca estava jogando bilhar no salão dos fundos do “Restaurant Progredior”, na Rua 15 de Novembro n. 38, e no salão do bar do mesmo restaurante. Lycurgo de Carvalho estava em companhia de Mauro Vergueiro quando, após uma discussão, deixaram desmaiado José Brant Carvalho.

O local onde começou a desavença já chama a atenção por si pois, ao contrário do que vimos até agora, o Progredior foi, de acordo com Heloisa Barbuy, o restaurante mais importante da Rua 15 de Novembro, sendo inaugurado por volta de 1893 e, apesar de permanecer aberto durante grande parte do dia, inclusive para o almoço, sua frequência mais importante era a noturna (BARBUY, 2006, p. 124).

Barbuy acrescenta que:

Era o mais luxuoso restaurante da capital no final do século XIX e, por certo, o mais cosmopolita daqueles anos sendo, segundo Cícero Marques, mais frequentados pelos próprios estrangeiros. Mas, afinal, por que razões teria ele se transformado num ícone do cosmopolitismo? Antes de mais nada, por sua localização, na rua principal, e pela arquitetura imponente e sintonizada com o ecletismo europeu. (BARBUY, 2006, p. 124)

O restaurante contava com um ambiente luxuoso, que “prometia transportar o frequentador aos melhores salões da Europa” (BARBUY, 2006, p. 125), apresentando concertos de música durante as refeições. O espaço também possuía uma confeitaria e, nos fundos desta, se encontrava o bilhar do Progredior, local onde a confusão teve início. O bilhar havia sido inaugurado no ano anterior.

É interessante percebermos como, mesmo dentro dos estabelecimentos mais luxuosos, os bilhares se multiplicavam pela cidade. Dentre os processos analisados, são diversas as referências a tais espaços como locais de diversão e convivência.

Figura 5: Anúncio da inauguração dos “Bilhares Progredior”

Fonte: Correio Paulistano, edição n. 18852 de 7 de janeiro de 1916

Em 1918, o Progredior teve seu nome alterado para “Thebahida”, mantendo, no entanto, o luxo e o requinte que o tornaram famoso e sendo definido no Almanak Laemmert como restaurante, casa de concertos e bar “de primeira ordem”, sendo frequentado sobretudo por advogados e estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Joana Monteleone aponta que:

Os cafés multiplicaram e passados poucos anos já eram incontáveis, parte essencial da paisagem da cidade. Eram de vários tipos e voltados para diferentes públicos. Os mais chiques, que exigiam mais investimento para serem abertos ou cujos produtos custavam mais caro para os consumidores foram imortalizados em diversos relatos sobre São Paulo. (MONTELEONE, 2015, p. 85)

É justamente o caso do Progredior e dos outros cafés pelos quais passaram Lycurgo de Carvalho, Gregório Prates da Fonseca e os demais envolvidos na ocorrência.

Figura 6: Interior do Restaurante Progredior

Fonte: BARBUY, Heloisa. A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: Edusp, 2006, p. 124.

17 A Justiça contra Gregório Prates da Fonseca (1917). Processo A81-1000026446 – 6 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Figura 7: Interior do Restaurante Progredior

Fonte: BARBUY, Heloisa.
A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914.
São Paulo: Edusp, 2006, p. 124.

Com exceção da vítima, Lycurgo de Carvalho, todos os homens envolvidos na briga eram advogados ou estudantes da Faculdade de Direito. Um deles, o Dr. Mello Nogueira, foi tratado durante todo o processo por “doutor” e “bacharel”, sempre tendo evidenciada sua posição. Morador da Avenida Paulista, Mello Nogueira foi crítico gastronômico e de arte, escrevendo para o jornal Correio Paulistano. A revista A Cigarra o considerava “o typo bem acabado do paulista, caracter recto, educação finíssima e maneiras delicadas”.

Figura 8: Dr. Mello Nogueira

Fonte: A Cigarra, edição 60, 1917.

Lycurgo de Carvalho, por sua vez, era um brigão contumaz, tendo respondido por diversas desordens em Campinas, sua cidade natal, e em São Paulo, onde poucos anos antes havia se envolvido em uma briga que terminou na morte do professor Laurindo Penna, no ano de 1915. Na ocasião, Lycurgo era funcionário dos Correios. Segundo o jornal Correio Paulistano, Lycurgo era amigo de Vicente de Lucca, mais conhecido como Galinha, indiciado em 1916 por um crime com arma de fogo no botequim da Angelina, do qual já falamos nessa tese (edição 18648, 16 de junho de 1915).

Ainda no Progredior, os amigos de José Brant Carvalho ficaram indignados e foram atrás de Lycurgo para tomar satisfações.

Foram então até o Bar 15, na Rua 15 de Novembro, onde encontraram Gregório Prates da Fonseca, que saiu sem demora, e os outros denunciados, que perceberam que Lycurgo não estava ali. Foi então que o Dr. Mello Nogueira disse “quem vai brigar agora com ele sou eu”.

Saíram todos e desceram a Ladeira de São João, parando na esquina da Conselheiro Crispiniano. O Dr. Mello Nogueira disse então que Lycurgo poderia ser encontrado no botequim Carlino, que ficava na Rua São João n. 151. Em seguida, foram em direção a esse estabelecimento, onde chegaram por volta da meia-noite e entraram, estando o Dr. Mello Nogueira sempre à frente.

Perguntaram se Lycurgo estava lá e, ao ouvirem que sim, entraram no estabelecimento. Lycurgo estava com amigos sentado em uma mesa e o Dr. Mello Nogueira foi até ele e disse “Você disse?”, ao que Lycurgo respondeu “Não disse”. Gregório Prates da Fonseca, exaltado, gritou “SUSTENTE! SUSTENTE!”. Os dois então trocaram tiros, ficando com os ferimentos que constam no auto de corpo de delito. Caído, Lycurgo agonizou no chão do botequim. Outras testemunhas alegaram que, ao sair do bar, Gregório Prates da Fonseca gritava “Vinguei-me”. Gregório fugiu para o Hotel Savoy antes que a polícia chegasse ao local.

Gregório Prates da Fonseca era membro da aristocracia paulista. Em 1916, Fonseca fez uma viagem de barco com o irmão, Augusto, que saiu da Ponte Grande, no rio Tietê, em direção a Buenos Aires. A viagem durou mais de três meses e foi bastante noticiada por diversos veículos de imprensa, que se referiam a Fonseca sempre em tom bastante elogioso e distinto.

Figura 9: Planta do Botequim do Carlino

Fonte: A Justiça contra Gregório Prates da Fonseca (1917).
Processo A81 – 1000026446 –
6 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. p. 80.

Figura 10: **Gregório e Augusto Prates da Fonseca partem de barco da Ponte Grande, no rio Tietê.**

Fonte: Revista A Cigarra, n. 46.

O "Bandeirante" partindo da Ponte Grande com destino a Buenos Ayres

Sidney Chalhoub aponta que o crime, em especial o de homicídio, deve ser visto não só como algum tipo de "comportamento social desviante", mas também como uma reação de tensão e conflito entre indivíduos (CHALHOUB, 2012, p. 87). Prates da Fonseca, sendo membro das elites da cidade, foge do estereótipo do vadio, do criminoso vigiado pela polícia e comete o assassinato de Lycurgo oportunamente, estando claro em todos os depoimentos que a única razão para o ato foi o desentendimento e as provocações da vítima desde o Progredior até o botequim do Carlino.

Figura 11: **Gregório Prates da Fonseca**

Fonte: Correio Paulistano, edição 19430 de 12 de agosto de 1917.

A polícia apreendeu no botequim a arma usada para praticar o crime, encaminhando também para a delegacia o Dr. Mello Nogueira, o Dr. José Aníbal de Azevedo e José Brant Carvalho. Mello Nogueira tinha um ferimento em uma das mãos.

O botequim do Carlino, localizado na Rua São João n. 151 – do mesmo lado esquerdo da rua onde as demolições do projeto de modernização não avançaram – pertencia ao comerciante italiano Carlo Cecchini – o Carlino – que geria o restaurante ao lado do filho Alfredo. Ambos residiam nos fundos do bar, algo que como vimos era bastante comum - comércio e moradia num mesmo espaço. Era Alfredo quem servia no balcão do bar quando se deu a ocorrência. Curiosamente, foi o botequim quem ganhou destaque, uma vez que o crime passou a ser referido no jornal como "Conflicto no Botequim do Carlino" (Correio Paulistano, edição 19430 de 12 de agosto de 1917).

No momento da ocorrência, vários homens bebiam no restaurante e acabaram testemunhando o evento. É interessante notar que são homens das mais diversas origens e profissões, desde atores do Theatro de Variedades, contíguo ao botequim do Carlino, a trabalhadores do comércio, da construção e advogados e membros das camadas mais abastadas. Isso nos permite entrever que, por mais que a cidade segregasse os diferentes em alguns lugares, em outros a convivência se dava de maneira assaz integrada. Oscar de Sousa Brandão, também ferido no conflito, era um artista que tinha acabado de sair do Salão Lyra, no Largo do Paissandú, onde dirigia as peças "O amor louco" e "Mulher-homem". Oscar não tinha qualquer ligação com Gregório ou Lycurgo, tendo sido atingido por acidente. Com exceção de Mello Nogueira, que se diz abstinente no processo, todos os envolvidos no litígio estavam bêbados no momento da ocorrência.

O Dr. Mello Nogueira seguiu então para a sede do jornal Correio Paulistano, localizado em uma esquina da Rua São Bento, seguindo posteriormente para os cafés Paulista e Triângulo, indo à polícia somente depois. No dia seguinte ao crime, o Correio Paulistano informou a ocorrência, apontando que:

Vários moços pertencentes à melhor sociedade envolveram-se num conflito que termina por um intenso tiroteio – morre um dos contendores e mais duas pessoas recebem ferimentos de bala – num botequim da avenida São João em frente a igreja do Rosário.
(edição 19429, 11 de agosto de 1917)

Além de ser colunista no jornal, como já abordamos, é importante ressaltar que o Correio Paulistano era o jornal da oligarquia cafeeira paulista e ligado ao Partido Republicano Paulista.

A edição também destaca que a vítima já havia se envolvido em diversos casos policiais “devido à irascibilidade do seu gênio” (edição 19429, 11 de agosto de 1917).

Figura 12: **Lycurgo de Carvalho.**
Fonte: Correio Paulistano, edição 19430 de 12 de agosto de 1917.

Figura 13: **Sede do jornal Correio Paulistano, na Rua São Bento.**

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, tombo DC/0000282/D. Autor desconhecido (c. 1910-1915).

Chama a atenção o percurso realizado pelo grupo, bem como a série de bares e cafés por onde estiveram, o que nos permite perceber a vivacidade da noite na cidade de São Paulo e também o fato de não serem apenas trabalhadores dos setores médios que frequentavam a cidade noturna. A caminhada pela cidade evidencia que, apesar das diversas tentativas de controle das **Posturas Municipais**, não eram poucos os estabelecimentos que se mantinham abertos e tampouco voltados às camadas menos abastadas da população.

O mapa abaixo também permite perceber que o percurso efetuado pelo réu e por seus companheiros passa justamente

pela área da cidade que foi reformada nas primeiras intervenções de “Embelezamento e Melhoramentos Urbanos” pelas quais passou a região central.

É possível também notar que a área mais nobre da cidade – o Triângulo Comercial – é o espaço onde se encontravam os cafés e restaurantes cujas frequências eram mais elitizadas, enquanto a Cidade Nova, onde estava o botequim do Carlino, atraía outro tipo de público.

Tal crime nos permite perceber a quantidade de estabelecimentos abertos para além do horário regular de funcionamento, bem como os processos de construção social das narrativas, exemplificadas através das palavras do Correio Paulistano, e da construção do processo criminal, que atua de diferentes formas conforme o lugar social em que estão os envolvidos.

Henrique Bifano, uma das testemunhas, foi posteriormente, a cerca das três horas da madrugada, ao “Palais Elegant”, na rua Conselheiro Crispiniano n. 17, onde encontrou com José Brant de Carvalho e o dr. José Aníbal sentados em uma mesa bebendo. Ao avistá-los, Bifano comentou com os dois o ocorrido. José Brant de Carvalho então o chamou para um particular, contando que o assassinato de Lycurgo se daria mais dia menos dia, em razão dos desacordos existentes entre ele

Mapa 7: **Trajeto do crime envolvendo Lycurgo de Carvalho e Gregório Prates da Fonseca.**
Fonte: Maira Rosin

e Gregório Prates da Fonseca. Outro ponto que cabe tocar é o fato de os bares permanecerem abertos madrugada adentro, contrariando a legislação.

Durante o processo, bastante extenso, Prates da Fonseca é representado por Júlio de Mesquita Filho, também membro da elite urbana paulista e herdeiro do jornal O Estado de São Paulo.

Somente Gregório Prates da Fonseca foi indiciado pelo crime, sendo seus companheiros apenas testemunhas. Ele permaneceu internado até o mês de setembro por conta do ferimento à bala que recebeu no dia da ocorrência, mas sua prisão durou pouco. Em 20 de dezembro de 1917, ele foi considerado inocente e absolvido pelo crime.

Embora fosse réu confesso, Prates da Fonseca – que era advogado e já havia participado como jurado em diversos Tribunais do Júri – foi beneficiado em sua sentença, ao contrário de, como vimos, outros homens que não gozavam do mesmo prestígio social.

O mesmo se observa quando olhamos para o caso envolvendo o, à época, estudante de direito Joaquim Procópio Pinto Chichorro Neto¹⁸. Ele caminhava alcoolizado pela rua Ipiranga, nas proximidades da Rua 24 de Maio, no dia 7 de dezembro de 1912, a cerca das três horas da manhã, em companhia do amigo Mauro Vergueiro, quando começaram a insultar o jornalista Jorge Worms. Como ambos estavam muito bêbados, Worms pediu que não insistissem nos insultos. Neste momento, apareceu um soldado que pediu para que eles deixassem Worms em paz. Outros estudantes tentaram agredir o soldado. Worms foi agredido por Chichorro Neto, que correu em direção a um bordel logo à frente.

Em seu depoimento, Chichorro Neto disse que estava **“dando expansão à alegria que sentia, cantava e falava em voz alta, brincando com as mulheres da vida airada que se achavam nas janelas de suas casas”**, quando Worms implicou com seu modo de viver. Após a confusão, ele entrou na casa de n. 77 da Rua Ipiranga, onde estava a prostituta francesa Luiza de Valois, a primeira testemunha do caso.

É importante ressaltar que a Rua Ipiranga, na época, era uma rua estreita de casinhas onde predominava o mero-trício. Junto às outras ruas onde a prostituição se estendia, como veremos no capítulo 2, a Rua Ipiranga foi um dos alvos do Plano de Avenidas de Prestes Maia, que mudou completamente sua configuração, alargando-a e tirando dela a memória das tais casinhas e, com isso, as meretrizes que ali trabalhavam. Voltaremos às meretrizes e ao Plano de Avenidas no próximo capítulo.

Figura 14: Rua Ipiranga

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, tombo DC/0000299/D. Autor desconhecido

Dentro da casa, Chichorro Neto encontrou o Dr. Raphael Coutinho Filho, delegado de polícia, que mandou que ele seguisse em paz, dizendo que não tinha culpa alguma e que não seria necessária a averiguação dos fatos. Coutinho Filho era membro do **Gabinete de Investigações**, responsável justamente pela fiscalização de lupanares, proibidos por lei. Destacamos aqui que a presença de um delegado de polícia no local é um forte indício de como a legalidade e a ilegalidade estavam entrelaçadas.

Além de conhecido do delegado, Chichorro Neto era membro de uma abastada família do estado do Paraná e, como no caso anterior, membro também de uma elite estudantil, uma vez que a Faculdade de Direito do Largo São Francisco era frequentada pelos membros das mais altas classes.

Infelizmente, o processo está incompleto, com algumas páginas faltando em seu interior. Só conseguimos recolher as informações aqui colocadas. Embora ele se encerre abruptamente, na última folha o caso consta como arquivado, ou seja, a denúncia não teve continuidade.

Mais uma vez, o álcool aparece junto à vida noturna urbana, bem como o avanço da hora e a percepção — sobretudo quando percebemos que os bordéis da Rua Ipiranga ainda funcionavam — de que a cidade se mantinha ativa pela noite adentro, ao contrário do que determinavam os ditames do governo.

O último caso de que trataremos neste capítulo envolve como réus José Ferraz Leite, Alberto Fernandes e Pedro Bifano¹⁹. Este era irmão de Henrique Bifano, uma das testemunhas do caso do Botequim do Carlino. Ambos viviam na mesma casa, na Rua Augusta n. 317.

Na madrugada do dia 10 de fevereiro de 1919, após saírem de um baile de Carnaval, os indiciados estavam no Café Central,

19 A Justiça contra José Ferraz Leite e outros (1919). Processo 010G0532 – 0006 – 6 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

18 A Justiça contra Joaquim Procópio Pinto Chichorro Neto (1912). Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

em uma roda de amigos, quando houve um desentendimento entre Pedro Bifano e José Ferraz Leite. Bifano foi então para o Café Acadêmico, onde cruzou novamente com Leite, que sacou uma arma e disparou dois tiros na direção de Bifano, que não foi atingido. Leite afirmou que, quando se deu a discussão, Bifano o agrediu a socos e cadeiradas, fugindo para o Café Triângulo e, em seguida, para o Café Acadêmico.

Novamente, o horário da ocorrência chama a atenção. Era madrugada e os cafés do Triângulo Comercial — área mais valorizada de São Paulo — ainda estavam em pleno funcionamento. Também destacamos a relação da cidade com as sociabilidades e o Carnaval, que já no início do século XX atraía muitas pessoas para as ruas, bem como fazia com que estas permanecessem pelos bares, cafés e afins até o amanhecer.

O Carnaval era um dos eventos mais rentáveis para a cidade, sendo financiado pela prefeitura e, posteriormente, como veremos, alvo de um grande debate junto ao **Departamento de Cultura** e a **municipalidade**.

É importante lembrar que todos os cafés citados estão situados no Triângulo Comercial, ou seja, na porção mais valorizada da cidade, contendo bancos e os palacetes comerciais típicos da era republicana, com lojas no térreo e escritórios nos andares superiores. Os deslocamentos entre diversos espaços distintos na mesma noite, padrão que também observamos no caso do Botequim do Carlino, nos permitem entrever as práticas e costumes urbanos, bem como a forma como os habitantes e a cidade lidavam com o espaço.

Segundo Milena de Oliveira:

O Triângulo passou a oferecer espaços de lazer e sociabilidade diferenciados segundo o grupo social que os frequentavam. Para elite eram reservados certos restaurantes, hotéis, cafés, confeitarias e bilhares. Aos trabalhadores, o espaço do Triângulo era proibido, como se mostrou a partir de algumas medidas proibindo a circulação de veículos de tração animal e deixando o espaço livre para o footing dos elegantes. (OLIVEIRA, 2014, p. 96)

Figura 15: **Rua 15 de Novembro.**
(c. 1912)

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, tombo DC/0000115/E. Autor desconhecido

Figura 16: **Rua Direita**
(c. 1914-1916)

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, tombo DC/0000090/E.
Autor: Aurélio Beccherini.

Apesar de haver crime, novamente o processo é interrompido e as causas não são apuradas.

Tais situações nos permitem perceber que as instituições de controle e punição das sociabilidades agem e reagem de forma diversa com cada grupo social, sendo as leis menos exigentes àqueles com alto status social. Outro fator que chama atenção é o fato de a cidade noturna ser para todos, com os divertimentos públicos noturnos abertos para para todas as classes sociais, embora frequentados por nichos distintos, de acordo com suas posses. Mas nota-se a presença recorrente de homens de todos os estratos sociais nas ruas, bebendo e agindo do mesmo modo em uma cidade viva e noturna, cujos divertimentos acontecem em diversos tipos de lugares, como veremos no capítulo a seguir, e onde a cidade dos ricos e dos pobres também se evidencia na forma como é reprimida.

Batalha em fundo de caçapa: os bilhares, jogo do bicho e outros bares pela cidade

De todos os espaços de sociabilidade na cidade, os que mais aparecem nos processos são os bilhares, frequentados por homens e até mesmo mulheres, desde o século XIX.

Figura 17: Anúncio de Bilhar na Rua São João

Fonte: Correio Paulistano, edição 16681 de 13 de janeiro de 1910.

Para compreender o surgimento da popularidade do jogo, Müller e Hallal mostram que:

Surgida na Europa em fins da Idade Média a sala de bilhar foi acrescentada nas mansões particulares francesas do século XIX, atestando uma vida mundana permanente e o luxo permitido por consideráveis possibilidades financeiras (GUERRAND, 1991). Inicialmente restritas aos palácios e residências elegantes, as salas de bilhares multiplicaram-se e popularizaram-se no decorrer do século XIX. (MÜLLER e HALLAL, 2013, p. 8)

Os bilhares e os jogos da bola eram famosos na cidade. A Rua Benjamin Constant, por exemplo, teve até o século XIX o nome de Rua do Jogo da Bola, evidenciando as práticas de diversão deste tipo, que eram inclusive proibidas pelas **Ordenações Filipinas** do século XVII: “Dos que jogam dados ou cartas ou as fazem ou vendem ou dão tabolagem, e de outros jogos defesos” (LARA, 1999, p. 259).

Na São Paulo no início do século XX, no entanto, os bilhares, além de não serem proibidos, eram bastante frequentados

por trabalhadores e pelo imenso número de estudantes que viviam na cidade. Se espalhavam pelos cafés e restaurantes mais chiques, a exemplo do bilhar existente no restaurante Progredior, como vimos e veremos novamente mais adiante.

Apesar do jogo em si não ser proibido, os que funcionavam com apostas em dinheiro, além de outros jogos de azar, embora vedados pelo Código Penal de 1890, eram bastante comuns e, muitas vezes, espaços de desentendimentos, como é o caso que veremos a seguir.

Em 17 de novembro de 1915, o espanhol José Benzano, morador da Rua Dom José de Barros, foi acusado de roubar no salão de bilhar de Esteppa Blois, denominado “America”, localizado no Largo do Tesouro n. 2, esquina com a Rua 15 de Novembro. O processo afirma que Benzano arrombou a caixa repositória “A National”, pegando para si a quantia de 500\$000 réis em papel e metal²⁰.

20 Summario de Culpa (1915): José Benzano. Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Figura 18: Antiga sede do Café Triângulo (1910).

Autor: Aurélio Beccherini.

Localizado próximo à Sé, o Largo do Tesouro fica junto à Rua 15 de Novembro, ou seja, na rua dos bancos, em pleno Triângulo Comercial, como já dissemos, zona mais rica e controlada no que se refere aos divertimentos públicos da cidade.

Três dias antes do furto, a chave do bilhar havia desaparecido e alguém, agindo de má fé, tinha mandado buscar dois jogos de bolas, cuja acusação do roubo das bolas de bilhar recaiu sobre Benzano que, de acordo com o processo, era assíduo frequentador do espaço e vivia em condições de indigência.

O Salão de Bilhares América ficava em cima de um café de mesmo nome. Sua frequência era bastante grande, garantindo seu funcionamento madrugada adentro, como podemos perceber através da leitura do processo, uma vez

que a situação narrada ocorreu por volta da 1h15. Naquele dia, o salão permaneceu aberto por 17 horas – das 7h às 0h45 – segundo depoimento do italiano Vittorio Baldi, gerente do salão de bilhares. O longo período de funcionamento chama bastante nossa atenção e permite entrever o modo como a cidade se mantinha sempre viva.

Após o fechamento do espaço, Benzano entrou para roubar o dinheiro contido na caixa registradora. Os funcionários foram acordados com uma ligação informando sobre o roubo. São vários os depoimentos dos frequentadores do espaço, em sua maioria comerciantes e negociantes das mais diversas nacionalidades.

O processo também nos conta sobre o imóvel onde funcionava o salão de bilhar:

O mencionado estabelecimento consta de um salão medindo aproximadamente 15 metros de comprimento por sete de largura, dotado de três janellas que deitam para a Rua 15 de Novembro e oito para o referido largo. Nelle estão montadas **oito mezas de bilhar e competentes apetrechos**.

A entrada do salão é fechada por uma grade de ferro com uma porta também de ferro.

À direita de quem entra no salão, existe um balcão sobre o qual se vê a “Caixa Registradora” denominada “National”, nº 1.387.253-346. Por detraz do balcão e sob uma espécie de coreto, aproveitado actualmente como depósito de garrafas, está montado um pequeno botequim. A entrada para o referido depósito de garrafas faz-se por uma porta situada em um pequeno corredor existente entre o 1º e 2º lanços da escada, o primeiro que termina na porta do salão e o **segundo que vae ter ao 2º andar, onde residem os proprietários**, situado nos baixos do salão. É de notar que a porta de entrada dos andares superiores, que deita para o Largo do Thezouro, é conservada aberta dia e noite, por isso que no começo da escada está installado um telephone que serve para os chamados destinados aos automóveis que estacionam no referido largo.

(ATJSP, p. 14. Grifos nossos)

O grande número de mesas permite imaginar quantas pessoas o ambiente comportava, bem como as sociabilidades ocorridas num botequim dentro de um salão. Mais uma vez, destacamos o duplo uso do imóvel, comercial e residencial, relação bastante comum em muitos dos processos analisados.

Após o crime, Benzano tentou fugir com a família para Mogi das Cruzes usando o dinheiro roubado do salão de bilhar, mas foi reconhecido na estação e acabou sendo preso e indiciado pelo crime.

Muitas vezes, o espaço do jogo de cartas se confundia com o dos bilhares, como aconteceu em um botequim no Largo do Arouche em 1917, onde Antonio de Souza – também conhecido como “Pindura” – jogava bilhar e viu um homem, cujo apelido era Cabeça, marcar cartas em um jogo.

Ao alertar sobre a fraude, Cabeça quebrou um taco e bateu em Pindura²¹.

Na ocasião, o dono do salão de bilhares, o comerciante italiano Ricardo Ipados e seu funcionário, o também italiano Bruno Bernardini – ambos residentes no mesmo imóvel onde ficava o salão –, jogavam uma partida de bilhar quando aconteceu a briga. Ricardo esclarece que o salão era dividido em uma parte baixa, onde ficavam as mesas de bilhar, e uma parte mais alta, onde aconteceu a briga e onde se dava o jogo de cartas, ilegal diante da lei.

A fachada da legalidade escondia diferentes formas de divertimentos ilícitos, disfarçadas aos olhares da polícia.

O mesmo se dá na barbearia dos irmãos Francisco e Emilio Amatuzzi, presos em flagrante pelo delegado Arthur Rudge Ramos por manterem, escondida em um quartinho da barbearia, uma sala de jogos de cartas com apostas clandestinas²².

O imóvel, sito à Rua de São João n. 35 – também do lado esquerdo da rua, do qual já falamos – abrigava uma barbearia cujo alvará estava em dia na prefeitura, mas que encobria outro uso existente no estabelecimento, servindo a barbearia apenas de fachada para a atividade que se dava nos fundos do imóvel.

21 A Justiça contra Antonio de Souza (1917). Processo A81 900H0566-0014-1 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Figura 19: **Largo do Tesouro** 1912

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, tombo DC/0000451/E.

Autor: Desconhecido.

22 A Justiça contra Francisco e Emilio Amatuzzi (1906). Processo 024C0493 – 0027 – O do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Figura 20: **Salão de Bilhar América, no Largo do Tesouro.** Acima à direita podemos ver um homem jogando bilhar.

Autor: Aurélio Becherini

A polícia entrou e tomou dois baralhos de um grupo de sete ou oito pessoas que estavam jogando em um cômodo da casa de Francisco Amatuzzi. Na ocasião, ali compareceu Emilio, irmão de Francisco, que estava ferido e todo ensanguentado com uma navalha na mão, mas alegou não ter ferido pessoa alguma e que, no momento em que se estabeleceu o conflito, seu irmão Emilio e as pessoas que estavam jogando conseguiram fugir e que não pode indicar o nome das pessoas que estavam jogando por não conhecer nenhuma delas. Disse também que não era a primeira vez que havia jogo de cartas em sua casa.

O policial João Francisco de Souza disse que no dia da ocorrência, às três da tarde mais ou menos, estava no Moulin Rouge – um cabaré na Rua São João – quando foi chamado pelo Dr. Antônio Nacaratto e pelo Capitão Alfredo Borba para auxiliar em uma diligência. Ele então acompanhou essas autoridades até a barbearia existente na Rua São João n. 35, e, junto ao Dr. Antônio Nacaratto, entrou no salão de barbeiro onde estavam cerca de 14 pessoas, divididas em dois grupos, jogando cartas.

Nacaratto então apreendeu os baralhos, havendo nesta ocasião protestos e ameaças por parte do dono da casa, Francisco Amatuzzi, de seu irmão Emilio Amatuzzi. Nacaratto queria ver Amatuzzi, já que tinha recebido diversas cartas, denunciando que em sua casa jogavam diariamente à dinheiro, quando Francisco o agrediu, sacando uma navalha enquanto seu irmão, Emilio, lançou mão de umas garrafas, atirando-as no declarante.

Neste momento, Francisco Amatuzzi avançou contra o Dr. Nacaratto, com a navalha já pronta. Este lutou com ele por muito tempo, conseguindo tirar a navalha de suas mãos já em pedaços. Nessa ocasião, seu irmão Emilio deu-lhe uma garrafada na cabeça e, na confusão do momento, acabou fugindo.

Outra testemunha, José Carvelli, estava em outra casa de divertimentos na mesma rua, o Polytheama, quando ouviu a confusão e foi até lá para ver o que se tratava.

Os irmãos Amatuzzi acabaram liberados e não houve qualquer menção no processo que nos permita afirmar que aquele espaço de jogo clandestino tenha desaparecido.

Waldir de Abreu, juiz aposentado do estado da Guanabara, sugere em sua obra O Submundo, que as práticas de jogos clandestinos, como apostas, jogos de carta a dinheiro e até mesmo o jogo do bicho, somente permaneciam porque contavam com a conivência da polícia para se manterem. Tais espaços eram ao mesmo tempo acessados pelas camadas mais populares e combatidos pelos órgãos responsáveis

pela fiscalização e repressão de atividades ilícitas (ABREU, 1968, p. 116).

Prática extremamente comum, o jogo era criminalizado, sendo impedida por lei qualquer aposta a dinheiro, como menciona o **Código Penal de 1890**:

DO JOGO E APOSTA

Art. 369. Ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reunam pessoas, embora não pague entrada, para jogar jogos de azar, ou estabelecel-os em logar frequentado pelo publico:

Penas - de prisão cellular por um a tres mezes; de perda para a fazenda publica de todos os aparelhos e instrumentos de jogo, dos utensilios, moveis e decoraçã da sala do jogo, e multa de 200\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Incurrerão na pena de multa de 50\$ a 100\$ os individuos que forem achados jogando.

Art. 370. Consideram-se jogos de azar aquelles em que o ganho e a perda dependem exclusivamente da sorte.

Paragrapho unico. Não se comprehendem na proibição dos jogos de azar as apostas de corridas a pé ou a cavallo, ou outras semelhantes.

Art. 371. Jogar com menores de 21 annos ou excital-os a jogar:

Penas - de prisão cellular por um a tres mezes e multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 372. Usar de violencia para constranger alguem a jogar, ou manter jogo:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 200\$, além das mais em que incorrer pela violencia.

Art. 373. Usar de meios fraudulentos para assegurar a sorte no jogo ou o ganho na aposta:

Pena - de prisão cellular por um a quatro annos.

Art. 374. Será julgado e punido como vadio todo aquelle que se sustentar do jogo, além de incorrer na pena do paragrapho unico do art. 369.

Mais comum no Rio de Janeiro, o jogo do bicho também chegou às ruas de São Paulo, onde a Polícia de Costumes e Jogos, sobre a qual nos debruçaremos no capítulo 2, recebeu diversas queixas, as quais o delegado Walter Autran mandou investigar. Exemplo é a que acusava Gennaro Mazza, o Genarinho, e Manoel e José Bello, de estarem envolvidos na prática.

O jogo do bicho fazia parte da vida pública urbana, sobretudo para as camadas mais populares e, como aponta Amy Chazkel, para o caso do Rio de Janeiro e que também se aplica ao caso de São Paulo:

Juntamente com os motivos ideológicos e filosóficos para proscrever as práticas populares como o jogo do bicho paixões e interesses alimentavam a continuação do jogo no dia a dia da cidade. Um aparato legal que impunha multas e mandados de prisão àqueles que praticavam o jogo se formou rapidamente. Já no começo de 1896 policiais começaram a aplicar os artigos antijogo do Código Penal anteriormente muito pouco usados. No entanto, no nível comunitário da justiça quotidiana, juízes a polícia e os cidadãos aprenderam a negociar seus interesses imediatos tanto por meio da lei quanto ao redor dela. (CHAZKEL, 2014, p. 52)

Em 31 de janeiro de 1935, o comerciante Paulo Barbosa disse à polícia que explorava uma casa de diversões denominada Changay em São Paulo, na Av. São João n. 108, que cumpria todas as recomendações legais que regiam os estabelecimentos desta natureza. Porém, um indivíduo de nome Gumerindo Maciel, que sabemos ser também brasileiro, mas sem profissão ou domicílio certo, acusa Paulo de extorquir dinheiro ou outras vantagens e alega que “ali se pratica a batota” e que, se usando de amigos, queria promover o fechamento daquela casa.

O juiz intimou Gumerindo Maciel a depor, para que respondesse às acusações feitas por Paulo Barbosa de ter cometido crime incurso no Art. 321 do Código Penal, mas Gumerindo não compareceu à audiência com o juiz. Porém, enviou por advogado suas informações sobre a acusação e disse que jamais pretendeu injuriar ou caluniar o requerente, mas “como apostador da casa de diversões do requerente onde se praticam jogos com venda de “poules”, o Suppte reclamou, como outros apostadores têm reclamado, contra a irregular pratica dos jogos ali realizados, feitos contra o interesse dos apostadores, como poderá ser provado por innúmeras testemunhas e exame pericial”. Ou seja, novamente nos deparamos com uma fachada ilegal para camuflar os estabelecimentos onde aconteciam práticas clandestinas na cidade.

Como podemos constatar, o legal e o ilegal coexistem na cidade, fazendo parte da vida urbana e de quem a habita. As práticas de lazer e sociabilidades, ainda que mal vistas pelos olhos da lei, se multiplicavam, levando diversas pessoas às ruas e sendo reprimidas em igual proporção. No entanto, podemos pensar a cidade da mesma forma para os diversos grupos que nela vivem? Qual o papel da polícia na repressão de contravenções e outros atos de ilegalidade? Como o poder público agiram na intenção de silenciar e apagar essas pessoas? É o que veremos no capítulo a seguir.

Se acaso me quiseses
Sou dessas mulheres que só dizem sim
Por uma coisa à toa, uma noitada boa
Um cinema, um botequim

Folhetim, Chico Buarque

CAPÍTULO II

Das putas:
meretrizes, mariposas, pensionistas,
avulsas, primas, quengas, mulheres
de vida alegre, raparigas, rampeiras,
cortesãs, messalinas, mundanas,
rameiras, horizontais, marafonas,
perdidas...
prostitutas e lupanares na cidade.

Quando pensamos sobre a história das cidades, imediatamente vêm à nossa mente homens. Homens que construíram, que governaram, que planejaram e que interferiram nos espaços. Em qualquer imagem que buscarmos das situações de poder na cidade, encontraremos somente – ou majoritariamente – homens.

Portanto, este capítulo versa sobre a imensa presença feminina no espaço urbano e em situações de clandestinidade não só no que se refere ao espaço físico, mas também moral do que se espera para São Paulo. Aqui, além de trabalhar o meretrício, suas implicações e a maneira como permeou a cidade, também trataremos do aparato de controle desenvolvido pelo governo para combater práticas indesejáveis aos costumes da época. Percebemos através da documentação que o estudo da prostituição relacionado aos estudos urbanos é extremamente rico e nos ajuda a entrever a forma como essas mulheres circularam e viveram no espaço urbano e também como estabelecimentos ilegais permaneceram em funcionamento na cidade mesmo sob severa fiscalização da **Delegacia de Costumes e Jogos**, cuja existência foi formalizada em **1924**.

Onde estariam, então, as mulheres nas cidades? Seria muita inocência da nossa parte acreditar que estavam apenas confinadas ao lar e aos serviços domésticos. Ainda que politicamente não tivessem nenhum direito, ou seja, que não participassem ativamente da gestão urbana, seus espaços se estendiam para além das casas e das funções categorizadas como “femininas”.

É importante destacar que esse “modelo de mulher” é parte de uma normativa do comportamento feminino elaborado em meados do século XIX que avançou pelo século XX. Embora essas práticas estivessem mais vinculadas às moças burguesas, elas se refletiam também pelas camadas menos abastadas da sociedade como uma espécie de forma de ser, agir e de viver das mulheres, pois só assim se diferenciaria uma mulher dita honesta das mundanas.

Como aponta Margareth Rago:

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas das praças dos acontecimentos da vida social teatros, cafés, exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. (RAGO, 2014, p. 88)

Apesar do exposto, a cidade tratou de silenciar suas vozes, ainda que estivessem em grande presença nas ruas, vivendo de certa forma o mesmo mundo destinado aos homens. A zona do meretrício não é parte da cidade, a zona do meretrício é a própria cidade. É ela que determina fronteiras, espaços de exclusão e de ações de controle por parte do poder público. É o local que todos conhecem, mas que fingem nunca pisar.

Sarah Feldman ainda nos dá indícios, que trataremos mais adiante, sobre a exclusão territorial à qual as prostitutas também estavam destinadas:

A mulher prostituta é o contraponto à figura da mulher/mãe/esposa/esteio da família, representação ideal feminina elaborada pelos médicos e conveniente à nova ordem econômica. Se a segunda se destina ao espaço doméstico (...) a mulher prostituta se destina o espaço da casa de tolerância. (FELDMAN, 1989, p. 41)

Como afirma Paul Ricoeur, o esquecimento está em pé de igualdade com a memória e com a história (RICOEUR, 2007, p. 423). O ato de esquecer é parte indissociável do relato sobre um determinado espaço e sobre pessoas que ali estiveram, em uma tentativa de trazer para um determinado lugar ou para uma história apenas os relatos e feitos dos bravos e daquilo que se pretende.

O esquecimento é ainda mais marcante quando tratamos das mulheres e de suas existências pois, como afirma Lola Aronovitch, no prefácio da obra de Gerda Lerner, “a História das Mulheres é uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens, de desvalorizações” (ARONOVITCH, 2020, p. 19).

Diante disso, a relação da mulher com a cidade é apagada de forma sistemática, restando apenas poucos e breves relatos sobre figuras pontuais que, em sua maioria, estavam de alguma forma ligadas às elites ou a relações sociais domésticas, visto que, para as mulheres, a presença no recato e no lar era fundamental.

De fato, não são incomuns trabalhos sobre História da Mulher, no entanto, todas as autoras que trabalharam o tema – não por acaso a História da Mulher aparece com muito mais destaque em trabalhos de mulheres – destacaram o apagamento como ponto chave em suas questões, como por exemplo a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, uma das pioneiras na relação das mulheres com a cidade, nos aponta que:

O pressuposto de uma condição feminina, idealidade abstrata e universal necessariamente a-histórica empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, onde exerceriam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história.

A reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos. O seu modo peculiar de inserção no processo social pode ser captado por meio da reconstrução global das relações sociais como um todo. (DIAS, 2001, p. 13)

Ou seja, para falar de mulheres sempre estamos entre o sagrado e o profano, como se as figuras femininas precisassem ocupar esses espaços formatados, como se suas formas de existência estivessem sempre compreendidas entre o lar e os bordéis. Às mulheres foi negada a própria existência enquanto indivíduo histórico, ainda mais no que se refere às relações das mulheres com o espaço urbano, daí o preciso conceito de serem figuras a-históricas.

A história da prostituição nos leva a outras perspectivas na relação das mulheres com a cidade. Mas será que todas as outras mulheres estavam nas casas, seja como habitantes ou ainda como empregadas domésticas, mas ainda assim confinadas a um espaço de preservação? A resposta é não. As mulheres se apresentavam como agentes da cidadania na vida urbana e, para tanto, os autos-crime são uma fonte preciosa, uma vez que saímos das atas oficiais dos grandes agentes do poder – todos homens – para conhecermos a vida urbana dos comuns, ainda que essas fontes também sejam produzidas por um aparato oficial – a polícia –, à época exclusivamente masculino. No entanto, para esse capítulo escolhemos abordar justamente as mundanas, aquelas cuja presença perturbava a cidade e que provocaram diversas campanhas de combate a suas presenças na área central de São Paulo até finalmente, como veremos, serem confinadas na região da Rua Itaboca, no bairro do Bom Retiro, que ficaria conhecida a partir da década de 1950 como “Boca do Lixo”.

Beatriz Kushnir nos ajuda a entender como o estudo da prostituição está compreendido em diversas áreas do conhecimento, atuando sempre de modo repressor:

A problemática da prostituição como uma questão do social sempre foi intrigante. Juristas, médicos e delegados de polícia desde o início do século passado debruçaram-se sobre ela. No fio condutor de suas análises, a perspectiva de normatizar condutas e regularizar a ação no espaço público contudo, algo sempre foi questionado: o que justificava a opção pela prostituição? (KUSHNIR, 1996, p. 39)

Ao narrarmos a história dessas mulheres, estamos também entrando na esfera da história privada de mulheres consideradas públicas, compreendendo seus modos de morar e de viver, bem como suas relações com a cidade e a forma como a cidade reagiu diante delas.

É interessante observar que essas mulheres não se destacaram somente como parte da cadeia de prostituição, o que já era bastante evidente, mas também com forte e maciça presença no funcionamento noturno da cidade, agindo não só como frequentadoras, mas também como proprietárias de estabelecimentos ligados às diversões, como bares, botequins e jogos de bola – conforme abordamos no capítulo 1.

Embora vigiada, combatida e questionada, a prostituição não era crime no Brasil, de acordo com o Código Penal de 1890 – vigente no país no recorte aqui abordado. A prostituição era penalizada por uma relação moral muito maior do que a da lei e, por isso, seguiremos esse capítulo conhecendo essas mulheres e as medidas de controle que as reprimiram até o seu cerceamento pelo espaço demarcado da Boca do Lixo, ponto final dessa tese.

O árduo combate à prostituição já se apresentava no final do século XIX, e podemos vê-lo através dos relatos dos policiais, que se incomodavam sobretudo com a presença das meretrizes nas ruas da cidade, como apontado em trecho citado por Rago: “Urge pôr um paradeiro aos desmandos dos infelizes especuladores que afrontam a nossa civilização com a exposição de infelizes mulheres nas ruas públicas” (FLEURY apud RAGO, 2008, p. 129). A autora segue com a observação de que as prostitutas “escandalosas” também eram visadas pela polícia por atentarem contra a moralidade pública.

As atividades noturnas nas grandes cidades, sobretudo nos bordéis, trazem um incômodo grande não só à população como também ao poder público, que promove alterações no Código Penal, no início do século XX, especialmente nos artigos n. 266, 277 e 278 do Código Penal de 1890, incluídos por decreto de 28 de setembro de 1915, pelo Presidente da República Wenceslau Brás, no que se refere ao lenocínio. A saber:

Art. 1º. Os arts. 266, 277 e 278 do Código Penal são modificados pelo modo seguinte:

TÍTULO VIII
DA CORRUPÇÃO DE MENORES DOS CRIMES CONTRA A
SEGURANÇA DA HONRA E HONESTIDADE DAS FAMÍLIAS
E DO ULTRAGE PÚBLICO AO PUDOR

‘Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça, com o fim de **saciar paixões lascivas** ou por **depravação moral**:

Pena - de prisão celular por um ou tres annos.

§ 1.º Excitar, favorecer ou facilitar a corrupção de pessoa de um ou de outro sexo, menor de 21 annos, induzindo-a à pratica de actos deshonestos, viciando a sua innocencia ou pervertendo-lhe de qualquer modo o seu senso moral: Pena - de prisão celular por seis mezes a dous annos.

§ 2.º Corromper pessoa menor de 21 annos, de um ou de outro sexo, praticando com ella ou contra ella **actos de libidinagem**:

Pena - de prisão celular por dous a quatro annos.

‘Art. 277. Induzir alguém, por meio de enganos, violencia, ameaça, abusos de poder, ou qualquer outro meio de coacção, a satisfazer os desejos deshonestos ou paixões lascivas de outrem. Excitar, favorecer ou facilitar a **prostituição** de alguém, para satisfazer os ditos desejos e paixões outrem:

Pena - de prisão celular por dous a tres annos.

§ 1.º (Como o paragrapho unico do Codigo Penal de 1890).

Artigo 278. Manter ou explorar **casas de tolerancia**, admitir na casa em que residir, pessoas de sexos differentes, ou do mesmo sexo, que ahi se reúnam para fins libidinosos; induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidacção ou ameaças a entregarem-se à **prostituição**; prestar, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, qualquer assistencia ou auxilio ao commercio da prostituição:

Pena - de prisão celular por um ou tres annos e multa de 1:000\$ a 2:000\$000.

§ 1.º Alliciar, attrahir ou desencaminhar, para satisfazer as paixões lascivas de outrem, qualquer mulher menor, virgem ou não, mesmo com o seu consentimento; alliciar, attrahir ou desencaminhar, para satisfazer às **paixões lascivas** de outrem, qualquer mulher maior, virgem ou não, empregando para esse fim ameaça, violencia, fraude, engano, abuso de poder ou qualquer outro meio de coacção; reter por qualquer dos meios acima referidos, ainda mesmo por causa de dividas contrahidas, qualquer mulher, maior ou menor, virgem ou não, em casa de lenocínio, obrigar-a a entregar-se á prostituição:

Pena - as do dispositivo anterior.

§ 2.º Os crimes de que trata o art. 278 e o § 1º do mencionado artigo serão puníveis no Brazil ainda que um ou mais actos constitutivos das infracções nelles previstas tenham sido praticados em paiz estrangeiro.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1915, 94º da Independencia e 27º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES
(BRASIL, 1915)

Raquel Rolnik destaca o processo de espacialização de determinadas atividades no centro que aos poucos se definiu como tal: comércio e serviços de luxo na região do Triângulo, com o consequente deslocamento das moradias das camadas altas, médias e baixas para além das várzeas do Anhangabaú e Tamanduateí, respetivamente.

Rolnik aponta que:

Na virada do século, o espaço público foi redefinido. Iluminado pela recém-inaugurada iluminação urbana a gás, redesenhado pela regularidade das fachadas e transformado em espaço de circulação exclusiva (sem a indesejável presença dos chamados profissionais das ruas), o espaço público foi redimensionado pela sociedade do café. (ROLNIK, 1997, p. 34)

E ainda:

A especialização funcional do Triângulo foi fruto de processos interligados: a elevação dos preços de terrenos e aluguéis; a expulsão da moradia popular, indústrias e comércio de rua; o deslocamento da moradia das elites em direção a bairros residenciais exclusivos e a disseminação de um novo hábito: a vida noturna. (ROLNIK, 1997, p. 34)

Por sua vez, no que diz respeito à História Urbana do ponto de vista dos excluídos ou dos espaços de clandestinidade, nosso estudo dialoga especialmente com pesquisas realizadas na FAU-USP, como as de Sarah Feldman sobre a prostituição e de Marta Dora Grostein sobre as construções irregulares na cidade de São Paulo, debatendo com essas autoras ao alargar o conceito de clandestino para além da construção, uma vez que se podia realizá-lo mesmo cumprindo todas as obrigações legais e, além disso, relacionando-o mais aos usos dos imóveis e às máscaras que podiam adquirir para que atividades não regulares ocorressem no espaço.

Devemos também notar a proeminência do Vale do Anhangabaú como alvo das políticas de embelezamento e melhoramentos urbanos, convertido em fachada nobre da cidade. Contraditoriamente, é ali que vamos localizar um dos nossos estudos de caso, do qual falaremos a seguir. O Cabaret Máximo ou Tabaris Dancing estava situado justamente nessa área. Claude Lévi-Strauss dá uma ideia desse ambiente de forma bastante pertinente para definir como se entendia esse espaço:

[...] desembocamos na beira do barranco do rio Anhangabaú, cruzado por uma ponte que é uma das

principais artérias da cidade. A parte baixa é ocupada por um parque ao gosto inglês: gramados enfeitados com estátuas e coretos, enquanto na **perpendicular dos dois taludes erguem-se os principais edifícios, o Teatro Municipal, o Hotel Esplanada, o Automóvel Clube, os escritórios da companhia canadense que explora a eletricidade e os transportes.** (LÉVI-STRAUSS, 2017, p. 106-107)

A frase destacada no excerto é importante para a análise que faremos a seguir sobre o cabaré aqui citado.

Na mesma linha, os estudos de Fraya Frehse *Ô da Rua* e *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império* tecem narrativas sobre população e ruas, mostrando seus usos e contra-usos.

Diferentemente da abordagem de Sarah Feldman, que coloca o espaço da prostituição em locais progressivamente segregados da área central, verificamos, ao analisar as fontes e ao desenvolver a cartografia com SIG, locais de resistências no tecido urbano e social do centro da cidade, em lugares pouco ou nada escusos, ou mesmo reclusos das vistas da população em geral, muito embora haja uma diluição da “zona”, que avançou em direção à Cidade Nova, se fixando nos anos 1930 nas ruas Aurora, Vitória e Timbiras.

Dentre as diversas medidas de controle do espaço, a **Delegacia de Costumes, Diversão e Jogos**, criada em **1924** como um tipo de aparelho moralizante na cidade, acabou atuando como o meio mais eficaz no combate à prostituição, ainda que também fizesse parte do mesmo sistema.

Com o tempo e os projetos de repressão à ociosidade, a cidade vê no tempo livre, fora do espaço do trabalho, uma possibilidade de libertação e convívio social no espaço público, o que posteriormente as autoridades vão considerar como espaço propício ao convívio das “classes perigosas” como aponta Sidney Chalhoub:

Esta utilização do termo, por conseguinte, é bastante restrita, referindo-se apenas aos indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei. (CHALHOUB, 2001, p. 76)

É importante perceber que a norma (a lei) sempre sucedeu às práticas, configurando-se formalmente após a realização efetivas das atividades consideradas objeto de repressão, sendo sempre fundamentadas após os incômodos se estabelecerem aos olhos do poder público.

No entanto, mesmo nessa cidade que se pretendia regulada segundo parâmetros legais, uma intensa vida noturna acontecia em seu centro, quando os grandes magazines e cafés se fechavam. Os trabalhadores desses espaços, localizados na região central, por diversas vezes não conseguiam retornar para suas casas devido ao alto preço dos bondes, cobrados de acordo com o trecho circulado e seu horário de funcionamento (SAVIO, 2010, p. 132), o que muitas vezes acarretava sua permanência e circulação em casas de diversões, como bares, bordéis e bilhares.

Sarah Feldman aponta que no final do século XIX (e estendemos também sua percepção para o início do século XX), as chamadas “pensões alegres” e as “pensões chics” saem da Colina e passam a ocupar especialmente áreas da “Cidade Nova” além Anhangabaú, de maneira mais disfarçada, sendo controladas sobretudo por mulheres estrangeiras. É o caso de Sophia Talerman, alemã dona de um bordel localizado na Avenida São João e que tem como funcionária a polonesa Luisa Tiemann, das quais falaremos mais tarde. Por sua vez, Cristiana Schettini e Guido Fonseca, ao abordarem a nacionalidade das prostitutas e cafetinas, consideram 1870 como marco da chegada no Rio de Janeiro das primeiras prostitutas judias vindas do Leste Europeu (movimento que perdura até os anos 1940), em meio às políticas de branqueamento aplicadas pelo Estado. Essas mulheres estavam também nos espaços de prostituição de São Paulo, Nova Iorque e Buenos Aires, cidade que possivelmente recebeu o maior número de imigrantes judias para a prostituição.

Os autores mostram que a prostituição não era considerada crime, apesar da inclusão do artigo sobre Lenocínio no Código Penal de 1890, que introduz maior controle nas atividades dessas mulheres.

Guido Fonseca, em sua obra *História da Prostituição em São Paulo*, aponta a mesma migração no espaço descrita por Feldman, mostrando que se antes ela se concentrava na zona central como espaço preferencial, as reformas promovidas pelo Plano de Avenidas do prefeito Prestes Maia forçaram a migração da “zona”¹ para a região do Bom Retiro.

Fonseca aponta que:

Por volta de 1885, o núcleo principal do meretrício localizava-se nas Ruas da Esperança, do Quartel, Senador Feijó, e nos Becos do Trem e dos “Mosquitos”. Extenuando-se a Senador Feijó, todas as demais desapareceram, sabendo-se que ficavam em sua maioria na área hoje ocupada pela Praça da Sé. (FONSECA, 1982, p. 150)

Diversas pesquisas sobre o tema, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, abordam a questão do deslocamento da “zona” do centro para uma área mais afastada não distante dos núcleos de circulação da população, graças às medidas morais e de higienização, além das remodelações urbanas pelas quais essas cidades passaram.

Em São Paulo, é fato que as obras do Plano de Avenidas do Prefeito Prestes Maia, nos anos 1940, deslocou os espaços de prostituição para a região do Bom Retiro, que na década de 1960 ficou conhecida como “Boca do Lixo”. Mas o que estamos querendo demonstrar é que há a permanência dessas atividades indesejadas nas áreas centrais à revelia dos planos de exclusão e segregação anteriores ao Plano de Avenidas.

No Rio de Janeiro, vemos ser demarcada a zona do Mangue como a do “Baixo Meretrício” e a zona central (mais rica e chique) como a do “Alto Meretrício”. Já em São Paulo, o centro da cidade (com uma pequena extensão em direção ao bairro da Liberdade) abrigou ambas as zonas. O luxo e o tipo de prostituição se diferenciam pelos tipos de imóveis que abrigam o alto e o Baixo Meretrício.

Em São Paulo, a zona do “Baixo Meretrício” funcionou, até a década de 1920, nas áreas adjacentes à Praça da Sé e também na região dos Campos Elísios, até o momento de sua primeira remodelação urbana e, posteriormente nas ruas Santa Efigênia, Timbiras, Aurora e Guaianazes. Ali, encontramos um número grande de casos relatados, bem como associações de apoio às prostitutas polacas.

Espacializados, os bordéis localizados nas fontes compulsadas na presente tese trazem a seguinte localização dos espaços de prostituição:

1 Embora a bibliografia sobre o tema use o termo para se referir à região de concentração da prostituição em uma área urbana, não podemos precisar seu uso como um conceito de época.

Por meio da análise do mapa, percebemos que os pontos se concentram, sobretudo, na região da Cidade Nova. É fundamental ressaltar que os processos coletados para análise não correspondem à totalidade das “casas de tolerância” da área estudada pois, como já dissemos anteriormente, as fontes trabalhadas têm uma série de questões que as envolvem.

Portanto, trataremos então das políticas de controle que envolveram o combate à prostituição na cidade até sua migração para a região da Rua Itaboca, no Bom Retiro. Para tanto, analisaremos 13 processos que envolvem relatos de prostituição ou de bordéis pela cidade, tendo sempre a imprensa e outras fontes adjacentes para ajudar na nossa análise.

A lei tem ouvidos pra te delatar²

² Verso de Hino de Duran, de Chico Buarque.

A presença da prostituição na cidade, embora inevitável, sempre gera reações por parte das instituições de poder, que visam coibir e combater tais práticas através de normativas e aparelhamento de controle.

Como já ressaltamos anteriormente, de acordo com o Código Penal de 1890, a prostituição não é crime no Brasil, sendo apenas penalizada a prática do lenocínio, ou seja, a cafetagem, conforme disposto nos Artigos 277 e 278 do Código Penal, já citados anteriormente.

As campanhas de combate à prostituição começam logo nas primeiras décadas do século XX, quando em 1915 os artigos n. 266, 277 e 278 do Código Penal de 1890 são alterados. O artigo n. 266 submete à pena o atentado ao pudor e também o crime de estupro, desde que este seja praticado contra mulher dita honesta. O título VIII, que abriga os artigos n. 277 e 278, se preocupa com a defesa das famílias e da moral, sem se preocupar com a mulher como vítima.

Em **1914**, temos a criação do **Serviço de Inspeção de Costumes** que, em **1915**, em consonância com a alteração no Código Penal vigente, criou um prontuário de recolhimento de informações sobre mais de duas mil prostitutas que atuavam na cidade de São Paulo. Em 1920, o Delegado Geral começou a manifestar propostas sobre a criação de uma delegacia institucionalizada para lidar somente com a questão.

As preocupações continuam e, em **1924**, temos a reorganização da **Delegacia de Costumes e Fiscalização de Jogos** através da Lei n. 2034, um instrumento de aparato policial que funcionou junto à 2ª Delegacia da Capital (Santa Efigênia). A ela cabia mais que fiscalizar, também moralizar o espaço urbano, atuando sobretudo no centro da cidade,

tendo a missão de controlar um território e, como aponta Foucault (2008, 2009), disciplinar espaços não disciplináveis. Sua criação, no entanto, é mais antiga, sendo estabelecida pelo chefe da polícia de São Paulo, Cândido Motta, em 1897, quando aos seus olhos a questão da prostituição já gerava bastante incômodo.

As determinações legais conferem à Delegacia de Costumes a competência de vigiar as “prostitutas escandalosas sem prejuízo de processo judicial”, fiscalizar e controlar a localização das casas de tolerância, organizar o “registro geral de meretrizes”, além de processar “cáfens e rufiões”. (FELDMAN, 1989, p. 37)

Em **1935**, a **Polícia de Costumes** deixa de existir enquanto unidade autônoma, ficando então vinculada ao **Gabinete de Investigações**, que tinha por funções:

Das funções do Gabinete

- Art. 2.º** - Ao Gabinete de Investigações incumbe:
- I) - proceder em todo o territorio do Estado ás diligencias para o esclarecimento de factos criminosos obscuros, que exijam ‘investigação, Instaurando ou avocando, proseguindo e ultimando os respectivos inqueritos;
 - II) - estabelecer a identidade de desconhecidos, de cadáveres encontrados e de criminosos;
 - III) - estabelecer a identidade civil das pessoas que assim o requererem;
 - IV) - fiscalizar a moralidade e propriedade das peças theatraes;
 - V) - zelar pelos bons costumes;**
 - VI) - prevenir e reprimir a venda ou uso de toxicos, entorpecentes, o exercicio da prostituição e a pratica do lenocinio;**
 - VII) - fiscalizar as diversões e bailes publicos;**
 - VIII) - reprimir as contravenções de jogo, vadiagem e mendicidade;**
 - IX) - dar garantias às pessoas que se sentirem por qualquer modo ameaçadas;
 - X) - exercer vigilancia nas Estações de Estrada de Ferro, Bancos, Leilões e outros pontos onde se faça necessario;
 - XI) - tomar as providencias que, em qualquer tempo forem necessarias para a manutenção da ordem publica;
 - XII) - proceder a captura das pessoas contra as quaes houver mandado de prisão emanada de autoridade competente;
 - XIII) - fornecer à Secretaria da Segurança Publica, todas as informações e dados com referencia à estatistica policial do Estado.
- (SÃO PAULO, 1935)

Ainda neste capítulo abordaremos a forma como a **Polícia de Costumes** agiu após sua anexação ao **Gabinete de Investigações**, auxiliando a **Divisão de Divertimentos Públicos do Departamento de Cultura** a não só fiscalizar, mas também a imprimir um verdadeiro combate aos espaços de prostituição na cidade.

Apesar do controle, a própria **Polícia de Costumes** por vezes permitia o seguimento do funcionamento de tais espaços de clandestinidade, sempre mediante intensa fiscalização. É interessante notar que, por vezes, a prostituição era vista pelo sistema como um “mal necessário” ao pleno funcionamento da cidade, permitindo diversos acontecimentos que permeavam não só o espaço urbano, mas também o âmbito social que o ocupa.

A prostituição estava presente em todas as cidades do país, ainda que operada por uma única prostituta, o que definitivamente não era uma exclusividade da tão crescente e desenvolvida cidade de São Paulo.

As atividades das prostitutas (no plural) no centro da cidade incomodavam outros atores além das autoridades, gerando reclamações nos periódicos. São recorrentes os pedidos de atuação **da Polícia de Costumes** para a resolução dos “problemas” enfrentados pela população moralizada em jornais como “O Combate”, por exemplo.

Figura 1: **Nota de jornal sobre a Polícia de Costumes**

Fonte: Jornal “O Combate” de 2 de janeiro de 1924

Figura 2: **Nota de jornal sobre a Polícia de Costumes**

Fonte: Jornal “O Combate” de 15 de maio de 1922

Nesse quesito, o jornal é fonte preciosa, pois permite entrever as práticas que originaram as reclamações.

3 Formulada por Walter Benjamin, a ideia de escrever a história a contrapelo remete à ideia de fazer História do ponto de vista dos vencidos, ou seja, daqueles cujas vivências estiveram apagadas da maior parte dos relatos historiográficos. Para mais informações, ver LÖWY, 2002.

Da mesma forma, lida a contrapelo³, a Lei revela também todo o universo que se queria reprimir ou eliminar. Por exemplo, o **Regulamento Provisório da Polícia de Costumes** é ainda anterior à própria instrumentalização dessa polícia como instituição e, escrito por Cândido Motta (segundo ele, de forma preventiva), impunha algumas condutas de trabalho que feriam inclusive a liberdade individual das mulheres prostitutas⁴.

Motta apresenta seu regulamento nos seguintes termos:

- a) que não são permitidos os **hotéis** ou **conventilhos**, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três;
- b) as janelas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro, de cortinas duplas e, por fora, de persianas;
- c) não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos ou palavras e entabular conversação com os mesmos;
- d) das 6hs da tarde às 6hs da manhã nos meses de Abril e Setembro, inclusive, e das 7hs da tarde às 7hs da manhã nos demais, deverão ter as persianas fechadas, de modo aos transeuntes não devassem o interior das casas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas;
- e) deverão guardar toda decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuários que resguardem completamente corpo e busto;

f) nos **teatros e divertimentos públicos** deverão guardar todo o recato, não lhes sendo permitido entabular conversação com homens nos corredores ou nos lugares que possam ser observados pelo público.
(MOTTA, 1897, p. 312-316)

A lei permite ver como esses espaços se destacavam na paisagem, bem como o glossário de palavras que os representavam.

Podemos perceber que esses **Regulamentos** se somam aos **Códigos de Posturas e Higiene** com a função de regular os ditos “espaços indesejáveis”, ou, para nós, “espaços marginais”.

A **Delegacia de Costumes, Divertimentos e Jogos** foi criada, portanto, com a intenção de dar continuidade às medidas que já estavam sendo adotadas, como podemos perceber pelas notícias que o jornal “O Combate” traz em suas páginas.

Figura 3: **Nota de jornal sobre bordéis e a Polícia de Costumes**

Fonte: Jornal “O Combate” de 7 de novembro de 1923

Por fim, com base no jornal, é possível formular outra hipótese. Ressaltamos que os frequentadores desses espaços marginais não eram somente as chamadas “figuras da noite”. Eram funcionários, trabalhadores, homens das camadas mais abastadas e afins que, por uma série de razões, permeavam a própria organização da cidade e permaneciam utilizando seus espaços de sociabilidade (em bares, bilhares, cafés e bordéis clandestinos) ao cair da noite, após o expediente comercial.

Segundo consta, todos os documentos relativos à **Polícia de Costumes** foram destruídos com o fim da delegacia. No entanto, conseguimos aqui retomar parte de sua maneira de

fiscalizar e atuar na cidade a partir dos ofícios por ela expedidos encontrados nos registros de outras delegacias que guardaram o material.

É através deles que conseguimos entrever como a fiscalização dos costumes atuou na cidade, garantindo a manutenção da moral e da legislação. No entanto, apesar dos diversos ofícios que requerem o aumento do controle, percebemos que parte deles é destinada a controlar aqueles que vigiam a cidade, ou seja, os oficiais da própria polícia. Muitas vezes fica evidente a tentativa de que os homens que deveriam representar a lei acabam, em seus momentos de folga, na verdade, atuando apenas como um cidadão comum, usando a cidade à qual deveriam controlar como qualquer outro que nela viva.

Dado isso, em 11 de abril de 1931, o Delegado Geral, Sampaio Viana, assina um dos ofícios mais interessantes encontrados durante essa pesquisa. Trata-se de uma recomendação que foi enviada a todas as delegacias da capital com os seguintes dizeres:

Recomendo-vos observeis às autoridades policiaes, que servem sob vossa immediata direção, que as mesmas **não devem, nem podem dansar em “cabarets”, “dancings” ou em qualquer estabelecimentos publicos de diversões licenciosas**, por isso tal procedimento tão somente servirá para diminuir-lhes a força moral que precisam manter no exercício das funções de que foram investidas.

Saúde e fraternidade.
O Delegado Geral,
Sampaio Viana.⁵

Tal ofício comprova a tese de que tais estabelecimentos não só existiam na cidade, como eram conhecidos pelas autoridades e que, apesar da ilegalidade e da clandestinidade de suas atividades, faziam parte da vida urbana e atraíam pessoas das mais diferentes atividades.

Em ofício de 18 de maio do mesmo ano, o delegado de Costumes e Jogos, Major Azarias Silva, pede cautela pois alguns indivíduos têm se apresentado como fiscais da presente Delegacia para assim adentrar os salões de baile, dancings e cabarés. Bem como existe na mesma seleção de locais de controle por parte da Delegacia de Costumes tantos outros tratando da situação dos alvarás de funcionamento de cabarés e dancings como o Oriental, High-Life, Imperial, Chez-Nous e diversos outros.

Segundo os ofícios que localizamos, era bastante comum que membros do corpo da lei se encontrassem em atividades

irregulares na cidade, usando-a como cidadão e não como autoridade. Foi o que aconteceu no caso a seguir, ocorrido em 15 de abril de 1935, quando temos, ao mesmo tempo, colocados em cena o aparato oficial, o meretrício e a embriaguez. Trata-se de Arthur Barbosa, inspetor da polícia que foi autuado na seguinte circunstância:

GUARDA CIVIL DE SAO PAULO

Às 4h e 10 minutos da madrugada, quando passava pelo largo do Riachuelo, ouvi gritos de socorro partidos do lado da rua Formosa e dirigindo-me incontinentemente para ali com os guardas ns. 1744 e 1701, respectivamente de serviço no 2º e 4º desta noite nos postos 44 e 45 (Riachuelo e Asdrubal do Nascimento), fomos encontrar em frente ao prédio 46 da rua Formosa **um inspetor da Polícia bastante alcoolizado** cujo nome e numero recusou a declinar, sendo o mesmo responsável por aquela desordem visto que em plena via publica havia espancado a **mundana** Olga de Luca, residente no prédio em questão, causando grande escandalo e gritaria produzido pela mesma.⁶

Ele se recusou a prestar esclarecimentos na delegacia e, “com muito custo”, foi conduzido acompanhado por um colega, que foi a única testemunha ocular da ocorrência. Nesse momento, o ofício nos informa que o caso foi resolvido favoravelmente à autoridade, uma vez que seu colega respondia às questões em seu nome, e descobrimos se tratar do senhor Arthur Barbosa. Assina o chefe da 2ª Secção de Polícia, Lamartine Ferreira Mendes.

Dado o endereço da ocorrência, percebemos, mais uma vez, a forma como o centro da cidade fervilhava na madrugada, não tendo nela só a frequência dos marginais, mas de todos aqueles a quem a noite convidava.

Além do mais, José Geraldo Simões Jr. aponta que, na Rua Formosa, “eram cerca de quinze casas de aluguel transformadas em cortiços e prostíbulos” (2004, p. 139) que pertenciam ao Conde Prates no início do século XX, mesmo antes do início de qualquer remodelação no espaço, e que constituíam parte da renda do Conde em aluguéis.

No mesmo ano de 1935, em 31 de outubro, segue um ofício endereçado ao Delegado de Costumes, o Sr. Dr. Alfredo de Assis, sobre um caso ocorrido na noite anterior, no dia 30 de outubro de 1935, por volta das 21h, quando os inspetores Benedito Eulalio dos Reis e Francisco Laino comunicaram a polícia sobre um caso ocorrido em sua zona de fiscalização.

6 Arquivo Público do Estado de São Paulo.
Fundo: ACADEPOL. Caixa 576 – 2ª Delegacia da Capital: Ofícios (1934 -1935-1938).

5 Arquivo Público do Estado de São Paulo.
Fundo: ACADEPOL. Caixa 574 – 2ª Delegacia da Capital (1931-1932). (Grifo nosso).

7 Idem.

Haviam solicitado a presença do Sr. Dr. Delegado de Plantão na Central da Praça Carlos Gomes, nº 9, pois alli, **pensão de mulheres**, dois soldados do Regimento de Cavallaria da F. P. Haviam comettido desordens e ferido algumas pessoas, isto depois de tentarem praticar idênticas tropelias em outras pensões congeneres.⁷

O ofício pede o fechamento da “casa de tolerância” até que os fatos fossem apurados. Também informa que a proprietária da pensão não se encontrava no momento da ocorrência e que foi representada pela meretriz Florencia da Costa, menor e sem estar identificada. Posteriormente, verifica-se que a moça é identificada naquela delegacia com o número 9447 e 381.902 do Registro Geral, tem 24 anos de idade e é casada. Assina o ofício o subchefe de Costumes.

Percebemos que a vigilância e o combate à prostituição eram rigorosos e que as autoridades buscavam controlar tudo o que a legislação tentava combater. No entanto, eram inúmeros os casos em que, ainda que o controle existisse, as atividades ilícitas seguiam em pleno desenvolvimento.

Um dos casos mais recorrentes encontrados nos ofícios das delegacias é o do Cassino Antártica, localizado no vale do Anhangabaú. Construído pela Cia Antartica, o local havia sido remodelado após um incêndio em 1914 e servia de abrigo para uma nova casa de diversões na cidade, sendo demolido apenas em 1947, para uma nova remodelação do Vale do Anhangabaú.

Figura 4: **Prédio onde funcionou o Cassino Antártica** (atual Praça do Correio. À esquerda, vemos a rua Anhangabaú e à direita a rua Formosa)

Fonte: Collectoria Federal

Em 1936, bastante preocupado em garantir que a lei fosse cumprida, o delegado Walter Autran, 2º Delegado de Polícia da Capital, encaminhou um ofício ao delegado de Costumes, com os seguintes dizeres:

Tenho a honra de solicitar providências de V. S., no sentido de que esta delegacia seja sempre avisada, toda vez que for expedido alvará para funcionamento de casas de diversões, festas, bailes, nos limites desta Circumscrição, bem como, quando fôr para o Theatro Casino Antartica, que está sob a fiscalização policial directa desta delegacia, afim de que se possa providenciar o policiamento competente à mesma, dentro de suas atribuições.⁸

O 2º Delegado de Polícia era Walter Autran, que teve longa carreira gerindo diversas delegacias da cidade até chegar ao posto de Delegado Geral. Autran era uma das pessoas que mais recorrentemente assinava os ofícios que trataremos aqui.

8 Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo: ACADEPOL. Caixa 614 – 2ª Delegacia da Capital (1936).

Figura 5: **Notícia sobre a posse de Walter Autran como delegado especializado em repressão à vadiagem**

Fonte: Correio Paulistano – Edição 25223 de 2 de junho de 1938

Também é importante colocar que tal recomendação se deu já na gestão Fábio Prado como Prefeito de São Paulo e, consequentemente, da instalação do **Departamento de Cultura** e de seu regulamento que, como veremos adiante, dispunha que este seria responsável pela fiscalização dos espaços de divertimentos públicos e da emissão de alvarás de funcionamento de tais estabelecimentos.

Em 1 de outubro de 1936, o Cassino Antartica foi alvo de fiscalização da **Polícia de Costumes** por promover bailes que duravam até depois da meia-noite, contrariando as disposições do **Código de Posturas** de 1886. Mais que isso, o ofício salienta que:

Cabe-me, pois, levar ao conhecimento de V. Excia, que esses bailes são frequentados pelo mais **Baixo Meretrício**, por **soldados a paizana**, por certa classe de **inspetores de policia** e por uma turba de indivíduos desclassificados, que alli vêm promovendo desordens. As rixas desses indivíduos e suas amantes são desforradas naquelles bailes, onde elles procuram desabafar suas bílis refreadas durante a semana.⁹

Ou seja, percebemos que, apesar de oficiais, essas pessoas faziam parte e viviam a cidade à revelia do controle da própria instituição que representavam. Se por um lado eram eles os olhos vigilantes da lei, enquanto fora de serviço eram apenas parte da massa de trabalhadores da cidade que procurava dentro dela desabafar seus sentimentos e desejos.

Atento ao controle, Walter Autran pede que não mais fossem concedidos alvarás para bailes que ele chama de “inúteis”. Autran era responsável pela fiscalização das ruas, onde manda por diversas vezes prender mulheres das zonas do Baixo Meretrício e vadios que estivessem perambulando pela cidade, numa intenção clara de moralizar o espaço urbano. Através dos seus ofícios enquanto delegado, conseguimos pensar na forma como a polícia atuava na cidade e a mentalidade instalada aos olhos da lei.

Em 30 de Julho de 1936, mais um caso é analisado, dessa vez envolvendo diversos crimes cuja cidade moderna e vigilante não toleraria.

Solicito-vos com a possível brevidade, seja esta Delegacia informada, si no predio nº. 8 da rua Anhangabahú, esteve instalado um **prostibulo** em nome da Da. Guilhermina Liduino dos Santos durante o anno de 1935, e se consta baixa em Julho dom mesmo anno de seu nome para o de Da. Elza Rein. Taes informações necessita esta Delegacia, afim de instruir um inquérito que possivelmente será remetido a essa Delegacia.

Saúde e fraternidade,
O SEGUNDO DELEGADO DE POLICIA,
W. Autran.¹⁰

Um segundo ofício datado de 1º de agosto do mesmo ano e também assinado por Walter Autran, nos informa que D. Guilhermina Linduina dos Santos morreu em 31 de agosto de 1935, possivelmente assassinada por Manoel Ramos e, por isso, a delegacia estava interessada na atividade do prostíbulo antes gerido por ela.

Segue-se mais um ofício, também de autoria do delegado Walter Autran, de 20 de agosto de 1936, relatando ao secretário de segurança pública que o português Manoel Ramos era responsável por estelionatos, apropriações indébitas e falsas declarações, bem como “explorador de mulheres decahidas”.

Trata-se, assim, de um individuo indesejavel, e nocivo á sociedade, pelo que esta Delegacia representa a V. Excia. sobre a conveniência de ser solicitada do Exmo. Dr. Ministro dos Negocios da Justiça, a expedição da portaria de expulsão do aludido Manoel Ramos.¹¹

Autran encaminhou o inquérito ao Fórum Criminal e pediu a prisão preventiva de Manoel Ramos.

É importante salientar que, apesar do fato de que a documentação da **Polícia de Costumes** não estar estabelecida em um acervo único, podemos rastrear suas ações e formas de controle através dos ofícios que restaram junto à documentação das demais delegacias da cidade, permitindo-nos um trabalho de reconstrução das práticas e costumes desse órgão.

Segundo a hipótese levantada por Boris Fausto, “a internação imediata para dar conta desse avanço consiste em vinculá-lo à urbanização na linha do argumento sustentado por vários autores.” (FAUSTO, 1999, p. 59) e segue sustentando o argumento de que a civilização urbana é erótica “por desenvolver de um lado necessidades sexuais e por receber, de outro, um estímulo da sexualidade que se reflete nas esferas econômica, social e cultural” (CHEVALIER apud FAUSTO, 1999, p. 59).

Nesta perspectiva, ao relacionarmos os espaços de prostituição à esfera cultural da vida urbana, perceberemos, portanto, como o tema da repressão dos crimes vinculados às práticas sexuais passou da Polícia de Costumes ao Departamento de Cultura, e a forma como este tratou o assunto, de modo a buscar segregar da vida urbana aquelas práticas indesejáveis.

Os ofícios produzidos pela Delegacia de Costume também nos permitem perceber de que forma o aparato legal via a mulher presente na vida noturna da cidade. No caso, sempre fazendo parte de circunstâncias que não eram favoráveis à manutenção do ideal da “mulher honesta”.

Rago relaciona a urbanização ao crescimento da prostituição na cidade, o que aqui também entendemos como um processo que passa por diversas esferas, que vão para além do crescimento urbano. Por exemplo, o intenso tráfico de

mulheres brancas para a prostituição, tema que trataremos nesse capítulo, mais adiante. No entanto, ela também nos dá indícios sobre as relações que fizeram com que o controle da **Polícia de Costumes** fosse tão intenso:

Fenômeno tipicamente urbano, como ela [Rita Malheiros] reconhecia o crescimento da prostituição passava a ser vivenciado como um problema público – o lado negativo do progresso –, e era transformado em poderoso fantasma da contenção às mulheres que pressionavam para ingressar na esfera da vida pública. Os tempos tinham efetivamente mudado. Não parecia fácil aceitar a convivência feminina em espaços tidos como essencialmente masculinos. [...] Inevitável discutir essa dimensão do problema: porque a prostituta se tornava uma ameaça imaginária um fantasma que todas as mulheres deveriam exorcizar, desde esse momento de profundas transformações urbanas? (RAGO, 2008, p. 41-43)

Stella Bresciani aponta que espaços de convivência fazem parte da cultura popular, sendo ela uma forma à parte de sobrevivência dentro da chave da cultura urbana abafada por valores moralistas e burgueses. A cultura popular era significativamente reprimida sob estratégias de controle tanto das fábricas quanto da polícia (BRESCIANI, 2018, p. 48).

Bresciani aponta ainda que:

A dimensão disciplinar expressou-se na intenção de limpar as ruas da cidade dessa massa de trabalhadores e vagabundos, uma eterna ameaça às instituições políticas, conduzindo-os para dentro das casas padronizadas, construídas nos subúrbios. (BRESCIANI, 2018, p. 48)

As tentativas de controle da prostituição iam além da questão moral, sendo também vinculada a uma ampla política higienista implementada pelo Estado, que procurava sanear as cidades e remover delas tudo aquilo considerado indesejável e insalubre.

Para além de mostrar a permanência da prostituição no centro da cidade, intui-se aqui algo que a historiografia parece ignorar, isto é, a marcante presença de mulheres não prostitutas na vida noturna da cidade. Através das nossas pesquisas, pudemos perceber que, assim como cabia aos homens os divertimentos públicos, cabia também às mulheres ocuparem e operarem esses espaços.

Rago, portanto, coloca:

lugar de evasão, do diletantismo, dos prazeres, da possibilidade de escapar à normatividade da vida cotidiana que progressivamente se instaurava. Vida boêmia, espaço da imaginação e da criatividade, pensavam os intelectuais; espaço da promiscuidade e do desregramento, denunciavam os médicos.

O público masculino era o maior beneficiado com as transformações na geografia do prazer, nessa época em que os médicos ensinavam que o prazer sexual da mulher estava concentrado na realização de sua “missão natural, a maternidade. Eram os homens quem se reuniam nos cafés do Triângulo, dos mais simples aos mais luxuosos, rodeados por espelhos e com dezenas de mesinhas de mármore. (RAGO, 2004, p. 397)

Da mesma forma como Walter Benjamin, em suas *Passagens*, nos coloca diante do problema da prostituição em Paris, ensejando leis para seu combate e toda hipocrisia que orbitava o combate aos divertimentos públicos (BENJAMIN, 2007, p. 540), buscaremos revelar como o mesmo processo se deu em São Paulo, no início do século XX.

Pois no bordel e no salão de jogos trata-se do mesmo deleite, que é o mais pecaminoso: enfrentar o destino no prazer. (...) A seguinte história demonstra de modo bastante convincente como justamente a imoralidade pública, em total oposição à imoralidade privada, carrega seu corretivo em si mesma, num cinismo libertador. (RAGO, 2004, p. 531-532)

O avançar do século trouxe também uma intensificação das normativas de controle, culminando, como já dissemos, na exclusão da zona do meretrício para além da linha do trem, no Bom Retiro. A amplificação das políticas de controle e a forma de ação se intensificaram na gestão de Prestes Maia na prefeitura de São Paulo, que veremos adiante. No entanto, é importante ver como o aparato legal ajudou no controle urbano, atuando nos mais diversos espaços que o meretrício ocupou.

Por isso, veremos então as formas de atuação do meretrício e sua resistência na cidade, à revelia do controle dos instrumentos legais aqui expostos.

A terceira margem do rio

O meretrício não é uma condição homogênea, unificada. Ele se estabelece de diferentes formas por diferentes mulheres, se colocando a partir de diversas condições, sejam elas espaciais, sociais ou etárias.

Embora diante da lei todas as mulheres que trabalhavam na prostituição estivessem sob o mesmo estigma e orbitando na mesma esfera, percebemos que a realidade se coloca de outra forma, dependendo do status do local onde é exercido o meretrício.

Veremos, portanto, as diferentes configurações da prostituição, bem como seus espaços na cidade e as diferentes formas de repressão que sofreram, além das diferentes formas de sociabilidade entre si.

A luz do cabaré não se apagou: o “Alto Meretrício”

O meretrício não se estabelece na cidade de forma única. Ele atua de diversas formas, diferindo também no que se refere a seus frequentadores e estratos sociais.

Muito embora o “Baixo Meretrício” se estabelecesse na cidade em maior número, existe um caso bastante significativo do “Alto Meretrício” na cidade. Um imenso e longo cabaré que funcionou por ao menos duas décadas – de acordo com as fontes que tivemos acesso –, em um dos locais mais nobres da Cidade Nova.

Os cabarés, ao contrário das “casas de tolerância”, tinham seu funcionamento permitido na cidade, sendo necessário para tanto a solicitação de um alvará, tal como fez Adelita Posse em 1927, ainda que o espaço para o qual ela realizou a solicitação já estivesse funcionando há muitos anos, como veremos.

POLICIA DO ESTADO
da sra. Adelita Posse, proprietária do Cabaret Maximo,
licença para que o mesmo possa funcionar até às 23h –
Indeferido à vista da informação.¹²

Apesar de indeferido o pedido para que a casa funcionasse para além das 23h¹³ (o que, veremos mais adiante, já ocorria, ainda que de forma irregular), a casa mantinha seu funcionamento de forma escusa e disfarçada aos olhos da lei, aparecendo em alguns documentos como um “hotel”, ocultando assim algumas funções que ocorriam em seu interior, sobretudo no porão.

É importante salientar que por trás da fachada nobre, o referido *Cabaret*, situado à Rua Xavier de Toledo nº 11, era na verdade uma conhecida “**casa de tolerância**” que funcionou por um longo período praticamente em frente a um dos endereços mais importantes da cidade, o Teatro Municipal, inaugurado em 1911. O estabelecimento, cuja primeira referência aparece em 1916, passou pelas mãos de várias mulheres proprietárias ou administradoras, como Adelita Posse, Clara Ravelo, Annitta Montenegro e Salvadora Rojas Guerrero.

Convém notar que, de acordo com o *Almanack Laemmert*, o estabelecimento tinha como responsáveis sempre mulheres, listando entre elas Salvadora Rojas, entre 1913 e 1914, e Lina D’Arco a partir de 1914, além de outras mulheres citadas nos demais documentos.

Disfarçado sob a legalidade – primeiro sob o nome de *Cabaret Máximo* ou *Hotel Maxim’s* e posteriormente de Tabaris Dancing – estes estabelecimentos gozaram de licença, uma vez que os chamados “Divertimentos públicos” dançantes eram autorizados pela lei.

É interessante notar que o nome Tabaris é bastante utilizado em outros bordéis e dancings pelo mundo, havendo correspondência em Salvador, Roterdã e, no mais famoso deles, localizado na Avenida Corrientes, em Buenos Aires.

De forma bastante inesperada, encontramos o local em diversas fontes compulsadas nesta tese, sendo então um dos espaços mais importantes para a pesquisa, pois ali se verifica não só um sistema de permanência, mas também toda uma relação com a municipalidade que não conseguia coibir a presença daquele estabelecimento situado justamente em área nobre, descrita por Lévi-Strauss, tal como citado anteriormente.

O imóvel à Rua Xavier de Toledo n. 11 situava-se na esquina do recém-inaugurado Teatro Municipal de São Paulo, ícone de toda opulência e riqueza da cidade em franco desenvolvimento. A poucos metros, ao lado do reconstruído Teatro São José, estava instalado num amplo sobrado cuja história atravessou o tempo e as expectativas da cidade burguesa.

As citações sobre o cabaré localizadas nos jornais da época e também o luxo de sua construção, além da já referida localização, nos permite entrever que seus frequentadores eram membros dos estratos sociais mais elevados da capital paulista. Além dos relatos de brigas e confusões, existem algumas notícias sobre o roubo de joias de moradoras do local.

Em alguns momentos, o local chegou a ser citado nos periódicos como o cabaré da *Rotisserie Sportsman*, famoso e luxuoso

12 O Estado de São Paulo, 20 de outubro de 1927. O Cabaret Maximo também funcionou com o nome de *Tabaris Dancing* sob a direção de Clara Revello.

13 O Código de Posturas Municipais de 1886 regulava o funcionamento de estabelecimentos comerciais, que deveriam encerrar suas atividades às 21h, com exceção de restaurantes situados próximos a teatros.

restaurante que existiu na esquina da Rua Líbero Badaró com o Viaduto do Chá, num dos palacetes do Conde Prates (local onde depois foi construído o Edifício Matarazzo).

Figura 6: **Nota sobre o Cabaret da Rua Xavier de Toledo, nº11**

Fonte: Jornal “O Combate” de 9 de outubro de 1923

O alvará de construção do sobrado de três andares foi expedido em 1911, no mesmo ano em que o Escritório de Ramos de Azevedo finalizava as obras do Teatro Municipal. A Ópera coroava os desejos do Prefeito Antônio Prado de trazer luz e cultura à nova elite paulistana enriquecida pelos rumos tomados pela produção de café no estado.

Requerido pelo Dr. Trajano da Fonseca, solicitou-se primeiro o devido alinhamento da rua, conforme disposto no **Código de Posturas Municipais de 1886**. O diretor do **Departamento de Obras do Município** autorizou, em 3 de janeiro de 1911, a construção do sobrado fazendo as seguintes observações:

As partes (ilegível) da parte baixa devem ser feitas com a espessura de 0.30m – alinhará pelas casas existentes.

Frente 10.10m
Area 253m²
Sobrado

Fazer as mudanças pedidas
Recebemos as plantas sem mudanças¹⁴

Segundo a planta anexa ao requerimento que integra a **Série Obras Particulares do Arquivo Histórico de São Paulo**, trata-se de um sobrado de uso misto, com salas, quarto, cozinha, sala de jantar, banheiro e hall no primeiro andar, e um segundo andar composto por duas salas e quatro dormitórios,

além de um banheiro. Na planta entregue à prefeitura para a concessão do alvará, nota-se um prolongamento nos fundos do armazém com dois cômodos identificados como “escritório” e “quarto”:

A construção do prédio se iniciou em 1911 e encontrava-se contígua na sua lateral direita com o Teatro São José, reconstruído naquele endereço após o incêndio que o destruiu e sendo reinaugurado no ano de 1909.

Figura 7: **Projeto da fachada do sobrado situado à Rua Xavier de Toledo, nº 11**. Aqui se pode ver claramente a porta do salão do andar térreo e os dois andares superiores que o compunham.

Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo – Série Obras Particulares – OP 1910.002.936

Figura 8: **Planta do sobrado situado à Rua Xavier de Toledo nº 11**

Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo – Série Obras Particulares – OP 1910.002.936

14 Arquivo Histórico de São Paulo – Série Obras Particulares – OP 1910.002.936

Figura 9: **Theatro São José, localizado na esquina do Viaduto do Chá e da Rua Xavier de Toledo**

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo – tombo DIM/0017433/NCRV.
Autor desconhecido (1900-1940).¹⁵

15 É importante ressaltar que embora a data não seja precisa o teatro foi demolido na década de 1920, dando lugar à nova sede da *The São Paulo Tramway Light and Power Co.* A ausência do sobrado tema desta tese ao lado do prédio também indica que a imagem provavelmente date entre 1909 (data da inauguração do Theatro) e 1911, quando se dá o início da construção do sobrado.

Figura 10: **Theatro São José visto a partir do Vale do Anhangabaú.** À direita da imagem, no alinhamento da rua, temos o Theatro Municipal

É justamente na fotografia que encontramos suporte para entendermos o funcionamento das ruas e a dinâmica da cidade de São Paulo, que naquele momento passava por uma profunda transformação e remodelação urbanística, provocada, entre outras razões pelo Plano Bouvard¹⁶, que norteou obras de reconfiguração do Vale do Anhangabaú.

O Plano Bouvard propunha, pela primeira vez na capital paulista, mais do que um sistema de áreas verdes para a cidade, a ideia de seu crescimento ordenado, a partir da organização do sistema viário e, principalmente, da ordenação da paisagem urbana, a partir da noção de embelezamento urbano praticado em Paris, a partir da segunda metade do século XIX. Além disso, ainda continha, de forma prevalente, em virtude da força simbólica da cultura francesa e, portanto, das operações engendradas pelo Barão Haussmann em Paris, a ideia de aformoseamento ou embelezamento urbano como diretriz principal para alcançar-se níveis satisfatórios de qualidade de vida no ambiente urbano. O plano contemplava principalmente as áreas do Anhangabaú e da Várzea do Carmo, o atual Parque D. Pedro II, além de áreas consideradas periféricas

àquela altura, como a região da Chácara da Floresta, junto ao rio Tietê e os arrabaldes da Água Branca e Santana. (D’ELBOUX, 2015, p. 434)

Fraya Frehse aponta como a fotografia pode auxiliar no modo de compreender a dinâmica das ruas e da cidade no período em questão, evidenciando tanto estratégias do fotógrafo quanto aspecto dos fotografados (FREHSE, 2011, p. 420).

O sobrado construído nos moldes da estética do Ecletismo acompanhava as tendências arquitetônicas do período e sobreviveu à remodelação desta parte nova do centro da cidade, sobrevivendo inclusive à demolição do Theatro São José e à construção da nova sede da *The São Paulo Tramway Light and Power Co.* – o monumental Edifício Alexander Mackenzie.

Figura 11: **À esquerda, a área vazia após a demolição do Teatro São José e o início da construção do Edifício Alexandre Mackenzie. À direita, o Tabaris Dancing, já com o “puxadinho” ao fundo. Na Rua Formosa, podemos ver a Casa Tabacow, que fazia fundos com o bordel.**

Fonte: Acervo do Museu de Energia e Saneamento (1926)

A iconografia mais uma vez nos ajuda a obter mais informações sobre o referido imóvel. O cabaré não só funcionava, como também possuía irregularidades em sua construção. Na fotografia acima, conseguimos perceber as dimensões originais do imóvel e um curioso “puxadinho” ao fundo, fazendo divisa com a Casa Tabacow, evidente no canto superior direito da fotografia. Já na figura abaixo, vemos o Edifício Alexandre Mackenzie, nova sede da *Light & Power Co.* em São Paulo, já com as obras finalizadas. A demolição da Casa Tabacow, situada na Rua Formosa, nos permite ver mais claramente as dimensões do edifício anexo construído nos fundos do cabaré (vide canto superior direito da foto, colado ao Edifício Alexandre Mackenzie).

Cremos que esse anexo foi construído de maneira irregular, pois não há qualquer registro, em todas as fontes por nós consultadas, de seu alvará de construção, de reforma do espaço ou planta em que ele conste. Mais adiante, como veremos, o espaço vai ter como endereço alternativo justamente essa saída para a Rua Formosa, ou seja, houve uma ampliação no local.

16 Lei n. 1457 de 9 de setembro de 1911.

Figura 12: O Tabaris Dancing ainda em seu volume original visto a partir da Rua Formosa

Fonte: Acervo do Museu de Energia e Saneamento (1939)

Em 1916, o imóvel aparece em uma curiosa notícia do jornal *O Estado de São Paulo*, que nos dá indícios do uso que assumiu na maior parte do tempo – rendez-vous, ou seja, **“casa de tolerância”**, diante dos edifícios mais glamorosos da cidade, os teatros São José e Municipal.

PROFUNDA FACADA

O caso da rapariga mortalmente ferida numa pensão da rua Xavier de Toledo

No domingo passado, à noite, conforme já noticiamos, na casa de tolerância da rua Xavier de Toledo, 11, pertencente a Annita Montenegro, houve uma desastrada brincadeira, sendo mortalmente ferida a golpe de faca uma rapariga. Idalina Motta como esta se chama, fora convidada por seu companheiro de pensão João Maciel de Almeida, agente de negócios, a ir jantar fora de casa. Aceitou e, à noite, em companhia dele, foi para a pensão de Annita Montenegro, onde, ao cabo de muito abusar do álcool, de seu o facto delituoso de que resultou ser Idalina recolhida em estado melindroso à Santa Casa de Misericórdia. O crime não está ainda esclarecido, achando-se para tal fim iniciado o inquérito no posto policial da Consolação, a cargo do dr. João Batista de Souza. A autoridade ouviu hontem o agente de negócios João Maciel, cujas declarações foram tomadas por termo. A testemunha contou a história do convite que fez a Idalina Motta, indo jantar com ella ao restaurante Padula. Depois deram vários passeios indo à pensão da rua Xavier de Toledo em visita a uma amiga. Lá encontraram-se com Estanislau de Moraes Salles, o “Lauzinho”, amigo de Maciel, e com uma outra rapariga estranha à casa, Ermelinda Xavier. Os quatro beberam cerveja, vinho e “champagne”. Depois, pouco antes das 23 horas, conforme narra João Maciel,

“Lauzinho”, meio embriagado, começou a atirar cerveja e “champagne” ao rosto dos companheiros. A testemunha advertiu-o, o que deu logar a discussão, e, o que depois se passou, conta-o Antonio de Souza Ferreira, morador à rua Amaral Gurgel, 8 que assistia a scena, e que hontem foi também ouvido pela autoridade que esta presidindo ao inquérito. “Lausinho”, melindrando-se com a advertência feita por Maciel disse: “Atire, se fôr homem”. Acto continuo, Antonio de Souza Ferreira ouviu exclamar a Idalina Motta” “ó “Lauzinho”, eu estou morta”. Notando-se então que aquella rapariga estava ferida no ventre, houve natural confusão, fugindo logo os que entenderam dever fazel-o, até que Idalina foi transportada em automóvel particular para a Policia Central, onde as autoridades souberam do que se havia passado. As diligências prosseguem ainda, devendo ser hoje ouvidas novas testemunhas. Idalina Motta continua em tratamento na Santa Casa, não sendo animador seu estado.

(Fonte: O Estado de São Paulo, 23 de fevereiro de 1916)

É possível verificar por meio dessa notícia que o imóvel sempre teve um uso escuso, ainda que figurasse diante de um dos endereços mais prestigiosos, icônicos e bem frequentados da cidade. Assim, o público que circulava pelas escadarias do Municipal convivia lado a lado com o maior cenário de imoralidade e do controle social: **o bordel**.

A relação de tal espaço com o “Alto Meretrício” se dá justamente na análise de seus frequentadores. Homens de posse e de sobrenomes bastante conhecidos da sociedade também se utilizavam do referido cabaré em suas noites de diversão.

Este é o caso do senhor Ignacio Romeiro e de Gil de Campos Salles, que, ao lado de outras pessoas, estavam em gabinetes no porão do Hotel Maxim’s quando se envolveram em uma briga com o engenheiro Oscar Augusto do Nascimento, funcionário da Companhia Antártica Paulista¹⁷.

Tanto Ignacio Romeiro como Gil de Campos Salles, bem como outros amigos que também estavam no cabaré na noite da ocorrência, pertencem a uma abastada família de fazendeiros da região de Campinas, a mesma do ex-presidente da república Manuel Ferraz de Campos Salles. O jornal *Correio Paulistano*, em diversas publicações de sua crônica social, traz os nomes de Romeiro e Gil de Campos Salles juntos em diversos eventos, informando que ambos são engenheiros e que Gil de Campos Salles é formado na *Troy University*, nos Estados Unidos.

17 Summario de Culpa (1912) – Oscar Augusto do Nascimento e Ignacio Romeiro. Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em 5 de junho de 1912, por volta das 4h30, na **Pensão Maxim’s**, situada à Rua Xavier de Toledo n. 7, Oscar Augusto do Nascimento e o Dr. Ignacio Romeiro engajaram-se em luta corporal. Ignacio desferiu socos no rosto de Nascimento, enquanto era ameaçado por ele com uma garrafa. Romeiro foi indiciado no artigo 304 do Código Penal (agressão grave), enquanto Nascimento foi indiciado no artigo 303 do Código Penal (agressão leve).

No processo, chamam atenção algumas das informações prestadas pelos envolvidos, como as de Oscar Augusto do Nascimento, que relata que no dia da ocorrência estava em companhia do Dr. Eduardo Fontes e de sua amante, Bianca, Eduardo Ribeiro em companhia de Ligia de Tal, Antonio Teixeira Leite e sua amante Luisa de Tal e de Benedicto de Tal, e no gabinete em que se achavam em uma festa, quando um indivíduo abriu uma fresta da cortina e jogou uma garrafa. Em seguida, vários outros sujeitos invadiram o gabinete e agrediram quem ali se achava.

Embora o processo tenha diversas testemunhas, as mulheres citadas por Nascimento em nenhum momento são convocadas a prestar depoimento sobre o caso. Também chama a atenção o uso do termo “amantes”, ou seja, de alguma forma o processo nos mostra que essas mulheres estavam lá a trabalho, eram meretrizes que ali estavam com os homens citados.

Para garantir o alvará, o espaço se utilizou de um hotel como fachada, o que podemos ver por meio do *Almanack Laemmert*, onde consta também como parte do endereço os fundos do local, situado na Rua Formosa, n. 34, e por onde fugiu Ignacio Romeiro após a agressão.

Através do depoimento do garçom italiano Oreste Cerameno, ficamos sabendo que a ocorrência se deu no porão do local, onde havia quatro quartos reservados, e que estava no pavimento superior servindo a um freguês quando, no subterrâneo, local onde ficavam os gabinetes reservados, ouviu um barulho de briga e correria, mas que não pôde atender imediatamente porque a escada ficou intransitável pelas pessoas que ali se achavam e procuravam fugir da briga.

Outra testemunha é a proprietária da “Pensão Maxim’s”, Salvadora Rojas Guerrero, uma mulher espanhola de 47 anos. Ela relata à polícia que ouviu um barulho e gritos no porão da renomada casa e desceu. Lá viu o Dr. Romeiro com o rosto todo ensanguentado e o levou para seu quarto a fim de lavar sua a ferida com água quente. Ela deixou o Dr. Romeiro aos cuidados de seu criado e foi ao gabinete ver Oscar do Nascimento, que pareceu estar ferido, e efetivamente estava, com um hematoma no rosto. Disse ainda que

Angelina, após dar um beijo no Dr. Romeiro, provocou ciúmes em Nascimento, que se achava atrás da cortina, e que então Nascimento bateu na cabeça de Romeiro com uma garrafa de champanhe. Outras moradoras da casa disseram a ela que após Romeiro ter dado socos no rosto de Nascimento, este deu dois tiros de revólver para o ar. Disse também que sabia que Nascimento era um homem de trinta e tantos anos, louro, gerente ou coisa que o valha da fábrica de cerveja Antártica e que Romeiro é um moço de vinte e tantos anos de idade que dizem ser um grande fazendeiro.

É interessante atentar como a frequência nos espaços de luxo da cidade se dava, sempre às escondidas. Nenhuma das moças citadas no processo é encontrada para prestar depoimento, bem como o processo se encerra por falta do testemunho das vítimas, ou seja, por se tratar de homens abastados a polícia encara a questão colocando-os, de certo modo, acima da lei. A casa onde se deu a ocorrência também segue normalmente seu funcionamento e não há menção alguma no processo sobre qualquer sanção ao local ou à sua proprietária.

Apesar de mudar de mãos por diversas vezes com o passar dos anos, vemos a casa em franco funcionamento novamente em 1927, quando foi solicitado o Alvará para que pudesse funcionar até as 23h¹⁸:

POLICIA DO ESTADO
da sra. Adelita Posse, proprietária do Cabaret Maximo,
licença para que o mesmo possa funcionar até às 23h –
Indeferido à vista da informação.
(Fonte: O Estado de São Paulo, 20 de outubro de 1927)

18 O Código de Posturas Municipais de 1886 regulava o funcionamento de estabelecimentos comerciais, que deveriam encerrar suas atividades às 21h, com exceção de restaurantes situados próximos a teatros.

No ano de 1928, novas notícias referentes ao sobrado nº 11¹⁹ da Rua Xavier de Toledo tratam da senhora Clara Revello, que solicita alvará de licença para que no sobrado passasse a funcionar o *Tabaris Dancing*.

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO
PROTOCOLLO GERAL

PROCESSO Nº. 60252/60256

INTERESSADO: Clara Revello
ASSUMPTO: Lanç. P. O negocio que abriu com o nome de
–TABARIS DANCING –
LOCAL: Rua Xavier de Toledo, 11
ANO: 1928

19 Há uma mudança na numeração da Rua Xavier de Toledo com o passar do tempo. O mesmo imóvel pode ser referido com os números 05, 07, 11 e, atualmente, número 23.

20 Arquivo Histórico Municipal – série Divertimentos Públicos – Caixas 1 a 4.

PEDIDO DE LANÇAMENTO
O abaixo assignado comunica que abriu o negocio denomi-
nado “Tabaris Dancing” à rua Xavier de Toledo nº 11
(baixos) e pede o respectivo lançamento.
São Paulo, 9 de outubro de 1928
Residencia: Xavier de Toledo, 11
Telefone: 40749 ²⁰

Através do mesmo processo, somos informados de que naquele mesmo local funcionara antes o Cabaret Maximo, outra casa dos, então denominados, “Divertimentos Públicos”, que nada mais eram do que casas de prostituição reguladas pela **Delegacia de Costumes e Jogos**, sobre a qual já dissertamos.

Seja ou não por ironia do destino, o filho do Dr. Xavier de Toledo, foi um dos chefes da **Delegacia de Costumes** que investigava tais casas e impedia cenas de imoralidade (RAGO, 2008, p. 139).

A licença de Clara Revello para o funcionamento da casa, ora referida como Dancing, ora como Cabaret, foi concedida pela prefeitura em 9 de outubro de 1929. Pouco tempo depois, no entanto, as autoridades policiais foram alertadas de que se tratava de cabaret outrora existente, reaberto com novo nome e sob nova propriedade, como inferimos na correspondência de um dos fiscais ao diretor, pedindo que a licença fosse conferida apenas após checagem do estabelecimento por parte da Polícia:

Sr. Director
Trata-se do Cabaret Maximo, que reabriu com o título de Tabaris Dancing e em nome de outra proprietária. Como a licença do Cabaret Maximo, foi cassada em virtude de um officio da Polícia, que consta no processo n.º 37724, consulto-vos se não seria caso de ouvir-se a Polícia, antes de informar-se sobre o presente pedido de licença.
22-10-928
Theodoro Lopes ²¹

21 Arquivo Histórico Municipal – série Divertimentos Públicos – Caixas 1 a 4.

22 Idem

Um ano depois, a mesma **Diretoria de Polícia** informou novamente que estava funcionando de forma clandestina naquele endereço um *cabaret*²². Podemos notar a quantidade de nomes pelos quais o estabelecimento foi referido pelas autoridades e pela imprensa. Há um certo melindre em se detalhar o que realmente aconteceu ali no local: um bordel de grandes dimensões ali estava há anos sob comando de diversas mulheres.

Com o passar do tempo, também notamos o adensamento de construções no entorno, subsistindo o Cabaret em meio ao requinte e ao luxo de estabelecimentos como o Hotel Esplanada, inaugurado em 1922, ao lado do Municipal.

Tratava-se de um hotel de alto luxo, onde se hospedavam diversos artistas que se apresentavam no teatro e outras personalidades, tais como a bailarina Isadora Duncan. O *rendez-vous* permanece ali mesmo, com o avançar da cidade e o enriquecimento cada vez mais evidente de seu entorno.

Figura 13: **Hotel Esplanada** (1931)
Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Tombo DC/0019857/P. Autor desconhecido

Passado de mão em mão, ele vai se mantendo com a mesma estrutura, possivelmente atendendo à mesma elite que o cercundava. Nos processos, encontram-se recibos de pagamento referentes aos alvarás solicitados ano a ano, a maioria versando sobre a quantia de 2 mil réis para a municipalidade, para poder funcionar. Porém, assim como os pedidos de liberação da casa, foram recorrentes as mudanças de propriedade, ou talvez de gestão do estabelecimento, sendo Clara Revello (de quem nada se encontra mesmo buscando seu nome em periódicos o *Tabaris Dancing*), a administradora do espaço e requerente na maioria dos processos encontrados na **Série “Divertimentos Públicos”, do Arquivo Histórico de São Paulo.**

Figura 14: **Recibo de pagamento de taxa do alvará de funcionamento do Tabaris Dancing em 1928**
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Série Divertimentos Públicos – Caixas 1 a 4

Notemos, no entanto, que o referido alvará de funcionamento foi expedido pela prefeitura com a seguinte observação: “uma vez que a mesma lhe seja concedida, a título precário e sob a fiscalização policial”²³, sendo então assinada pelo delegado de polícia, Mário Baptista. Ou seja, era notória a fiscalização de tais espaços a fim de coibir quaisquer atividades para além daquela referida na devida licença.

A última referência ao prédio como *cabaret* aparece após nova denúncia de irregularidade por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1932:

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO
DIRECTORIA DO PROTOCOLLO E ARCHIVO
PROCESSO N.º. 49930
INTERESSADO: DF. 109 da directoria da receita
ASSUMPTO: Pede fechamento de Dancing
LOCAL: Rua Xavier de Toledo 11
ANO: 1932
São Paulo, 30 de dezembro de 1932

Solicito vossas providencias junto à Chefia de Policia, no sentido de ser fechado o dancing existente à rua Xavier de Toledo nº 11, visto até a presente data não haver pago as respectivas licenças, a despeito de inumeras advertências desta Directoria, feitas ao proprietário do mesmo.

Outrosim, pelos mesmos motivos, solicito a mesma providencia, em relação aos “tiro a alvo”, instalados à rua General Couto Magalhães, 62, José Paulino, 168 e Voluntários da Patria, 400.
Saudações,
Director.

Sr. Director
A única casa que continua funcionando é a da rua General Couto de Magalhães, 62, as demais estão atualmente fechadas.
30/01/1933

Após esse pedido, não encontramos mais nenhuma referência ao *Tabaris Dancing* ou mesmo à Sra. Clara Revello. No entanto, imagens da fachada localizadas no Acervo do Museu de Energia e Saneamento permitem constatar o estado do prédio em 1934, na Rua Xavier de Toledo nº 5 e 7, já como Bar e Restaurante Pan Americano.

Figura 15: **Fachada do Bar e Restaurante Pan Americano, situado à Rua Xavier de Toledo nº 5 (01/01/1934)**

Fonte: Fundação Energia e Saneamento. Notação ELE.CEI. SSP.1969. Autor Desconhecido.

É impossível dizer se o bordel seguiu seu funcionamento no momento em que o imóvel abrigava o restaurante, no entanto, como veremos mais adiante, ele aparece marcado como “casa de tolerância” no mapa produzido pelo Departamento de Cultura, em 1938.

O imóvel ainda resiste nos dias de hoje, tendo restado apenas seu frontão e fachada. O interior foi demolido e anexado ao edifício vizinho, onde desde 1999 funciona o *Shopping Light*.

Curiosamente, embora nada do que restou do prédio sequer traga lembranças do espaço de prostituição que ocupou o imóvel no passado, a atividade continua em plena ocorrência dentro do ambiente do *shopping*, como nos mostra a reportagem da Folha de São Paulo de 29 de agosto de 2007:

Em São Paulo, alguns shoppings, academias, parques, hipermercados, terminais rodoviários e de metrô entram no mapa do banheiro²⁴. Os administradores desses lugares tentam inibir a paquera. No Shopping Frei Caneca, foram colocadas placas lembrando o risco de detenção de três meses a um ano para a “prática de ato obsceno”. No Shopping Light, uma medida foi cobrar taxa na entrada dos banheiros. Há lugares que erguem “muralhas da China” entre os mictórios ou orientam seguranças para rondas constantes.²⁵

24 Por “banheiro” entende-se a prática sexual, a pagamento ou não, entre homens dentro de banheiros em diversos espaços da cidade.

25 Folha de São Paulo (Edição Online) – 29 de agosto de 2007. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/destaquesgls/ult10009u324196.shtml> Acesso em 09/06/2018.

Ou seja, mesmo que sem conhecimento do passado daquilo que abrigou o imóvel vemos que as permanências do uso do espaço de alguma forma se mantiveram naquele endereço, talvez trazendo à tona a “vocação do espaço”, ainda que descaracterizado.

Embora tímida, se olharmos com atenção, perceberemos a fachada daquele que provavelmente foi um dos mais luxuosos

cabarets da cidade, e seja ou não por ironia, continua existindo como um espaço de consumo e luxúria.

Pudemos, no entanto, trazer de volta a memória do cabaré que ali existiu através do concurso Placas da Memória Paulistana, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico que, por nossa solicitação, identificou o imóvel com uma placa que remete, ainda que brevemente, ao que se passou naquele espaço.

Figura 16: À direita, podemos ver o andar térreo remanescente do imóvel aqui estudado. Na esquina, com as janelas vermelhas o Edifício Alexandre Mackenzie, transformado no shopping Light. Ao fundo o Hotel Esplanada e também no fundo à esquerda o Teatro Municipal.

Autor: Rafaela Netto

Figura 17: Vista do imóvel da Rua Xavier de Toledo. Nota-se a manutenção da fachada, ainda que envelopada, e a parte interna agora tomada pelo Shopping Light.

Autor: Rafaela Netto

O meretrício, no entanto, não era feito apenas de lugares luxuosos frequentados pelas elites da cidade. Ele se apresentava nas mais diversas formas, valores e lugares, como veremos a seguir.

Figura 18: Frontão do imóvel, onde se pode ler 1911, data de sua construção.

Autor: Rafaela Netto

Flores murchas de crepom: o “Baixo Meretrício”

Apesar do exposto através do luxuoso espaço, o “Alto Meretrício” era bastante incomum na cidade. A maioria das mulheres que trabalharam como prostitutas em São Paulo pertenciam ao chamado Baixo Meretrício, aquele cujos valores recebidos eram menores e, muitas vezes, seus trabalhos eram exercidos nos mesmos locais onde viviam.

Como retrato de uma ocorrência na zona do “Baixo Meretrício”, temos o relato de uma agressão e tentativa de furto no ano de 1929, descrito em um dos casos encontrados no ATJSP e bastante interessante, pois não só nos apresenta um caso de quebra de regras na prostituição – uma vez que a mulher em questão se apresentava na janela, o que era proibido por lei – como também revela a forma como os personagens envolvidos no caso se relacionam com a cidade.

Na madrugada de 31 de outubro de 1929, às duas horas da madrugada, mais ou menos, em um quarto na Rua Tymbiras n. 22B, sabendo que a “decaída” Annita Medmedoff tinha dinheiro guardado dentro da gaveta do lavatório de seu quarto, o “polaco” Pedro Daks²⁶ agrediu a mulher a socos, ferindo-a, e tentou roubar dela uma carteira contendo 476\$000 réis e um dólar²⁷.

A vítima da agressão e da tentativa de roubo era Annita Medmedoff, de 36 anos de idade, viúva, branca, meretriz, hebraica. Segundo laudo de corpo de delito (fls. 6), Annita apresenta um ferimento no lábio, provocado pela agressão. Em seu depoimento, a meretriz disse que por volta das duas horas da madrugada do dia 31 de outubro de 1929 estava em sua casa, quando apareceu Pedro Draks e propôs que pernoitassem e que, para isso, acertaram o valor de 40\$000 réis e que, assim, ele deitou-se em sua cama e pediu para

26 O nome do réu tem duas grafias durante o desenrolar do processo, Pedro Drac (nome que consta na capa) e Pedro Draks. Optamos aqui por utilizar durante todo o relato a forma como aparece com mais frequência, Pedro Draks.

27 Summario de Culpa: A Justiça contra Pedro Drac (1929). Processo nº TJ1 – 1001673669 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

que ela pegasse o dinheiro para lhe dar o troco e que, nesse momento, ele a agarrou e agrediu, roubando sua carteira com a quantia de 476\$000 réis que estava no lavatório.

Nesse processo, pela primeira vez obtemos informação dos valores praticados na prostituição do “Baixo Meretrício” e é interessante que ela tenha citado tal coisa, pois trata-se de uma informação não relevante à ocorrência.

Em seguida, o processo traz o depoimento do réu, Pedro Draks, de 19 anos de idade, solteiro, branco, polaco (romeno), residente na vila Regente Feijó, casa 6 (Belenzinho). Pedro declarou que no referido horário foi ao prostíbulo da Rua Tymbiras n. 22B onde procurou sua patrícia, a meretriz Annita Medmedoff, e que, estando com ela em seus aposentos, propôs pagar a quantia de 5\$000 réis a fim de manter com ela relações. Após o fato consumado, disse ter dado à mulher uma nota de 200\$000 réis e pediu que ela buscasse o troco. Ao ver que ele tinha uma quantia maior do que os 5\$000 réis, Annita teria dirigido a ele diversos insultos e que ele, não se contendo, desferiu diversos socos em Annita, atingindo-a no rosto, e que se atracaram em briga até a chegada de um oficial da cavalaria. Disse que não é verdade que pegou o dinheiro dela, mas sim que ela o roubou, ficando com o troco dos 200\$000 réis e que, portanto, era ele a verdadeira vítima no caso.

Nesse momento, aconteceu uma virada bastante interessante no processo. O pai de Pedro, Julian Draks, foi à delegacia espontaneamente e prestou depoimento contrariando a palavra do filho. É também no pequeno depoimento de Julian Draks que percebemos como a cidade era um grande canteiro de obras e como os trabalhadores do setor da construção civil se relacionavam com ela.

Julian Draks, de 47 anos de idade, polaco (ex-russo), branco, casado, servente de pedreiro, disse que Pedro, seu filho, trabalhava com ele como servente de pedreiro nas obras do empreiteiro Raphael Abate. Afirmou que como receberam somente após a obra concluída e dada a forma como o filho gastava imediatamente o dinheiro recebido, acabou por ficar com o valor do salário do filho, dando a ele apenas 1\$000 réis. Ele relatou que ambos trabalharam juntos em três obras, sendo uma delas na Rua Boa Vista, no centro da cidade, e que atualmente estavam em uma obra na Mooca.

O relato de Julian nos traz não só informações sobre como a cidade de São Paulo estava em franco crescimento nos anos 1920, impulsionado por uma série de reformas, como também nos apresenta quem construía a cidade, ao citar o empreiteiro Raphael Abate. Aqui percebemos também que as classes trabalhadoras, de salários baixos e pouco abastadas,

também viviam a cidade e seus divertimentos, porém frequentando o “Baixo Meretrício” e não os grandes e luxuosos cabarés e dancings do centro.

Após o depoimento do pai, Pedro Draks volta a prestar esclarecimentos e afirma ao delegado que mentiu, mudando assim completamente seu depoimento e narrando que, na madrugada de 31 de outubro, estava vagando pela cidade sem dinheiro quando viu Annita, que falava sua língua e estava se insinuando na janela, o que era ilegal segundo o **Código de Posturas Municipais**.

É importante colocar que a prostituição nas janelas vinha sendo bastante combatida tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, sob argumentação moral e de higiene, no que se referia ao meretrício e sua visibilidade (SCHETTINI, 2006, p. 34). Segundo Cristiana Schettini (2006, p. 84), a diferença entre o “Alto” e o “Baixo Meretrício” está relacionada apenas ao tipo de espaço que ocupam, uma vez que são as mesmas mulheres que ora podem estar dentro dos lupanares e rendez-vous de luxo e ora podem estar vendendo seus corpos pelas ruas da cidade. A idade é um dos fatores que podem determinar a posição que ocuparão nas “zonas”, ficando as mais belas e jovens nos cabarés de luxo do centro e as mais velhas destinadas às zonas do “Baixo Meretrício”, como veremos em casos narrados a seguir.

No entanto, é fundamental pensar a história da prostituição, sobretudo o “Baixo Meretrício”, como um espaço de resistência, conforme Schettini:

A história da prostituição ao longo do começo do século XX é também a história de lutas que se davam em muitos âmbitos pela garantia de direitos como os de morar, circular e trabalhar na cidade nas quais as prostitutas da janela contavam com aliados vindos de muitos lados. (SCHETTINI, 2006, p. 87)

Às suas lutas, tais mulheres muitas vezes tinham como aliados os próprios homens da lei, que garantiam que seguissem quase invisíveis e, como vimos, também se utilizavam dos seus serviços. Não estamos falando de uma mulher jovem, mas de uma mulher já idosa – para os padrões da época – que trabalhava na prostituição. Luna e Klein apontam que na capital, no ano de 1920, a expectativa de vida para as mulheres era de 36,6 anos (LUNA & KLEIN, 2019, p. 414).

Seguindo seu depoimento, Pedro Draks disse que Annita o convidou para entrar e de fato acertaram o valor de 40\$000 pela noite e que ele perguntou a ela se tinha troco para uma nota de 200\$000, exigindo ver o troco antes de dar o dinheiro a ela. Ao ver a carteira que a mulher foi buscar no lavatório,

Pedro agrediu Annita a socos e pegou a carteira, seguindo em luta corporal com ela quando, por conta dos gritos que ela proferiu, entrou um guarda da **Força Pública** que o deteve das agressões e tirou a carteira de sua mão. A fim de se defender da acusação de furto, Pedro afirmou que mentiu sobre o fato de possuir a quantia de 200\$000 réis em seu poder e que, assim como disse seu pai, não tinha nenhum valor além de 1\$000 réis e que viu na carteira de Annita uma possibilidade para o furto.

Segue o depoimento de duas testemunhas do evento, curiosamente duas mulheres. A primeira a depor Sarah Sheifsein, de 32 anos de idade, natural de Varsóvia, residente à Rua Guayanazes n. 2A. Sarah relata que, na madrugada de 31 de outubro, estava na “pensão de mulheres”, na rua dos Guayanazes n. 2A, esquina com a Rua Tymbiras n. 22B, quando ouviu gritos e foi para a outra casa, onde estavam diversos populares e soldados da Força Pública. Contou que viu sua patrícia ferida e toda ensanguentada, e também Pedro Draks, que estava detido pela polícia pela agressão e pela tentativa de roubo da carteira de Annita.

É interessante perceber que os endereços de Sarah e de Annita estão localizados no bairro dos Campos Elísios, loteado pelos investidores Nothmann e Glette, aparentemente um bairro de alto padrão. Ainda assim o local permaneceu repleto de casinhas e cortiços, abrigando pessoas das camadas mais populares da cidade e também a zona do Baixo Meretrício na época²⁸.

28 Esta constatação corrobora a assertiva de Paulo Garcez Marins sobre a diversidade de programas e tipologias no bairro de Campos Elísios, para além do estereótipo de bairro das elites. MARINS, Paulo Garcez. "Um lugar para as elites: os Campos Elísios de Glete e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo" In LANNA, Ana Lucia Duarte (Org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011.

Figura 19: **Rua Tymbiras**
Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo – sem número de tombo (06/09/1935)

Outra vizinha que também dá seu testemunho é Amélia Pereira Lima, de 29 anos de idade, solteira, brasileira, natural de Pernambuco, doméstica, residente à Rua Tymbiras n. 20. Seu relato é muito parecido com o de Sarah. Amélia contou à polícia que ouviu os gritos vindos da casa ao lado, n. 22 B, e que bateu na porta, mas ninguém respondeu. Contou que os soldados chegaram e arrombaram a porta e assim ela viu Annita com o rosto ferido.

A polícia pediu que fosse realizada uma perícia por parte da polícia técnica. Nesse relato, passamos a conhecer o interior do local e percebemos tratar-se de um cômodo bastante pequeno que servia de local de trabalho e também de moradia para Annita. Curiosamente, há uma foto do ambiente anexada ao processo.

O prédio inspeccionado compõe-se de um comodo de frente dividido ao meio por um biombo de madeira, com uma janella para a rua e uma porta de comunicação com um pequeno quintal e uma privada com uma porta para o corredor.

Em uma das divisões do comodo de frente (a interna), encontram-se uma cama de casal e um lavatório.

Sobre a cama em desalinho viam-se, no momento do exame, falsas perolas soltas, um par de brincos com imitação de perolas e dois dentes, um dos quaes revestido de uma camada de ouro; nas fronhas do travesseiro e no lençol que se viam sobre a cama referida, manchas com aspecto das manchas de sangue. (p. 20)

O material ali recolhido foi levado para análise. A perícia constatou tratar-se de sangue humano e que a luta havia sido bastante intensa, pois os dentes encontrados haviam sido “violentamente arrancados”, bem como os brincos e o colar durante a luta corporal travada entre Pedro Draks e Annita.

Figura 20: **Quarto de Annita Medmedoff**

Autor: Polícia Técnica de São Paulo

Fonte: Summario de Culpa: A Justiça contra Pedro Drac (1929). Processo nº TJ1 – 1001673669 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. p. 22.

A imagem anterior é a única que encontramos com o interior de uma casa/cômodo usado para a prostituição. A foto nos permite entrever um cômodo bastante simples, usado como local de trabalho como meretriz e como moradia. Como notamos através da pequena nota do laboratório: “A exiguidade do espaço não permitio fosse executada uma fotografia que melhor mostrasse o aspecto do local”, ou seja, tratava-se de um espaço bastante reduzido, onde moradia e meretrício compartilhavam o mesmo ambiente.

Annita prestou novo depoimento, requerido pelo delegado Cysalpino de Souza e Silva, para esclarecer algumas divergências entre as declarações prestadas por réu e vítima. Annita reafirma sua versão, dando apenas mais detalhes sobre o momento da agressão e que não havia tido relações com ele. Annita afirma que, após dirigir uma injúria a Pedro, ele atirou-a novamente no chão e que a intenção dele era matá-la.

Também foi depoente o agente da **Força Pública** que efetuou a prisão, João de Deus Ferreira Machado, que afirmou, assim como Amélia, ter arrombado a porta da casa após ouvir os gritos de socorro de Annita, efetuando em seguida a prisão de Pedro Draks.

O delegado concluiu a investigação, relatando que na data referida “estava a decahida ANNITA MEDMEDOFF em seu quarto na casa de tolerancia da Rua Tymbiras, nº - 22-B, quando ali chegou um desconhecido, que depois se verificou ser o polaco PEDRO DRAKS, propondo-lhe pernoitar ali”. O delegado narrou a sequência do roubo e detalhadamente a forma como Pedro agrediu Annita, bem como a natureza das grandes manchas de sangue – conforme podemos ver na imagem – ser dos dentes por ela perdidos durante a agressão.

Pedro ainda foi chamado para depor mais uma vez, mas, dado o ofício para o depoimento ter sido enviado para a cadeia pública da capital, podemos constatar que ele foi preso pela agressão. Ao fato, se seguem diversos depoimentos, todos com os mesmos conteúdos dos já referidos acima.

O **Gabinete de Investigações da Capital** indicia Pedro Draks apenas pelo crime de tentativa de roubo (art. 356 e 357 do Código Penal de 1890) e logo em seguida vemos um pedido protocolado por Pedro para que sejam desconsideradas todas as testemunhas e que a vítima é a única testemunha da ocorrência, mas que:

Além de se tratar de parte diretamente interessada na Associação, é a vítima **uma meretriz e judia**, raça que, pela sua afeição e ídolo ao dinheiro, é conhecida no mundo inteiro. Estas circunstancias impõem que se receba com cautela a sua palavra.

De facto: a dissimulação e a mentira, diz Carlier falando da prostituição, são o apanágio da profissão, nascido da projeção falsa em que vivem as meretrizes e do conceito que elas sabem que a forma sem respeito.²⁹

29 Ibidem, p. 49.

Aqui há menção à origem de Annita que, apesar de ser “patrícia” de seu agressor, raça, cultura e religião são mencionados como forma de desqualificar seu relato. Percebemos também que uma das mulheres que sai em sua defesa também é uma meretriz polaca. Sobre o caso das chamadas polacas falaremos mais adiante.

O processo termina por inocentar Pedro Draks da agressão a Annita, uma vez que o laudo médico legal, contido na folha 6 do processo, não apresenta relatos sobre a perda dos dentes encontrados na perícia técnica.

A Avenida São João é outro endereço onde não raro encontramos a presença dos chamados rendez-vous ou lupanares pela polícia. Foi lá que no número 139 C, no ano de 1912, uma discussão entre duas meretrizes acabou por revelar não só as atividades que se desenvolviam na casa, mas também quem eram seus frequentadores³⁰.

30 A Justiça contra Sophia Tallermann – Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo (1912).

De propriedade da russa Sophia Tallerman, de 24 anos, auto-declarada “dona de pensão” nos autos do processo, o bordel funcionava quase camuflado na Avenida São João.

Luisa Tiemann, a suposta vítima, alegou para as autoridades policiais que havia sido agredida por Sophia com um irrigador de estanho, irrigador este razão pela qual Luisa, uma moça alemã de 19 anos, havia retornado à “casa de tolerância” de Sophia após ser demitida do local. Sophia nega tanto as acusações quanto a demissão, afirmando que a moça saiu de sua casa após desavenças por não arcar com uma conta.

O interessante nos autos do processo está no fato de todas as testemunhas listadas serem homens e suas explicações, com exceção à de Amadeu Naden, um italiano que vivia no mesmo endereço da ocorrência e cuja esposa trabalhava como copeira do local, todos afirmam que estavam no local “de passagem”.

O sírio Zaki Kouri, de 24 anos, residente à Avenida Celso Garcia, disse à polícia que estava a passeio na “casa de tolerância” de Sophia quando essa, muito irritada com Luisa, atirou o irrigador de estanho em sua face, provocando assim um ferimento em sua testa, o que deu início ao escândalo provocado por Luisa na porta do imóvel e, conseqüentemente, à vinda da polícia ao local.

Outro fato que chama atenção e que mais uma vez reafirma a atividade noturna no centro da cidade de São Paulo é que

as testemunhas, nesse caso os frequentadores do bordel, são moradores de locais distantes ao da ocorrência.

Pouco depois da ocorrência policial, há um pedido feito em nome de Josepha Carcani à prefeitura para que o imóvel, tido legalmente como uma “casa de penteados”, pudesse pagar o imposto devido. O requerimento faz parte da **Série Obras Particulares do AHSP**, porém assinado pela **Delegacia de Polícia**.

Ex. Snr. Dr. Prefeito Municipal de São Paulo
A abaixo assignada tendo aberto uma casa de penteados a Rua de São João nº 139 (Largo do Paysandu) denominou-a Petit Paris, vem mui respeitosamente pedir a V. Ex. Que se digne aprovar a inscrição que junto a este, e autorizal-a a pagar o imposto devido.
Do Deferimento
E. R. M.
Josepha Carcani
28 de julho de 1914

Como já dissemos anteriormente, o lado esquerdo da Avenida São João permaneceu sem intervenções das obras de modernização da avenida e, posteriormente, da reforma do Largo do Paissandu e construção da nova Igreja do Rosário dos Pretos, instalada no largo.

O mesmo endereço que abrigou o bordel de Sophia Tallerman e a loja de chapéus também era o local de residência de Argemiro Espadone, advogado de Sabina Attanasio e Ricardo Fernandes, réus na ocorrência contra a dona de botequim Maria Pignoli, no caso tratado no capítulo 1.

Esta informação nos mostra como a avenida e mesmo os imóveis tinham os mais diversos usos em seus interiores, onde o lícito e o ilícito conviviam na cidade de forma integrada.

Figura 21: **Avenida São João** (1912)
Autor: Desconhecido.

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Tombo DC/0000183/D

Na página anterior, podemos ver as casinhas resistentes à primeira série de reformas pelas quais passou a ainda Rua de São João.

Figura 22: **Avenida São João** (1930)
Autor: Aristodemo Beccherini

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Tombo DC/0017358/NEV.

Na imagem, podemos ver à esquerda a nova Igreja do Rosário dos Pretos e à direita a permanência das casinhas na avenida. Ao fundo, já vemos construído o Edifício Martinelli, um dos grandes marcos arquitetônicos da cidade.

Podemos afirmar, portanto que:

O caráter de transformação da dita Rua São João em Avenida São João, revestido pelos significados da modernidade do final do século XIX e início do XX, serve de subsídio para se pensar como, a partir da análise dos seus processos de construção e dos usos que se faziam daqueles edifícios, o caráter dos chamados melhoramentos urbanos não se concretizou em sua plenitude, ainda que tentasse afastar determinados grupos e parcelas sociais de seu redor.

A propriedade e ocupação dos terrenos evidencia que os grupos afro-brasileiros permaneceram à margem do sistema, sem que pudéssemos identificá-los como proprietários a partir dos sobrenomes, mas fica em evidência o sentido de expulsão deste grupo quando da remoção da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em favor do alargamento da avenida e consequente disponibilização dos lotes adjacentes para novas construções. Os novos proprietários, seguindo a linha de divisão temporal, continuaram investindo no mercado imobiliário, por meio de casas, sobrados e outros edifícios que congregassem usos mistos, como comércio e residência no mesmo imóvel. (REIS e ROSIN, 2019, p. 18)

Ainda sobre a São João, os planos de remodelação urbana e o avançar do tempo não removeram os espaços de prostituição da Avenida, como podemos ver através da imagem abaixo. Tal imóvel funciona ainda hoje como um bordel, estando estabelecido quase na esquina do Largo do Paissandu, ou seja, muito próximo do antigo bordel de Sophia Tallerman. Os espaços de permanência chamam a atenção pois nos mostram que fracassam as diversas tentativas do poder público de remover tais estabelecimentos das áreas mais nobres da cidade. Os bordéis permanecem no mesmo ambiente, mesmo após mais de um século decorrido dos primeiros planos de melhoramentos na São João.

Figura 23: **Bordel situado na Avenida São João**, esquina com o Largo do Paissandu.

Autora: Máira Rosin (2019)

O “Baixo Meretrício”, no entanto, era bem mais espalhado pela cidade, o que podemos ver através de outros processos.

Maria Querida, 28 anos, solteira, brasileira, manicure, residente à Rua Washington Luis, n. 48. Está ainda quente e traja vestido de cor castanho, camisa e calça brancos e meias de seda de cor alaranjada. Suas vestes estão sujas de vômito avermelhado. Percebem-se ferimentos nas mucosas e ainda pela boca a eliminação de espuma esbranquiçada. A morte se deu pela ingestão de cianeto de mercúrio.³¹

31 Inquérito Policial (1922). Maria Querida. Processo 072A0613 – 0041 – O do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Maria Querida é parte das outras mulheres que não se encaixavam na cidade. Ex-meretriz, trabalhou na Ladeira de São Francisco n. 4, até 1920, quando um comerciante de nome Francisco a tirou do meretrício e passou a viver com ela como amásio. Dois anos se passaram e Francisco disse a Maria Querida que não poderia mais ficar com ela pois

estava noivo e iria se casar. Ela então não suportou o abandono e se suicidou.

Sua amiga Floripida, dona de uma “pensão” na Rua do Carmo onde Maria Querida vivia, contou que no dia do suicídio ela andava triste e cabisbaixa, não suportando a dor da separação.

O tempo passou e, no ano de 1929, encontramos novamente menção à presença de bordéis na Ladeira de São Francisco³² em outro processo, dessa vez envolvendo muitas mulheres.

32 Na ocasião, a Ladeira de São Francisco já se chamava Rua São Francisco.

Figura 24: **Ladeira de São Francisco (1900-1910)**

Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Tombo DC/0000092/D.

Figura 24: **Rua São Francisco (1918)**

Autor: Aurelio Becherini

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo. Tombo DC/0000503/E.

Como podemos ver nas imagens, trata-se de mais uma rua de casinhas onde os planos urbanísticos de modernização ainda não tinham chegado, logo, era ainda em 1929 um lugar propício para o estabelecimento do meretrício.

O relatório da polícia sobre a ocorrência nos dá a dimensão do que ali aconteceu:

33 A Justiça contra Eunice de Campos (1929) Processo TJ1 1001667249-6 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Folha 17.

A decahida MARIANNA PEIXOTO DA SILVA, proprietária de uma casa de tolerância da Ladeira de São Francisco nº 21, conversava em sua casa com outras mulheres, no dia 11 do ocorrente mez, às 16 horas, quando ali chegou, muito alcoolizado, o seu amásio JOÃO DE OLIVEIRA FLORES. EUNICE DE CAMPOS disse então à MARIANNA que tinha visto o seu amásio em companhia de outra mulher. MARIANNA e JOÃO DE OLIVEIRA FLORES travaram, por esse motivo, forte discussão, durante a qual FLORES dirigiu insultos à EUNICE. Esta, em represália, arremessou contra elle duas garrafas de cerveja, uma das quaes o attingiu, ao passo que a outra attingiu a MARIANNA, recebendo ambos os ferimentos leves descriptos no auto de corpo de delicto de fls. 4.³³

A proprietária do bordel era Marianna Peixoto, uma mulher branca de 38 anos de idade. Ali, trabalhavam diversas mulheres, sendo cinco delas testemunhas do processo. Essas mulheres tinham as mais diversas idades e nacionalidades, sendo a ré, Eunice de Campos, uma mulher preta de 19 anos de idade.

É interessante notar que, durante as oitivas da polícia, todas elas têm suas profissões referidas como “meretrizes”. No entanto, ao passarmos para os testemunhos diante do juiz, todas elas afirmam ser “domésticas”, ou seja, percebemos também o estigma que o meretrício carrega.

Diferente dos outros processos, sobretudo os que envolvem os cidadãos mais abastados da cidade, como vimos no caso do *Cabaret Máximo*, Eunice foi julgada culpada pelo delito, sendo então condenada a pena de reclusão na **Cadeia Pública da Capital**, no ano de 1935:

GABINETE DE INVESTIGAÇÕES
São Paulo, 15 de outubro de 1935
EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL CAPITAL
Devidamente cumprido, tenho a honra de passar às mãos de V. Excia., a inclusa via do mandado expedido por este Juízo, contra a EUNICE FERRAZ DE CAMPOS ou EUNICE DE CAMPOS ou EUNICE MADER, com 24 annos de idade, filha de Antonio e Sebastiana Ferraz de Campos, solteira, brasileira, natural deste Estado, pronunciada em data de 20 de Julho de 1929, como incurso no art. 303 do Código Penal, por crime de ferimentos leves, perpetrado contra João de Oliveira Flores e Marianna Peixoto da Silva, nesta Capital.

Saúde e Fraternidade,
Delegado de Vigilância e Capturas³⁴

34 Idem. Folha 29.

Como já dissemos anteriormente, a **Polícia de Costumes** estava ligada ao **Gabinete de Investigações**, ou seja, a prisão de Eunice foi justamente efetuada pelo aparato legal que fiscalizava a prostituição na cidade.

Eunice certamente era uma mulher pobre e sua prisão por parte do Estado também tem um fator disciplinar. Conforme Rago:

Evidentemente, a mulher pobre que se prostitui é associada à imagem da criança ou do selvagem que necessita dos cuidados do estado e das classes dominantes na condução de sua vida. Imatura, ela é uma pessoa desorientada que se perdeu na vida é que precisa do socorro dos especialistas para reencontrar o bom caminho e reintegrar se na sociedade. Conclusão paradoxal já que a prostituta não é uma criminosa que deve arrepender-se e retornar à normalidade. (2014, p. 118)

Mais uma vez, vemos como a cidade deixa de ver o que é indesejável, permitindo que ele se estabeleça nos espaços pelos quais os processos de melhoramentos e embelezamento ainda não haviam passado, desde que estes não desestabilizem a ordem no espaço urbano. Destacamos também que a prisão de Eunice se dá no momento em que novos mecanismos de controle seriam estabelecidos na cidade, conforme veremos adiante.

Eu cruzei um oceano, com a esperança de casar³⁵

35 Verso de Ana de Amsterdam, de Chico Buarque.

Alguns dos casos acima relatados têm como personagens principais mulheres chamadas de “polacas”, de quem falamos acima, demonstrando assim a recorrência de suas presenças nas zonas de prostituição da cidade, seja no “Alto Meretrício”, representada por Luisa Tieman e Sofia Talermann, ambas bastante jovens, ou pelo “Baixo Meretrício”, onde atuavam mulheres mais velhas, como Annita Medmedoff e Sarah Sheifsein.

Sobre elas, é preciso compreender a forma como essas mulheres vieram a ocupar o espaço majoritário da prostituição na cidade de São Paulo, bem como foram marginalizadas em sua dupla condição, de imigrantes e de foras-da-lei (KUSHNIR, 1996, p. 20).

A partir de 1887, começa a agir no Brasil uma rede de tráfico internacional de pessoas chamada **Zwi Migdal**, cujo objetivo era trazer mulheres judias do Leste Europeu, que no Brasil ficaram popularmente conhecidas como “Polacas”, para o mercado da prostituição em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Nos processos que aqui trabalhamos, encontramos algumas delas, curiosamente sempre atuando juntas de alguma forma. É importante salientar que, no caso das “polacas”, a religião é o traço que as une, bem mais do que o conceito de nacionalidade. A cultura judaica prevalece de forma significativa, a ponto de criarem redes de apoio e solidariedade entre elas e até mesmo implementarem cemitérios e outros locais para que tenham sua cultura preservada.

Segundo a historiadora Beatriz Kushnir,

As rugas que estas mulheres produzem em uma parcela da comunidade judaica transformam-nas tanto em **mulheres poderosas como em vítimas** que o tempo deveria calar. (KUSHNIR, 1996, p. 20)

Essas mulheres viveram no país à margem do perfil que vigorava na cidade de São Paulo e com comportamento social reprovável não só pelos que aqui estavam, mas também por seus patrícios, uma vez que, junto ao suicídio, a prostituição é um dos atos mais reprováveis para a cultura judaica.

O delegado de polícia Guido Fonseca, em sua obra sobre a prostituição em São Paulo, nos dá os seguintes dados: São Paulo, em 1914, contava com o número de 812 prostitutas conhecidas pelas autoridades, das quais 303 eram brasileiras, 186 russas, 80 italianas, 52 alemãs e 24 austríacas, entre outros grupos menores (FONSECA, 1982, p. 139). Russas, alemãs e austríacas formavam o grupo das “polacas”.

Já em 1922, segundo Fonseca, o **Departamento de Investigações Criminais** contabilizou 3529 prostitutas em São Paulo, das quais 468 russas e 1936 brasileiras. Em 1936, próximo ao fim do nosso período de estudo, Fonseca diz que a cidade de São Paulo conhecia 10.008 mulheres prostitutas, sendo 439 polonesas, 287 russas, 282 lituanas, 239 húngaras, ou seja, todas “polacas” (FONSECA, p. 139-142). Falaremos mais sobre as brasileiras ainda neste capítulo.

As mulheres polacas eram um enorme atrativo para os frequentadores dos bordéis da cidade de São Paulo, pois sua aparência lhes garantia que seriam procuradas pelos homens da cidade, fizessem elas parte do “alto” ou do “Baixo Meretrício”.

Outro ponto de interesse é a maneira como a legislação acompanha as mudanças nos hábitos e comportamentos da população, estabelecendo políticas de controle baseadas nos eventos que passam a incomodar o poder público. Campanhas moralizantes sucederam-se condenando atividades consideradas “perigosas” ou incômodas à cidade. No que diz respeito às prostitutas:

Enfim, se determinados setores da população exigiam campanhas policiais e sanitárias de moralização das práticas sexuais ilegítimas, ou se mostravam solidários, por outro lado, é visível que o alvo de atuação desses poderes era a prostituição pobre, as “pensões alegres”, as tavernas, “casas de tolerância” que compunham a geografia do Baixo Meretrício e que, eventualmente, se estendiam a outros bairros populares da cidade. Sabemos das inúmeras concepções a respeito da incivilidade e irracionalidade dos pobres, considerados no período como “classes perigosas”, mas do que como classes trabalhadoras. (RAGO, 2008, P. 133)

Sobre elas, muitas foram as pesquisadoras que trabalharam exclusivamente com o caso das “polacas”, como as já citadas Beatriz Kushnir e Luciana Schettini, mas também podemos citar o trabalho de Paula Janovitch, Margareth Rago e Esther Largman, por isso não nos alongaremos tanto nas questões que as trouxeram no país e sim em suas presenças na cidade. Trabalhar com a memória dessas mulheres requer um duplo exercício. Não só podemos vê-las através da ótica da História das Cidades, mas também da História da Cultura, pois o estabelecimento das mulheres judias na prostituição vai além de suas presenças e de seu trabalho como meretrizes, estabelecendo outros laços muito mais profundos e complexos, os quais a historiografia sobre o tema já abordou.

É importante compreender que as redes de tráfico que trouxeram essas mulheres para o Brasil eram tamanhas que o próprio Estado tratou de criar medidas de combate ao tráfico de pessoas, através da adesão aos **acordos de 1904 e 1910**:

DECRETO Nº 21.245, DE 4 DE ABRIL DE 1932

Publica a adesão do Governo britânico, no que concerne ao protetorado de Zanzibar, ao Acordo de 1904 e à Convenção de 1910, referentes ao tráfico de mulheres brancas.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil faz pública a adesão do Governo britânico, no que concerne ao protetorado de Zanzibar, ao **Acordo para a repressão do tráfico de mulheres brancas e à Convenção internacional relativa à repressão do tráfico de mulheres brancas**, firmados em Paris, respectivamente, a 18 de maio de 1904 e a 4 de maio de 1910, conforme comunicou ao Ministério das Relações Exteriores a Embaixada de França nesta Capital, por nota de 15 de março próximo passado, cuja tradução oficial acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1932, 111º da Independência e 44º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Mello Franco. (BRASIL, 1932, grifo nosso)

A questão se manteve latente, tanto que em 1951 o Brasil é novamente signatário de uma nova convenção, dessa vez mais explícita, no que se refere ao destino das mulheres vítimas do sistema de tráfico para o país:

Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio

Concluída em Nova Iorque, a 21 de março de 1950.
Assinada pelo Brasil, a 5 de outubro de 1951.
Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 1958.
Depósito do instrumento de ratificação na ONU, a 12 de setembro de 1958.
Promulgada pelo Decreto nº 46.981, de 8 de outubro de 1959.
Publicada no Diário Oficial de 13 de outubro de 1959.

PREAMBULO

Considerando que a prostituição e o mal que a acompanha, isto é, o tráfico de pessoas para fins de prostituição, são incompatíveis com a dignidade e o valor de pessoa humana e põem em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade,

Considerando que, com relação à repressão do tráfico de mulheres e crianças, estão em vigor os seguintes instrumentos internacionais:

1º) Acórdão internacional de 18 de maio de 1904 para a repressão do tráfico de mulheres brancas, emendado pelo Protocolo aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 3 de dezembro de 1948.

2º) Convenção Internacional de 4 de maio de 1910, relativa à repressão do tráfico de mulheres brancas, emendada pelo Protocolo acima mencionado.

3º) Convenção Internacional de 30 de setembro de 1921 para a repressão do tráfico de mulheres e crianças, emendada pelo Protocolo aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 20 de outubro de 1947.

4º) Convenção Internacional de 11 de outubro de 1933 relativa à repressão do tráfico de mulheres maiores, emendada pelo Protocolo acima referido,

Considerando que a Liga das Nações havia elaborado em 1957 um projeto de Convenção para ampliar o campo de ação dos aludidos instrumentos e

Considerando que a evolução ocorrida depois de 1937 permite concluir uma convenção que uniforme os instrumentos acima mencionados e inclua o essencial do projeto da Convenção de 1937, com as emendas que se julgou conveniente introduzir:

Em consequência

As partes contratantes

Convêm no seguinte:

Artigo 1º

As partes na presente Convenção convêm em punir toda pessoa que, para satisfazer às paixões de outrem:

1º) aliciar, induzir ou desencaminhar, para fins de prostituição, outra pessoa, ainda que com seu consentimento;
2º) explorar a prostituição de outra pessoa, ainda que com seu consentimento.

Artigo 2º

As partes na presente Convenção convêm igualmente em punir toda pessoa que:

1º) Mantiver, dirigir ou, conscientemente, financiar uma casa de prostituição ou contribuir para esse financiamento.

2º) Conscientemente, dar ou tomar de aluguel, total ou parcialmente, um imóvel ou outro local, para fins de prostituição de outrem. (BRASIL, 1951, grifo nosso)

Como pudemos ver através do processo no qual é vítima Annita Medmedoff, são várias as mulheres estrangeiras, ou seja, as “polacas”, que aparecem como testemunhas do caso, nos mostrando como sua presença na cidade era intensa, sobretudo na região das ruas Aurora, Vitória e Timbiras.

Nas mesmas ruas, encontramos outras mulheres tratadas pelos homens da lei como “polacas”. São elas Anita Rabichow, 39 anos, russa, residente à Rua Vitória, n. 92 e Eva Wald, 42 anos, solteira, polaca, natural de Varsóvia, doméstica, residente à Rua Timbiras n. 26 A³⁶. É interessante notar que a própria polícia se refere a elas como “polacas”, ou seja, eram vistas como um grupo único por parte dos oficiais da lei.

Também ressaltamos que, no caso acima citado, essas mulheres não vivem somente com outras mulheres judias, uma vez que as demais testemunhas e habitantes dos mesmos endereços têm diversas outras nacionalidades, o que nos mostra que a zona de prostituição nessa região não era exclusiva das mulheres “polacas”.

36 A Justiça contra João de Oliveira (1929). Processo número TJ1 1001667246-0 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Figura 26: Um grupo de "caftens" fotografados pela polícia nos anos 1930.

Fonte: Arquivo Guido Fonseca apud RAGO, 2008, p. 329.

Apesar do número significativo de mulheres apontado pelo delegado Guido Fonseca, conforme já exposto, Rago nos permite compreender que talvez o grupo de não “polacas” fosse ainda maior, pois:

Sabemos que essas estatísticas são bastante limitadas, visto que excluía as prostitutas de luxo envia um clandestinamente e as que exerciam esporadicamente a profissão. Aliás até contradizem a visão mais corrente segundo a qual as francesas e polacas compunham a grande maioria das meretrizes. É claro que, como lembra Paulo Duarte é Mme O., muitas brasileiras faziam se passar pelas nacionalidades mais requisitadas do mercado do prazer adotando apelidos como Ivonne, Lulu, Lili, Jeannette, Rosita, Renéé, tingindo os cabelos ou falando com o sotaque. Dificilmente portanto poderemos precisar se os mitos tinham uma base real legítima ou não. (2008, p. 331-332)

Esther Largman (2008) afirma que as atividades das prostitutas judias nas cidades em que estiveram presentes de forma mais significativa eram bastante conhecidas por parte da polícia e demais autoridades, que eram coniventes com as práticas da prostituição e, como vimos, muitos homens membros do aparato policial se utilizavam delas em seus momentos de lazer.

Também são essas as mulheres que, em número mais significativo, serão segregadas na região do Bom Retiro, tendo como marco a Rua Itaboca, que ficaria conhecida como a nova zona de prostituição do “Baixo Meretrício” na cidade a partir dos anos 1940, quando do início das obras do Plano de Avenidas arquitetado por Prestes Maia. A região ficaria conhecida como “Boca do Lixo”, nome que perpetuaria o local através das décadas que se seguiram.

Tal segregação, no entanto, já era de alguma forma pensada pelo aparato governamental, mais especificamente pelo **Departamento de Cultura**, como veremos mais adiante. Aqui, vale ressaltar que já havia por parte dos diretores do Departamento, mais especificamente por Oscar Egídio de Araújo em seu artigo para a Revista do Arquivo Histórico denominado “Enquistamentos Étnicos”. Ali, Araújo propunha que a população israelita estivesse concentrada na região do Bom Retiro.

Figura 27: Planta

Fonte: ARAUJO, Oscar Egídio. “Enquistamentos Étnicos” in Revista do Arquivo Municipal, 1940. p. 243

Após as desapropriações de Prestes Maia nas ruas Aurora, Vitória e Timbiras, a prostituição migrou para o Bom Retiro, em uma espécie de zona de confinamento que se estabeleceu na década de 1940 e ali permaneceu pelas décadas seguintes.

Contudo, não podemos deixar de pensar sobre as outras diversas mulheres que atuaram na prostituição em São Paulo. Afinal, seriam todas elas “polacas”? Como veremos a seguir, não. As “polacas” se destacaram e acabaram por chamar a atenção pela rede de tráfico que as trouxe até aqui, bem como pelas redes de sociabilidade e associações de ajuda mútua – como por exemplo a criação de cemitérios – que estabeleceram a fim de, de algum modo, garantir que ao menos na hora da morte tivessem seus ritos preservados, deixando assim a zona de exclusão que tinham em vida (KUSHNIR, 1996: p. 33).

Portanto, se não eram todas “polacas”, nos cabe tratar então das mulheres que acabaram duplamente invisibilizadas.

Nem todas eram “polacas”

Muito embora grande parte dos estudos relacionados à prostituição na cidade de São Paulo remonte à história de mulheres estrangeiras, é interessante pensar quem são as mulheres que, na obra do delegado Guido Fonseca, são chamadas de “brasileiras”.

A construção da nacionalidade no início do século XX, sobretudo em São Paulo, que recebeu um volume imenso de imigrantes, é bastante complexa, passando por uma relação de reconhecimento e pertencimento nacional e cultural, como aponta a historiadora Maria Stella Bresciani (2010), mas, ainda assim, existe um grupo de mulheres que não está localizada nesse lugar: as mulheres negras.

Vítimas de um passado escravista em um país patriarcal e, no início dos anos 1900, marcado pelas enormes tentativas de embranquecimento da população através de amplos incentivos à imigração, a construção do que era ser “brasileiro” passava por diversos questionamentos. No entanto, as mulheres negras de alguma forma ocupavam esse espaço, porém seus corpos seguiam marcados pelo passado que as acompanhava e pela recente abolição da escravidão que perdurou no Brasil por mais de 300 anos e que colocou os corpos dessas mulheres em uma posição de submissão e subjugamento.

Aqui, o que nos interessa é o grupo de mulheres que viviam da prostituição na cidade de São Paulo, um número significativo delas que utilizavam de seus corpos, por muitas vezes explorados por diversos sistemas de controle e trabalho, para garantirem sua renda e sobrevivência.

É interessante a percepção de que existia um grupo para além das chamadas “polacas” e das redes de tráfico às quais elas estavam, em sua maioria, ligadas. A prostituição de mulheres negras, apesar de pouco trabalhada, não pode ser ignorada, uma vez que sua relação com a cidade perpassa seu local de trabalho e chega até mesmo a seus espaços de moradia, em diversos casos insalubres e cuja ocupação não era autorizada pelo poder público e tampouco fiscalizada.

Ao localizar algumas dessas mulheres, percebemos que – para além de seus trabalhos na prostituição – havia em seus locais de moradia outra relação de exclusão social e de marginalidade, ou seja, nelas se estabeleciam relações mais plurais em suas formas de viver a cidade.

Segundo Guido Fonseca, São Paulo tinha, no ano de 1922, um total de 3.529 prostitutas registradas no **Gabinete de Investigações e Capturas**, das quais 1.936 eram prostitutas

brasileiras. Já em 1936, o número total de mulheres trabalhando como meretrizes na cidade era de 10.0008 mulheres fichadas nos arquivos da **Delegacia de Costumes**, das quais 4.608 eram brasileiras. Entre elas, eram pretas 647 mulheres e outras 1.150 pardas (1982, p. 141-143).

Apesar da existência de mulheres pretas e pardas na prostituição, fica evidente, através da análise dos dados apresentados por Fonseca, que o número de mulheres brancas é bastante maior, fazendo também comparativos quanto à nacionalidade dessas mulheres.

A historiografia, em grande parte, se ocupou do estudo das mulheres estrangeiras, sobretudo do grupo das “polacas” e das redes de sociabilidade que desenvolveram, bem como do sistema de tráfico que as trouxe para o Brasil e os desdobramentos de suas relações com os territórios urbanos, como vimos anteriormente, mas carece indagar como as mulheres negras que viviam como meretrizes se relacionavam com os espaços urbanos.

Para compreender esses números também precisamos compreender como são tratados esses corpos. A maior presença de mulheres brancas na prostituição também nos faz saltar aos olhos outras relações aí presentes. Perceber como os corpos das mulheres negras foram tratados durante todo o período escravista – e mesmo depois dele – faz saltar aos olhos as relações de dominação e usos aos quais tais corpos estavam sujeitos. Uma vez posse até o ano de 1888, os corpos das mulheres negras muitas vezes eram usados pelos homens que tinham delas não só controle, mas também a propriedade, gerando grandes mecanismos de violência que perpassaram também para as mulheres negras já libertas e por uma prática que se estendeu também para a visão destas mulheres enquanto trabalhadoras domésticas. Ou seja, as mulheres brancas – ainda que muitas não estivessem de forma alguma vinculadas ao “Alto Meretrício” e a grandes ganhos financeiros – se sobressaíam enquanto um corpo que deveria ser pago para a prostituição.

Quanto às mulheres brasileiras, que aparecem em grande número no caso de Eunice de Campos – a única mulher referida como sendo de cor preta pelo processo – não conseguimos muitas informações adicionais sobre de onde vieram ou das razões que as levaram ao meretrício, mas percebemos também que o fato de estarem justamente vinculadas ao “Baixo Meretrício” nos mostra que não gozavam de privilégios diante da cidade.

Embora sempre escondida dos olhos da lei, que com o avançar do século XX ampliou suas tentativas de controle da moral da cidade com ampla atuação da **Polícia de Costumes**,

Diversões e Jogos e da Divisão de Divertimentos Públicos do Departamento de Cultura, a prostituição sempre teve seu papel e espaços de certa forma preservados, atuando em grande escala na região central da cidade de São Paulo. Eventualmente, essas personagens apareciam em algumas situações que acarretaram registros **de Boletins de Ocorrência** e na instauração de **autos-crime**, fazendo-nos perceber suas presenças na cidade. Mais adiante, abordaremos um pouco de que forma a **Polícia de Costumes** agiu para combater a prostituição na região central da cidade de São Paulo – com destaque para a década de 1940 – e de que forma isso nos permitiu perceber a presença de muitas mulheres negras atuando como meretrizes em pequenos hotéis do centro.

Para compreender a presença dessas mulheres, precisamos nos atentar também às suas histórias.

Na madrugada de 22 de dezembro de 1928, ao voltar do bordel onde trabalhava, na Rua Aurora, Paula dos Santos, parda, 19 anos, brasileira, encontrou com Afonso Berges, um ilustrador italiano de 22 anos que propôs que dormissem juntos. Paula então consentiu, levando Berges para o quarto que dividia com a amiga e também meretriz no mesmo bordel, Maria Luiza Viana, uma moça preta de 29 anos. O quarto onde viviam ficava no porão de um imóvel situado na Rua Marquês de Itu n. 12³⁷.

Paula e Afonso passaram a noite juntos, no mesmo quarto onde dormia Maria Luiza. Pela manhã, por volta das 11h, Paula disse a Afonso que sairia por alguns instantes e que voltaria às 13h e que, caso ele quisesse sair antes que ela voltasse, bastava trancar a porta e deixar a chave embaixo de um tijolo na entrada.

Ao voltar para o quarto, já à noite, Maria Luiza verificou que a chave da porta de entrada estava no esconderijo, local conhecido apenas por ela e por Paula, e que sua mesa de cabeceira estava com a gaveta arrombada e que dali foram furtados 295\$000 réis de sua propriedade. Paula chegou mais tarde e viu que faltava um vestido de seda cor de vinho.

No mesmo dia, Berges encontrou um amigo, o argentino Bruno Gallardo, a quem disse que pretendia fazer uma longa viagem ao Rio de Janeiro, pois havia conseguido algum dinheiro, e também mostrou a ele o vestido de seda vinho, pedindo ao amigo que o vendesse. Após algumas tentativas, Gallardo consegue vender o vestido a Zulmira Reis, residente no bordel da Rua Ipiranga n. 46, por 25\$000 réis. Zulmira, uma mulher portuguesa, branca e casada, era junto ao marido, a cafetina do bordel na Rua Ipiranga e, ao saber que estava em posse de um vestido roubado, entregou-o à polícia.

Todas as outras testemunhas do caso são mulheres que vivem no mesmo porão onde residem Paula e Maria Luiza. Todas essas mulheres são listadas no processo como pretas ou pardas, além de trabalharem no mesmo bordel na Rua Aurora.

É importante salientar que, já no **Código Sanitário de 1911** (Lei 2.141 de 14 de novembro de 1911), a salubridade das construções era fator fundamental. A construção de porões na cidade era permitida e utilizada como forma de manter afastada a umidade nas construções e também serviam para contornar a declividade de muitos terrenos, fazendo com que esses espaços tivessem as mais diversas alturas. O mesmo código permite a construção de porões com pés direitos acima de 2,5m de altura.

Carlos Lemos aponta que:

Está claro que as alturas a partir de um metro tornavam aquelas dependências “utilizáveis” e quando chegavam a dois metros, ou mais, convertiam-se em “habitáveis” e certamente esses pés direitos **contrariavam a lei – seu uso era clandestino**. Pragmaticamente, o Código (Sanitário) de 1911 aceitou porões com pés direitos a partir de 2,5 m, **contanto que não fossem usados para comércio, oficinas ou dormitórios**. (1999, p. 77. Grifos nossos)

Portanto, como vemos, o próprio ato de habitar os porões ou serem eles espaços dormitórios, como se apresenta no processo, já revela a ilegalidade que persistia na cidade.

Tais medidas eram necessárias pois os porões, assim como os cortiços, eram considerados espaços insalubres para moradias, uma vez que não recebiam insolação adequada e seus espaços também tinham pouca ventilação. O **Código Sanitário de 1918** mantém as mesmas condições de altura para os porões, permitindo que sejam usados como habitação somente durante o dia, desde que sejam perfeitamente iluminados e arejados (Decreto n. 2.918, de 9 de abril de 1918), disposições essas mantidas no **Código Arthur Saboya**, de 1929.

Eram justamente nessas habitações consideradas “subnormais” que viviam essas mulheres, excluídas não só dos estudos sobre a prostituição como também dos seus direitos à cidade, em espaços de moradia insalubres e, ao que dá a entender o processo, também bastante ocupados.

É importante perceber, como aponta Lorena Silva Telles (2013), que no Brasil as formas de dominação sobre as mulheres encontram ainda um complexo eixo de apoio nos sistemas patriarcal e escravocrata. Mesmo após a abolição e com o avançar do século XX, esse eixo continuou prevalecendo

37 A Justiça contra Affonso Berges, 1929. Processo número TJ1-10011274921-7 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

sobre os corpos das mulheres negras de forma extremamente preconceituosa e violenta, mesmo diante das esferas que deveriam protegê-las.

Há silêncios na história de ontem e de hoje; sobre o papel das relações de gênero e raça no passado escravista – entre imagem de mucamas e a suposta permissividade sexual – nas primeiras décadas da abolição com a estigmatização e a erotização do corpo da mulher negra. (PAIXAO E GOMES apud TELLES, 2013, p. 171).

Contra essas mulheres, impacta não só o fato de serem meretrizes, mas também de ocuparem um lugar social e físico de exclusão em suas relações com a cidade, demonstradas aqui através de seus espaços de moradia.

No caso aqui citado, após longos interrogatórios das vítimas, o acusado confessa o crime, e tanto o vestido quanto o que sobrou do dinheiro roubado foram devolvidos. Berges foi preso e sentenciado a cinco anos de reclusão pelo crime.

Este processo nos mostra como a relação dessas mulheres com a cidade acontecia de maneira excludente e muito delicada. Sabemos que são meretrizes pois, em seus relatos, todas afirmam trabalhar no bordel situado no número 165 da Rua Aurora, conforme já exposto, zona do “Baixo Meretrício” na cidade, nos anos 1920 e 1930. No entanto, ao declararem suas profissões à polícia, elas optam por se dizerem “domésticas”, ou seja, faziam de alguma forma a tentativa de manter alguma dignidade diante da polícia para que fossem ouvidas.

Conforme já vimos no caso que envolvia Eunice de Campos, muitas eram as prostitutas que informavam à polícia suas profissões como “domésticas”. Não é possível afirmar se o fato se dá somente para que sejam ouvidas e mais respeitadas ou se de fato exerciam as duas funções como medida de renda complementar.

Neste caso, o comportamento social desviante foi imputado ao réu, que confessou o crime diante das autoridades policiais. O advogado de Berges, no entanto, protocola a defesa de seu cliente, dizendo que nenhuma das vítimas assistiu ao fato, bem como nenhuma das testemunhas, e que só sabem pela confissão do acusado, tendo as testemunhas todas prestado depoimento depois de assistirem à confissão do acusado, e guardado rancor dele, e que seu cliente estava sendo vítima, pois não havia nenhuma conduta que o desabonasse – ao contrário das testemunhas – e que ele só tinha 21 anos e que a prisão poderia apagar para sempre uma vida cheia de luz para o futuro.

É importante observar como, analisando a história da prostituição no início do século XX, essa também é uma história de luta nos mais diversos âmbitos pela garantia de direitos essenciais como os de circular, morar e trabalhar na cidade (SCHETTINI, 2006, p. 87), garantias essas que eram ainda mais vedadas às mulheres negras na prostituição, já que a “vida” era, em geral, um caminho sem volta.

É bastante incomum encontrar processos envolvendo mulheres negras que trabalhem como meretrizes entre os registros oficiais. Em alguns casos, existe apenas uma citação no meio do processo, como o caso de Dadá, uma cafetina negra que administrava um bordel também na Rua Aurora³⁸, citada apenas de passagem no processo da morte de Guiomar, da qual trataremos no capítulo 3.

Através da leitura de dois processos-crime do ano de 1940, conseguimos novamente perceber a presença de mulheres negras trabalhando como prostitutas na cidade, além do intenso processo de perseguição e combate aos espaços de prostituição na região central da cidade.

Nos dias 29 de julho e 1º de agosto de 1940, a **Polícia de Costumes** autua dois pequenos hotéis, o Hotel Maravilha³⁹, situado à Rua José Bonifácio, e o Hotel Santa Lúcia⁴⁰, no Largo General Osório. As datas, muito próximas, nos dão a perspectiva de que se tratava de uma ampla investida da polícia a fim de fechar tais espaços, usados para a prostituição, por meio do aluguel de pequenos quartos.

Em ambos os casos, a denúncia chega à polícia através de João Cassiano da Silva, um rapaz branco de 30 anos que dá o mesmo depoimento em ambos os casos, garantindo que vários hoteleiros facilitam a prostituição alugando cômodos para casais como se fossem “casas de tolerância”⁴¹, sendo então os proprietários desses hotéis indiciados no Artigo 178 do **Código Penal de 1890**, já citado anteriormente.

No entanto, são outras as testemunhas que nos chamam a atenção nesses casos. Uma delas é Maria da Conceição Soares, preta, 18 anos, solteira, brasileira, doméstica, residente à Rua Rui Barbosa n. 110. Ela contou à polícia que exercia o meretrício e frequentava habitualmente os hotéis Maravilha e Guarani – o primeiro na Rua José Bonifácio e o segundo na Ladeira de São Francisco.

Disse que conduzia para estes hotéis os homens que a queriam, e que são encontrados na rua, e também que os donos dos hotéis tinham pleno conhecimento de sua frequência, permitindo que ela os levasse para manter ali relações carnavais com eles em quartos que são alugados a 8\$000 réis, que deveriam ser pagos pelo homem que a acompanhasse.

38 Justificação: Moacyr de Castro Guimarães, 1926. Processo número 010E0093 – 0050 – 1 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

39 A Justiça contra Joaquim da Silva Ferreira, 1940. Processo número TJ11001667134-2 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

40 A Justiça contra João Cunha, 1940. Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

41 É possível que existam outros tantos processos da mesma época e com o mesmo depoimento, no entanto, o acervo do Tribunal de Justiça de São Paulo não nos permite a localização por data, delegacia e nem mesmo nenhum termo de pesquisa, o que não nos permitiu localizar outros processos, apenas os dois aqui citados.

42 As informações sobre a cor das testemunhas foram retiradas dos processos tais quais descritos pela polícia na ocasião da coleta do depoimento.

43 Art. 399 do Código Penal de 1890: "Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes"

Outra testemunha, Odila Marques Guimarães, preta⁴², de 24 anos de idade, brasileira, doméstica, residente à Rua Santo Amaro, n. 24, disse à polícia que se prostituía há muito tempo e que, na ocasião do depoimento, exercia “o seu torpe comércio” em hotéis da capital, entre eles o Hotel Maravilha. Todas as outras testemunhas do caso são homens brancos.

Sobre o caso do Hotel Santa Lucia, temos o depoimento de Laura Maria dos Santos, parda, 28 anos, casada, residente na pensão Santa Lúcia no Largo General Osório n. 27, que morava e exercia o meretrício na pensão Santa Lúcia, com pleno consentimento do proprietário. Ela revela ter sido recolhida no posto policial da Rua Ipiranga sob acusação de crime de vadiagem⁴³ por seis vezes. As outras meretrizes testemunhas são Conceição Chaves, preta, com 19 anos de idade, Guiomar Rodrigues da Silva, preta, de 15 anos de idade, Benedita Cândida da Silva, preta, de 19 anos, e uma única mulher branca, Ruth Alves de Oliveira, de 17 anos de idade.

Assim como no caso do Hotel Maravilha, todas as outras testemunhas ouvidas no caso do Hotel Santa Lucia são homens brancos, entre eles o mesmo João Cassiano, já citado anteriormente. As mulheres são ouvidas apenas pelo Delegado de Costumes, João Cataldi Júnior, não prestando mais depoimentos diante do juiz no prosseguimento dos processos. Nos dois casos, o advogado de defesa dos acusados é o mesmo, Carlos Teixeira Pinto.

Nos dois processos, as mulheres se referem a suas profissões como “domésticas” e, portanto, aventamos a hipótese que de fato trabalhassem também como tais, exercendo o meretrício como forma complementar às suas rendas.

De todos os casos de prostituição dos quais tratamos, as mulheres negras são as únicas cujo ofício de meretriz não é exercido no mesmo local de suas moradias, o que nos provoca a ideia de que a prostituição fosse apenas parte de suas vidas.

A lógica da cidade agiu de maneira ainda mais intensa sobre essas mulheres, uma vez que a elas foi negado o direito à própria cidade, que seguiu implementando amplas medidas de controle dos espaços de prostituição e, podemos dizer, dos corpos das mulheres prostitutas.

Outras mulheres

Apesar de haver, de algum modo, uma segregação social no que diz respeito às prostitutas negras da cidade de São Paulo, vemos também que o meretrício se estabelecia em diversos locais e, como vimos em alguns casos já citados, mulheres “polacas” e “brasileiras” muitas vezes viviam nos mesmos espaços.

De fato, a “zona” não era um espaço onde existiam fronteiras. Diversas mulheres viviam os mesmos lugares, se relacionando e se apoiando ainda que fossem das mais diversas origens.

No dia de 12 de julho de 1929 – por volta das 14h – na Rua dos Timbiras n. 26 A, o guarda civil João de Oliveira agrediu a “decaída” Judith Moreira, produzindo nela diversos ferimentos⁴⁴. Judith era uma mulher parda de 21 anos e relatou que foi agredida porque João só quis lhe pagar a quantia de 5\$000 réis pelo trabalho por ser ela parda.

44 A Justiça contra João de Oliveira (1929). Processo TJ1 1001667246 – O do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Diversas são as mulheres que prestam testemunho em favor de Judith, todas elas residentes na mesma “casa de tolerância” e que afirmam terem visto João esganar Judith. O que chama a atenção, porém, não é o evento em si, mas o fato de serem essas mulheres das mais diversas origens, sendo as “polacas” ali presentes mulheres mais velhas e as mulheres “brasileiras” e de outras nacionalidades mais jovens.

Entre as testemunhas temos Ida Maria Conceição, brasileira de 21 anos, Victoria Garcia, argentina de 28 anos; Elvira Rodrigues, portuguesa de 22 anos; Anita Rabichow, russa de 39 anos; e Eva Wald, cuja nacionalidade está descrita no processo como “polaca” (natural de Varsóvia), de 42 anos.

Mais uma vez, os depoimentos das mulheres são desqualificados pelo advogado de defesa do réu que, além de homem, é um “membro do corpo da lei”. O advogado aponta que: “o depoimento das mesmas não merece fé. Ellas não têm idoneidade moral bastante para accusarem o guarda civil João de Oliveira.”⁴⁵. Diz que pertence à honrada guarda civil, sendo exemplo de disciplina e instrução moral e cívica, e, portanto, ocupa lugar de destaque na sociedade. É importante dizer que o crime aconteceu enquanto o guarda civil estava em horário de trabalho, ou seja, existe aí mais uma irregularidade presente, uma vez que o oficial não só deixou seu posto de serviço como também se utilizou de serviços considerados imorais.

O advogado segue dizendo que João de Oliveira é defensor da ordem e da lei e tem comportamento exemplar. Jamais abandonaria seu posto em serviço, às duas horas da tarde, em pleno centro da cidade, atravessaria três ou quatro ruas,

45 Folha 33

uniformizado e armado, em uma “casa de tolerância” das mais reles e sórdidas desta capital, frequentada só por vadios, só por gente de baixa classe e onde até o serviço sanitário tem medo de sujar os pés e não compreende por que João faria isso.

Ele continua, agora desqualificando as testemunhas, que são todas meretrizes e moram na mesma casa, sendo meretrizes do mais baixo quilate, assim como a suposta vítima. Afirma que as prostitutas vivem em verdadeira família, moram e comem na mesma casa, são dependentes entre si e se ajudam no período crítico das suas vidas desregradas e suas palavras são sempre suspeitas, seus testemunhos são falsos e não há, portanto, a mínima certeza de que João de Oliveira estivesse, no dia 12 de junho, às duas horas da tarde, na Rua Timbiras n. 26A, e que ali tenha agredido Judith Moreira, uma prostituta. Qualquer pessoa poderia ter feito a agressão, menos João de Oliveira.

O processo só é retomado em 1937, quando finalmente chega às mãos do juiz e, em 1938, o **Gabinete de Investigações** recebe o comunicado de que o processo está extinto pois o crime do qual João é acusado já prescreveu.

Este processo nos permite perceber como a cidade vê essas mulheres, sempre, ou na maioria das vezes, excluindo-as dos sistemas de proteção, mesmo quando comprovadamente são agredidas e, neste caso, por um daqueles que representam a lei.

As redes de sociabilidade entre as meretrizes também acabam expostas, uma vez que percebemos que mulheres “brasileiras” e estrangeiras muitas vezes dividiam o mesmo espaço, atuando como uma unidade e não como uma relação de segregação entre os diversos grupos presentes no caso abordado. Novamente, verificamos que mesmo que as autoridades tenham conhecimento dos espaços de prostituição e de como operam e estão presentes na cidade, elas por muitas vezes se utilizam de tais lugares e agem de forma a ajudar a camuflar as “casas de tolerância”.

“Brasileiras”, estrangeiras e “polacas” convivem nos mesmos lugares da cidade e, a partir de 1938 – não por acaso ano de extinção do referido processo – os espaços que tais mulheres ocupam na cidade serão cada vez mais fiscalizados a partir da implementação das medidas de controle impostas pelo **Departamento de Cultura**, que veremos a seguir.

As sujidades implexas do urbanismo⁴⁶

46 Verso do poema "O Domador", de Mário de Andrade (c. 1930).

Criado em 1936, pouco depois de Fábio Prado assumir a prefeitura de São Paulo, o **Departamento de Cultura** teve uma função primordial na cidade: promover o acesso a atividades culturais e recreativas à população menos abastada. No entanto, o que pretendemos aqui demonstrar, por meio do **Relatório sobre os Divertimentos Públicos**, de 1938, é que a sua atuação transcendeu as relações com a cultura. O **Departamento de Cultura** agiu também de forma a tentar controlar os espaços urbanos e as atividades consideradas imorais que eles abrigavam. Exercia-se, assim, uma influência significativa nas relações urbanas da cidade e interferências no campo do urbanismo, ainda que isso não fizesse parte da sua função.

A criação do **Departamento de Cultura** ocorreu através do Ato 861, em 30 de maio de 1936. Tal ato determinava o que era e o que não era cultura já em seu manifesto de fundação, publicado quase integralmente nas páginas do jornal *Diário de São Paulo*. Já aí apareciam traços de que o **Departamento de Cultura** estava intimamente ligado às questões urbanas, sobretudo ao Modernismo, que avançava por todas as áreas do conhecimento e da administração pública. Afinal, “a cidade que está se remodelando e tomando aspectos de uma metrópole moderna necessitaria também ser dotada de um aparelhamento cultural em harmonia com o seu progresso material.” (DIÁRIO DE SÃO PAULO *apud* ABDANUR, 1992, p. 64).

A escolha daqueles que seriam fundadores não foi fortuita. Foram chamados aqueles que formavam o grupo dos “ilustrados” da capital paulista, ou seja, uma elite intelectual urbana cuja grande parte estava ligada ao Partido Republicano Paulista (PRP), ainda que não atuasse diretamente na política. O grupo era parte dos que, após a Revolução de 1932, permaneceram reproduzindo os ideais do PRP, representando a administração de Armando Salles de Oliveira no governo do Estado de São Paulo e de Fábio Prado na prefeitura da capital.

Membro do conjunto de ilustrados da “pauliceia desvairada” e também parte do PRP, ainda que nunca tivesse atuado politicamente, **Mário de Andrade** se tornaria um burocrata, parte da administração pública da cidade, desempenhando a função de diretor do **Departamento de Cultura** durante a gestão de Fábio Prado como prefeito, tendo sido nomeado para o cargo em 31 de maio de 1936. Mário de Andrade era uma peça central no projeto político da elite paulistana e, junto aos amigos Sergio Milliet Costa e Silva e Paulo Duarte, estruturou um **Departamento de Cultura** que buscava direcionar as relações de cultura com a cidade, privilegiando nela diversos aspectos, tais quais a cultura popular, tão cara a ele. “Sérgio Milliet enfatiza a contribuição dos ‘moços’ no

momento em que eles e as elites paulistas entenderam como principal problema político do Brasil a questão cultural.” (ABDANUR, 1992, p. 55).

O grupo tem então a iniciativa de pensar a cultura popular dentro de uma ordem burguesa, buscando democratizar o acesso a bens e práticas culturais para, assim, fomentar a formação cultural daqueles que antes estavam fora deste universo, ou seja, os membros das camadas sociais menos abastadas que habitavam e construíam a cidade moderna. Com essa intenção, o grupo implementa bibliotecas e institutos de recreação e incentivo a outras atividades culturais como, por exemplo, a iniciativa de realizar concertos populares no Teatro Municipal. A casa de espetáculos era símbolo do crescimento e da valorização da “capital do café” e tinha vínculo direto com os modernistas que geriam o **Departamento de Cultura**. Trata-se de um momento singular na história da cidade, onde:

Os equipamentos de lazer e o circuito da vida cultural, social e mundana são extremamente valorizados como signos fortes de cosmopolitismo e de crescimento urbano. Além disso, um tal crescimento deve ser ressentido como de todos, socializando-se na “paulistanidade”. (SCHPUN, 2003, p. 22)

Mário de Andrade, até assumir a diretoria do **Departamento de Cultura**, não tinha nenhuma experiência como homem público, consideração esta feita pelo jornal Correio Paulistano, que criticava de forma contundente a criação do próprio **Departamento de Cultura**, pois julgava desnecessários os gastos da pasta (CORREIO PAULISTANO, 1935, p. 5). Mário de Andrade, no entanto, não só enfrentou as críticas como se dedicou ampla e totalmente durante os anos em que permaneceu na diretoria do **Departamento de Cultura**, escrevendo a amigos que o trabalho que havia assumido era tão grande que ele estava afastado de suas atividades como escritor e que tinha poucas horas de sono.

O ímpeto com que se dedicou às funções que assumiu denota a importância e, mais ainda, a urgência que creditava a esses empreendimentos [...]. Por isso mesmo, os desdobramentos e a repercussão de sua atuação à frente do DC teriam consequências sensíveis em sua trajetória. (SENA, 2019, p. 4)

É importante também colocar a fundação do **Departamento de Cultura** e as figuras que o dirigem em relação ao tempo em que estão situados. Trata-se de um período imediatamente anterior à instalação do **Estado Novo** e de suas práticas de

controle – que posteriormente implicariam diretamente no **Departamento de Cultura** – bem como de um momento importante de formação do ideário de construção de identidade nacional e de nacionalidade, que atingem os modernistas e também os defensores de uma hegemonia paulista, sobretudo após os eventos de 1932.

Existe um repertório de imagens sobre São Paulo, constituído em pleno momento da grande urbanização e, em muitos casos, válido até hoje. Ele exprime, sobretudo, um imaginário regionalista que elege São Paulo o cartão de visita do Brasil. A oligarquia do café ocupa aí uma posição chave. Seu sucesso e riqueza recentes ligam-se intimamente à política imigratória e ao boom demográfico paulistano. Assim, como beneficiários e artífices do processo de urbanização, os membros do grupo enxergam na nova cidade o reflexo por excelência de seu imaginário. (SCHPUN, 2003, p. 12)

A cultura, operando como parte do cenário da cidade, possibilitou ao **Departamento de Cultura** a criação e o desenvolvimento de estratégias e pesquisas que interferiram diretamente na configuração e na moralização do espaço urbano, atuando inclusive na área de fiscalização dos chamados **Divertimentos Públicos**, antes encargo da **Polícia Administrativa**. Com a proximidade do final da década de 1930, o mesmo departamento passou inclusive a contar com a ajuda da **Polícia de Costumes** para cercear as atividades consideradas não-culturais.

É justamente nesse cenário de interferências do **Departamento de Cultura** nos aspectos urbanos que pretendemos nos debruçar. Essas práticas, como veremos adiante, vão implicar um intenso controle do poder público nos espaços de prostituição existentes na cidade, sobretudo na região central. Esse fenômeno provocou, mais à frente, um processo de exclusão dessas mulheres – marginalizadas pelo controle físico e moral do espaço – para além da linha do trem, a então erma região do Bom Retiro, longe dos olhos da cidade “moderna e saneada”. Anos antes, essa política já havia sido prevista pelo então prefeito Fábio Prado, em uma entrevista em que explicava a necessidade da existência de um Departamento de Cultura e cujo conteúdo já o implicava aos processos de controle urbano que o Departamento exerceria:

Numa entrevista, **Fábio Prado relacionou o Departamento de Cultura às reformas urbanas que vinha realizando na cidade**, remetendo-nos à ideia da nova missão da “civilização paulista” de “aterrar pântanos da terra e os pântanos da mentalidade”. (ABDANUR, 1992, p. 63. Grifos nossos.)

Aqui, o que mais nos interessa são os **Divertimentos Públicos**, estabelecidos no Ato 1.004 de 24 de janeiro de 1936 e posteriormente vinculados à **Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos do Departamento de Cultura**. O ato não só estabelece o que são considerados **Divertimentos Públicos**, segundo a municipalidade, como também regulamenta sua fiscalização e processos de permissão de funcionamento:

No que se refere à Seção de Divertimentos Públicos, o Ato 861, retirando este serviço da Diretoria de Polícia Administrativa, caracterizou essas atividades como “culturais”. Assim, determinou como funções desta Seção: Organizar e estimular todos os divertimentos públicos inspirados na tradição do país e quaisquer outros que possam interessar à população; (...) vulgarizar e tornar mais acessíveis e atraentes os festejos carnavalescos, as festas de São João e outras de interesse etnológico, folclórico ou popular. (ABDANUR, 1992, p. 83)

É interessante notar que o aparato policial, de algum modo, sempre esteve vinculado aos **Divertimentos Públicos**. Ainda que as ações de fiscalização desses espaços tenham sido retiradas do controle da polícia, é a **Polícia de Costumes** que vai auxiliar a **Divisão de Divertimentos Públicos** na manutenção da ordem e da moral nos espaços de diversão na cidade, muito embora na maioria dos documentos relacionados à pasta eles apareçam como parques, circos e outras atividades mais vinculadas à cultura popular. É esse **Departamento da Polícia**, parte do **Gabinete de Investigações**, que tem como objetivo principal controlar os espaços e contribuir para a moralização da cidade, sendo seus oficiais inclusive proibidos por decreto de se divertirem nesses espaços, ainda que em seus momentos de folga.

O **Ato 1.004** estabelece uma série de regras para a manutenção da ordem de tais estabelecimentos, dentre as quais citamos as mais relevantes a esse estudo:

Art. 1.º – Sem prejuízo da ação do Estado, a polícia e fiscalização dos Divertimentos Públicos será exercida, no Município, através da Seção de Divertimentos Públicos, do Departamento Municipal de Cultura, na forma do disposto neste Ato.

Art. 2.º – Não será permitido o funcionamento de qualquer sociedade recreativa, dansante, carnavalesca ou semelhante, sem que seja registrada na referida seção.

[...]

Art. 21 – As casas noturnas de divertimentos públicos ficam sujeitas às seguintes exigências para o seu funcionamento:

1) aprovação prévia do elenco artístico pela Seção

de Divertimentos Públicos, renovada sempre que sofra alteração;

2) proibição de entrada a menores de 18 anos;

3) **não haver no estabelecimento dormitório ou compartimento fechado;**

4) horário estrito das 23 às 4, dependendo o funcionamento antes daquela ou depois desta, de licença especial para cada hora;

5) rigoroso asseio interno e externo;

6) **rigorosa obediência a tabela aprovada para a venda de bebidas, que não poderão ser fornecidas a pessoas embriagadas;**

7) Censura antecipada, pela Seção de Divertimentos Públicos, de todos os números do programa.

[...]

Art. 38 – **Para o cumprimento das disposições deste ato poderão em caso de necessidade os encarregados da Fiscalização de Divertimentos Públicos solicitar o auxílio da Polícia do Estado não só aqui se achar no local, como de qualquer outra autoridade.**

(PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1936.

Grifos nossos.)

O **Ato** também estabelece diversos tipos de licenças para jogos, bailes e outras atividades em botequins, cabarés e afins, bem como o valor e o período de duração da licença concedida, dividida de acordo com os setores da cidade estabelecidos no **Código de Obras Arthur Saboya – zona central, urbana e suburbana** – sendo que, na Zona Central, inclui-se o chamado “perímetro comercial”, considerado o coração da cidade, e que concentra atividades administrativas, bancárias, comércio e serviços de maior importância.

No entanto, é justamente na Zona Central que encontramos diversos estabelecimentos funcionando irregularmente e disfarçados aos olhos do poder público, à revelia do que manda a lei, ainda que seus alvarás estivessem na mais perfeita ordem, como vimos no caso do Cabaret Máximo, já tratado nesse estudo. Relembremos que, no depoimento do garçom Oreste Cravero, ele diz ter ouvido um barulho no porão, onde havia quatro quartos reservados.

Ainda que a ocorrência seja bastante anterior ao período que aqui abordamos, notamos a permanência da forma de esconder atividades irregulares, preocupação que fica evidente no **Regulamento dos Divertimentos Públicos**. Outro motivo de inquietação era a manutenção do uso de “estabelecimentos de fachada” para camuflar qualquer irregularidade que ocorresse, artimanha usada para validar a presença dos espaços com os devidos alvarás de funcionamento requisitados junto à **Divisão de Divertimentos Públicos**.

Dois anos depois da regulamentação dos **Divertimentos Públicos**, o **Departamento de Cultura e a Divisão de Divertimentos Públicos** elaboram um amplo relatório com os seguintes objetivos:

- a) Função do divertimento e, especialmente, do divertimento público;
 - b) **prostituição**; e
 - c) **o problema das pensões noturnas** e as atribuições da Seção de Divertimentos Públicos.
- (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 1. Grifos nossos.)

Ainda que exista uma diferença temporal entre o regulamento e o relatório, fica evidente desde a sua fundação que a pasta muito se preocupa com a ideia de coibir a prática da prostituição, à medida que impede que qualquer local voltado aos divertimentos públicos tenha dormitórios ou cômodos fechados em seu interior.

O relatório é bastante extenso e rico em detalhes e estudos sobre a prostituição, citando inclusive a forma como operam as leis e o combate ao lenocínio e ao meretrício em diversos países, como Itália e Índia, por exemplo.

Sua função primordial é mais “organizar serviços que tendam a orientar e facilitar os divertimentos públicos do que arrecadar tributos que incidam sobre **diversões de caráter não cultural**.” (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 2. Grifo nosso), ou seja, o relatório compreende a prostituição e os espaços onde ela ocorre e se organiza como locais de divertimentos públicos que não devem existir, pois não abrangem o que o poder público considera regular.

O documento então vai além, marcando enfaticamente sua posição e determinando como o tema deve ser enfrentado na cidade: “considerada a prostituição como um mal patológico social, deve ser extirpada e não conservada como se fosse um caso normal da sociedade.” (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 3), indicando que essas mulheres deveriam ser afastadas dos territórios considerados “honestos”, banidas para além da convivência da cidade saneada e aformoseada pelos melhoramentos urbanos modernistas.

(devido à) impossibilidade de se localizarem todas as prostitutas, pois segundo se presume, (o) número das **prostitutas clandestinas** é muito maior do que aquele apresentado pelas registradas [...] (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 5. Grifo nosso.)

O relatório então traz um importante documento anexo: um **mapa** bastante detalhado contendo todos os **cabarés**, “**casas de tolerâncias**” e as chamadas “**pensões noturnas**” da cidade, como podemos observar a seguir. Aqui, optamos por reproduzir o mapa com o uso dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para dar maior visibilidade e dimensão à área central da cidade, a mesma designada no Código de Obras Arthur Saboya.

O SIG nos ajuda a compreender os espaços abordados no mapa original, nos permitindo também novas leituras, além de destacar os espaços de forma que possamos combiná-los com outros aqui abordados, permitindo assim que pensemos sobre os processos de permanência dos espaços de prostituição na cidade.

Figura 29: **Mapa de estudo sobre os divertimentos públicos**

Fonte: Arquivo Histórico Municipal. Série Departamento de Cultura – caixa 27.

Mapa 9: Reprodução do mapa do Departamento de Cultura (1938) com destaque da Zona Central e demarcação da área da Rua Itaboca.

Fonte: Rosin, 2020.

Ao analisarmos o **Mapa de estudo sobre os divertimentos públicos** vemos que ele apresenta em destaque as ruas Victória e Aurora, muito embora os pontos ali demarcados sejam relativamente poucos, fazendo-nos observar que ali estava a zona do “Baixo Meretrício” até o final da década de 1930. O “Baixo Meretrício” era caracterizado pela forte presença de mulheres mais velhas atuando como prostitutas, as chamadas “polacas”, das quais já tratamos, e de um grande número de mulheres negras e pardas. Fora da Zona Central delimitada pelo **Código de Obras Arthur Saboya**, podemos notar um grande número de “casas de tolerância” concentradas na região da Santa Cecília e também no bairro da Liberdade.

Figura 30: Detalhes do Mapa de estudo sobre os divertimentos públicos

Fonte: Arquivo Histórico Municipal. Série Departamento de Cultura – caixa 27.

É importante observar como a cartografia opera grande importância em diversos documentos produzidos pelo **Departamento de Cultura**, constatando-se por meio deste instrumento de representação diversas territorialidades. Por exemplo, localizando moradias populares na cidade para a construção de parques e bibliotecas, e também concebendo outras dimensões de controle do espaço urbano, como descrito no artigo *Enquistamentos Étnicos*, de Oscar Egidio de Araújo para a *Revista do Arquivo*. Oscar Egidio Araújo era o **estatístico da Divisão de Documentação Histórica e Social**, cujo diretor era **Sérgio Milliet da Costa e Silva**. No texto, Araújo aponta a dificuldade das comunidades síria e japonesa de se integrarem aos costumes locais, e apresenta diversos mapas da distribuição das colônias na região da Sé, Santa Efigênia e Liberdade, além de um outro mapa com a provável localização da ocupação da comunidade israelita na região do Bom Retiro (ARAUJO, 1940, p. 243).

Em todos os casos, a cartografia atua como um grande instrumento de observação do espaço urbano e também de intervenção sobre ele, uma vez que a documentação das áreas a serem acompanhadas e saneadas é objeto de intervenções futuras na cidade, espaço este que serve de vitrine para o Estado.

não se pode esquecer que a imagem por excelência do sucesso da oligarquia paulista é a sua capital São Paulo, expressão máxima do espírito empreendedor e progressista que o grupo pretende dar de si mesmo, da auto-imagem construída e propalada. E o Bandeirante, representado e lembrado em referenciais espaciais precisos, dentro do espaço urbano, também está por trás da forma dada a esse espaço durante a grande urbanização. Encarnando perfeitamente o agente da metropolização, ele toma parte ativa nessa formalização mais que perfeita do ideário dominante. (SCHPUN, 2003, p. 22)

Como podemos notar no **Mapa de estudo sobre os divertimentos públicos de 1938**, é grande o número de espaços de prostituição no centro da cidade. Centro este que havia passado por intensas transformações no passado e que se pretendia um exemplo da cidade moderna do café. Outra menção importante é a longevidade da permanência destes espaços. O Cabaret Máximo, citado acima, segue atuando em 1938, como podemos notar observando o único ponto marcado na Rua Xavier de Toledo, endereço do longo estabelecimento e de seus gabinetes no porão. Em 1938, o local era oficialmente ocupado pelo Bar e Restaurante Pan Americano, disfarçando em sua fachada legal as atividades irregulares que aconteciam em seu interior. A existência dos bordéis e outros estabelecimentos onde exista a prostituição também

é tolerada, pois não há provas de que ali operem cáftens, ou seja, são locais estabelecidos com seus devidos alvarás de funcionamento.

Outro ponto abordado pelo relatório são as “pensões noturnas”, em teoria, estabelecimentos hoteleiros somente para pernoite, sem nenhum tipo de serviço de hotelaria. Porém, o que podemos entender através da leitura do relatório é que tais espaços estavam também enquadrados na **categoria de Divertimentos Públicos**, talvez pela razão de que muitos deles tinham pistas de dança, o que caracterizava um espaço de diversões. No entanto, mais uma vez, a fachada disfarçava a verdadeira função dos espaços, como revela o relatório:

O facto das pensões noturnas serem em sua quasi totalidade, casas de tolerância, não nos dá nenhum direito para considerá-las dentro dos casos de divertimentos públicos, pois é inadmissível que se considere divertimento a satisfação de instintos sexuais. (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 17)

Os cabarés, onde apresentações teatrais e musicais aconteciam, eram também estabelecidos como espaços de dança, e são citados no relatório como “antecâmaras da prostituição” (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 18), novamente mostrando que por trás das mais nobres fachadas se escondiam atividades escusas.

Isso não passou despercebido pelos funcionários da **Divisão de Divertimentos Públicos**, que notaram o fato de que, em muitos casos, os alvarás de funcionamento para as mais diversas atividades eram fornecidos sem que fossem de fato responsabilidade da pasta:

Dentre os casos inapropriadamente incluídos como divertimentos públicos, citemos como exemplo; Balanças automáticas, doces e outros artigos, frutas e sorvetes vendidos nos parques ou outros lugares de divertimentos, certos **bars, botequins, restaurantes, pensões noturnas**, venda de flores, nas vias públicas em certas condições. (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 16. Grifo nosso.)

Há também uma menção interessante sobre as diversas “classes de prostíbulos” (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 12), que nos traz a ideia de que as “zonas do Alto e do Baixo Meretrício” eram demarcadas na cidade e representadas em diferentes espaços. Apesar da pouca quantidade de locais marcados nas ruas Aurora e Victoria, ambas as ruas são indicadas no mapa como uma área de intensa atividade de prostituição, possivelmente integrando a zona do “Baixo Meretrício” ocupada pelas chamadas “polacas”, em maior parte judias

do leste europeu, de mais idade e que se prostituíam dentro de seus quartos de aluguel. Serão essas mulheres, em sua maioria, que migrarão pouco depois para a região do Bom Retiro, uma espécie de zona de exclusão da prostituição, a se configurar de fato pouco depois da publicação do **Relatório do Departamento de Cultura** sobre a atividade.

Feldman aponta que:

No caso de São Paulo pode-se estabelecer uma diferenciação entre os espaços privados reconhecidos pela polícia enquanto estabelecimentos destinados à prostituição - como as casas de tolerância que predominam até 1953 - é aqueles que internalizaram a prostituição camuflada sob outras atividades comerciais legalmente instaladas na cidade - como casas noturnas, hotéis e pensões, que predominam a partir de 1954. (1989, p. 17)

Inédito até a presente tese, o relatório datado de **13 de junho de 1938** foi divulgado pouco mais de um mês após a exoneração de **Mário de Andrade** do **cargo de diretor** do **Departamento de Cultura**. No entanto, as inúmeras citações à cultura popular ali presentes e o alto rigor na escrita nos permite inferir tratar-se de pesquisa realizada sob sua batuta na direção do Departamento de Cultura.

Ao assumir a prefeitura da cidade de São Paulo, Prestes Maia tem como primeiro ato de sua gestão a exoneração de Mário de Andrade do cargo de diretor do Departamento de Cultura, cargo este que é transferido a **Sergio Milliet**, em 13 de maio de 1938. Quem assina o **Relatório sobre os Divertimentos Públicos** é justamente Milliet. **Mário de Andrade**, no entanto, permanece no Departamento de Cultura até o dia 25 de maio de 1938 como chefe da **Divisão de Expansão Cultural**, cargo que já ocupava concomitantemente à sua gestão à frente do Departamento.

É interessante notar as controvérsias que envolvem a presença de Mário de Andrade na direção do Departamento de Cultura. Se, por um lado, sua intenção era fomentar a cultura popular e o acesso da população à cultura erudita, por outro compunha também o microcosmo de controle social da época. O mesmo Mário de Andrade que, em 1923, vive intensamente as alegrias do Carnaval do Rio de Janeiro e narra todo o cosmopolitismo da capital do país (PUCHEU, 2009) – transformando depois suas emoções em uma carta a Manuel Bandeira e exaltando a cultura popular ali representada – é aquele que busca a todo custo acabar com os investimentos do Departamento de Cultura na festa em São Paulo, afirmando, em 1936, ser contrário a destinar parte da verba da pasta ao Carnaval. Em ofício à prefeitura, inclusive,

observa que “os festejos carnavalescos, afóra uma ou outra manifestação (e ainda assim discutível...) positivamente não são de ordem cultural” (ANDRADE apud CALIL e PENTEADO, 2015, p. 277). Segue-se a afirmação de que compreende o fato de o Carnaval atrair turistas e gerar renda para a cidade, mas aponta que tal subvenção não pode, por exemplo, comprometer a temporada lírica da cidade ou ainda os festejos em homenagem ao Centenário do maestro Carlos Gomes, o que demonstra a verdadeira compreensão do conceito de cultura por parte do diretor do Departamento de Cultura. Como aponta Virgínia Bessa, em sua observação sobre a maneira como Mário de Andrade percebe as manifestações culturais estrangeiras na cidade, o que cabe também para diversas atuações do Departamento de Cultura: “acompanhar e entender as transformações do pensamento de Mário de Andrade não é tarefa simples, dado o caráter multifacetado e muitas vezes contraditório do autor” (2020, p. 4).

A passagem da prefeitura a Prestes Maia traria ao Departamento de Cultura outras mudanças bastante significativas, além de extinguir, no mesmo ano de 1938, a **divisão de Divertimentos Públicos**:

As mudanças advindas do novo regime materializaram-se no recuo da Prefeitura na oficialização do carnaval paulista, exoneração de Mário de Andrade da diretoria do DC, desvinculação da Seção de Divertimentos Públicos da DTDP e vinculação à Guarda Civil como Divisão de Divertimentos Públicos, supressão de vários cargos do quadro de funcionários municipais e do cargo de chefia da DTDP (Ato n. 1.407, 16/05/1938; Ato n. 1.460, 19/08/1938; Correio Paulistano, 19/08/1938, p. 5; São Paulo, 1938b; Duarte, 1985). (BASTOS, 2020, p. 68).

A diretoria do **Departamento de Cultura** passou, em seguida, às mãos de Francisco Patti que, ao contrário de Mário de Andrade, recebia amplos elogios do Correio Paulistano por sua atuação na chefia da pasta.

Pouco depois, a **Polícia de Fiscalização de Costumes e Jogos** assumiu uma intensa perseguição aos espaços demarcados no relatório, investigando todo o tipo de estabelecimento que pudesse servir de fachada para a prática da prostituição – em especial as pensões noturnas e pequenos hotéis – provocando um afastamento gradual da atividade na região central da cidade. Essa busca incessante em coibir a prostituição na Zona Central acabou expurgando diversos bordéis do espaço, contribuindo para a mudança do *bas-fond* para o Bom Retiro, na década de 1940. Para lá, próximo à Estação da Luz – em especial na Rua Itaboca, destacada no mapa acima, migrariam os espaços de prostituição, sobretudo o “Baixo Meretrício”. Nesse endereço, é interessante observar,

poucos anos antes, não havia qualquer tipo de atividade de prostituição. A Rua Itaboca se estabeleceu como um ponto importante e emblemático na cidade, tendo a região do Bom Retiro recebido, pouco depois, a alcunha de “Boca do Lixo”.

CREAÇÃO DO SERVIÇO DE CENSURA E FISCALIZAÇÃO DE THEATRO

O sr. dr. Adhemar de Barros, Interventor Federal no Estado, assignou, hontem, o seguinte decreto:

“Em vista a conveniencia do serviço publico e, considerando que, por força de suas afinidades administrativas é necessária e útil a conjugação do Serviço de Censura Theatral e de Fiscalização de Divertimentos Públicos, em geral, DECRETA:

Artigo 1º - Fica creado e immediatamente subordinado ao Secretrario da Segurança Pública, o Serviço de Censura e Fiscalização de Theatros e Divertimentos Públicos, compreendendo o pessoal e as funções pertinentes à Censura Theatral, instituída pela lei nº 3.007 de 30 de junho de 1937, e da **Secção de Divertimentos Públicos, dependente da Delegacia de Costumes, do Gabinete de Investigações**, “ex-vi” do decreto nº 6.136 de 30 de outubro de 1933.

Paragrapho unico - Os actuaes funcçionarios terão seus títulos apostilados.

Artigo 2º - A Chefia do Serviço de Fiscalização de Theatros e Divertimentos Públicos, cujas attribuições são definidas no artigo 89 do regulamento baixado com o decreto nº 7.223, de 21 de junho de 1935, e as que com eles se relacionarem será exercida pelo censor que o Secretario da Segurança Pública designar.

Artigo 3º - Fica o Secretario da Segurança Pública autorizado a regulamentar o Serviço de Censura Theatral e de Fiscalização de Divertimentos Públicos, na conformidade do presente decreto.

Artigo 4º - O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario. (CORREIO PAULISTANO, Edição 25276 de 3 de agosto de 1938. Grifo nosso.)

Muitos dos espaços demarcados pelo relatório do Departamento de Cultura, após a migração da “zona do Baixo Meretrício” para o Bom Retiro, fariam parte dos locais ocupados por projetos urbanos de Prestes Maia e seus planos para a cidade, incluindo uma série de demolições e desapropriações onde antes estavam os lugares de prostituição, especialmente as duas ruas assinaladas com mais vigor no mapa, a Aurora e a Victória.

A migração da “zona” para o Bom Retiro, no entanto, não foi ocasional. De acordo com Guido Fonseca, as discussões

já eram tratadas desde a década de 1930 (FONSECA, 1982, p. 209) e se concretizando em 1940, o que comprova nossa hipótese de que o relatório sobre Divertimentos Públicos foi pensado justamente com a finalidade da exclusão da zona do meretrício. Mais de mil mulheres foram confinadas na região então delimitada para que pudessem exercer o meretrício, onde permaneceram até 1953.

Figura 31: **Placa da Memória Paulistana** – Antiga Zona do Meretrício, localizada na Rua Cesare Lombroso (antiga Rua Itaboca), no Bom Retiro.

Autora: Maíra Rosin

Figura 32: **Placa da Memória Paulistana** – Antiga Zona do Meretrício, com destaque para a Rua Cesare Lombroso (antiga Rua Itaboca), no Bom Retiro.

Autora: Enya Café

Em relatório apresentado por Adhemar de Barros para o então presidente Getúlio Vargas, a medida traria inúmeros benefícios “não só por facilitar o policiamento, como também, por oferecer um interessante campo para estudos sociais, defendendo ao mesmo tempo, a ordem e a moralidade públicas.” (BARROS apud FONSECA, 1982, p. 210).

Fonseca ainda descreve que:

As ruas escolhidas foram a Itaboca e a Aimorés, estendendo-se a zona também pelas Ruas Carmo Cintra e parte da Ribeiro de Lima. Nem é preciso dizer que esse local, em breve, tornou-se um dos mais movimentados e também um dos mais agitados da cidade. (1982, p. 210)

Ele aponta ainda que, pouco tempo depois, a Rua Itaboca era o local do mais “Baixo Meretrício” que se podia haver.

Em 1953, a Rua Itaboca deixou de existir, tornando-se então Rua Cesare Lombroso, nome que tem até os dias atuais. O médico italiano Cesare Lombroso foi um dos responsáveis pela teoria do determinismo biológico⁴⁷, que desconsidera a vontade dos sujeitos e reforça a ideia de que os fatores biológicos são responsáveis pelo comportamento de uma pessoa ou por sua propensão à criminalidade. Uma de suas obras mais célebres, *A Mulher Delinquente: a prostituta e a mulher normal*, traz a ideia de que a prostituta possui degenerações que as diferenciam do que Lombroso chama de “a mulher normal” (LOMBROSO & FERRERO, 2019).

Como vimos anteriormente, e ao contrário do que proposto por Feldman, os hotéis, pensões e afins já eram utilizados como forma de camuflar os espaços de prostituição muito antes da década de 1950. Esses estabelecimentos são quase um padrão de operação do meretrício, o que se intensifica conforme as medidas de controle foram se estabelecendo de maneira mais dura na cidade.

Portanto, é importante notar como as ações do **Departamento de Cultura**, ainda que em gestões diferentes da prefeitura de São Paulo, contribuíram para um intenso controle social e urbano da cidade, ainda que tal atividade não fizesse parte de suas atribuições e nem supostamente de seus interesses aparentes.

47 Para maiores detalhes ver FERLA, 2009 e LOMBROSO & FERRERO, 2019.

Um escândalo amoroso
Com retratos do casal
O bicheiro assassinado em decúbito dorsal
Cada página é um grito
Um homem caiu no mangue
Só falta alguém espremer o jornal
Pra sair sangue

Jornal da Morte, Roberto Silva

CAPÍTULO III

Dos que morrem de amor:
cenas de sangue, ciúmes, crimes
e entraves passionais

A quem pertence a vida de uma mulher? Qual o limite que a cidade estabelece entre o espaço público e o privado? A cidade, como produto da modernidade, é permeada pela disputa e pelos diferentes agentes que atuam sobre ela, coexistindo assim distintos olhares em torno da vida das mulheres que vivem nas cidades, seja nos bairros centrais ou periféricos, no ambiente fabril e do trabalho comercial, ou mesmo no interior doméstico, podendo ser seus espaços de morada ou aqueles em que elas vendiam sua força de trabalho. Logo, a cidade vê, enxerga e aponta as diretrizes de como narrar a vida dessas mulheres.

Morrer de amor é uma metáfora, uma vez que – justificados pelo amor, pela paixão incessante ou por razões íntimas – mulheres que ousaram existir na cidade tiveram suas vidas ceifadas ou ameaçadas.

Quando pensamos sobre os crimes chamados “passionais”, costumeiramente nos deparamos com as questões de gênero e com a proteção da intimidade do lar, mas, será que existe de fato uma separação entre os espaços públicos e privados quando falamos sobre a morte de uma mulher? Ademais, como colocar em perspectiva a vivência de mulheres concomitantemente ao processo de urbanização das cidades, nas primeiras décadas do século XX?

Mulheres normalmente exercem papéis privados mesmo que estejam em espaços públicos. Como já abordamos, seus comportamentos devem sempre se adequar às normas sociais e morais, estando sempre vigiadas. Formam um corpo anônimo que habita os espaços urbanos e são marcadas quando, já mortas, a cidade se ocupa de falar sobre elas, sempre sob a ótica do sistema patriarcal, muitas vezes o responsável por seus óbitos.

Por que então colocar as mulheres vítimas de crimes passionais entre os marginalizados pelas reformas urbanas da cidade? Porque o espaço urbano não se estabelece somente como uma realidade concreta. Ele opera de diversas formas, atravessando corpos e espaços, em uma “dimensão da violência urbana (que) acaba por segregar mulheres, determinando os locais de acesso, horários de circulação, dentre outras condições” (CORDEIRO, 2018, p. 3) pelas quais as mulheres passam durante suas vidas e existências nas cidades.

A própria ideia socialmente construída de espaço urbano de forma geral coloca as mulheres em um lugar marginal e dito feminino: o espaço doméstico (espaço privado); enquanto os homens estão num lugar central, considerado naturalmente masculino: o espaço público sinônimo de espaço urbano pela visão hegemônica dominante. (CORDEIRO, 2018, p. 4)

No capítulo 2, abordamos a dualidade presente nos corpos das mulheres, ou seja, a ambígua relação entre a esposa e a prostituta, a mulher honesta e a mulher da vida, tecendo sempre opostos entre as duas figuras. Mas, ao nos depararmos com a possibilidade da “mulher do lar” e a “mulher da rua” ocuparem o mesmo espaço, as mães, esposas ou mesmo prostitutas, quando atacadas, passam a ocupar outros espaços, evidenciando as marcas das relações de gênero na cidade, além de ser fundamental ressaltar que “as mulheres sempre foram vistas como um problema para a cidade moderna” (KERN, 2020, p. 24. Tradução nossa.).

Margareth Rago aponta as relações entre os planos urbanísticos e o lugar nas cidades, afirmando que “a remodelação da cidade consiste, então, em separar corpos, designando a cada um deles um lugar específico” (RAGO, 2014, p. 217), ou seja, as mulheres deveriam estar em suas casas, afastadas dos perigos a que estavam sujeitos aqueles que frequentavam bares, cafés e botequins noite adentro, porém,

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. (RAGO, 2014, p. 88-89)

Ou seja, ainda que algumas dessas mulheres tenham algum acesso à vida urbana, elas devem permanecer sob uma intensa vigilância moral, para que assim estejam livres dos julgamentos sociais que as ruas impuseram em suas vidas e comportamentos e, quando mortas, essas mulheres seguirão sendo julgadas pelos agentes da cidade pois:

O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, sua beleza, suas formas, suas roupas, seus gestos sua maneira de andar de olhar, de falar e de rir [...] são o objeto de uma perpétua suspeita. (PERROT, 2005, p. 447)

O controle se estabelece, portanto, para além dos espaços e está intimamente relacionado com a cidade, uma vez que todas essas mulheres de quem trataremos aqui não estão confinadas à esfera do lar, mas fazem parte do universo urbano e é justamente este que as julgará após suas mortes.

Seguindo ainda o raciocínio de Perrot sobre as esferas do público e do privado, compreendemos que a esfera privada “é uma zona delimitada por duas fronteiras: de um lado a intimidade do eu a câmara escura a fortaleza do foro do interior; de outro lado os territórios do público e do privado” (2005, p. 456).

O chamado “crime passionai”, ou seja, aquele cometido no chamado “calor das emoções”, deveria ser tolerado, sobretudo quando a vítima era uma mulher e esta não se encaixava nos padrões socialmente esperados. O termo “feminicídio” talvez fosse mais adequado para os casos que abordaremos aqui, no entanto, tal designação para tratar a morte de uma mulher por sua condição de ser mulher só surgiria em 1976, quando apresentado por Diana Russel diante do Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas (IIDH, 2006).

Os casos aqui abordados, portanto, são aqueles que tiveram mulheres como vítimas e que ultrapassaram a esfera do privado. Segundo Mariza Correa:

Estamos assim frente a um desdobramento do drama social inicial. **As relações entre um casal, embora legalmente prescritas, socialmente serão transformadas de privadas em públicas no momento em que o descumprimento de algum direito ou dever se for também tornado público** levando o estado como força reguladora a intervir através dos aparatos policial e jurídico. A relação deixa então de ser circunscrita de interessar apenas os diretamente envolvidos e passa ao controle de outras esferas sociais. (1983, p. 24. Grifo nosso.)

No entanto, parte do sistema que deveria proteger as mulheres enquanto vítimas também agiu contra elas. O sistema judiciário, o aparato policial e os costumes da época aceitaram culpar mulheres, em muitos casos com amplo auxílio da imprensa, pelos crimes cometidos contra elas.

A defesa dos réus e mesmo as autoridades constroem a tese de que é possível lavar a honra de alguém com sangue, desabonando a vítima com a construção de uma narrativa baseada em depoimentos de testemunhas que enaltecem as qualidades de homem honrado dos acusados e transformam as mulheres em culpadas por sua própria sorte,

1 A "legítima defesa da honra" seguiu sendo aceita pelos tribunais como argumento para o assassinato de mulheres até o segundo julgamento de Raul Fernando Street, conhecido como Doca Street, em 1981. Doca assassinou ngela Diniz com 4 tiros no rosto. Sua sentença branda no primeiro julgamento (1979), motivada pela crença de que ngela havia traído sua honra, provocou uma imensa reação das mulheres feministas. Doca foi julgado novamente e condenado a 15 anos de reclusão pelo crime. Apesar da ausência de normativa legal para o argumento, a igualdade entre homens e mulheres só se daria de fato após a Constituição de 1988, e o termo feminicídio entraria no vocabulário jurídico somente em 2015. A questão voltou a ser objeto de análise do Supremo Tribunal Federal e, em 26 de fevereiro de 2021, o Ministro Dias Toffoli, relator da ação, decidiu que “a chamada legítima defesa da honra não encontra qualquer amparo ou ressonância no ordenamento jurídico”, e também afirmou que que o argumento da prática de um crime em razão da legítima defesa da honra constituiu, na realidade, recurso argumentativo e retórico “odioso, desumano e cruel utilizado pelas defesas de acusados de feminicídio ou agressões contra mulher para imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões, contribuindo imensamente para a naturalização e a perpetuação da cultura de violência contra as mulheres no Brasil” (ADPF 779, Relator: DIAS TOFFOLI, J. em 26/02/2021). A questão foi finalmente encerrada com a decisão do Ministro.

ao sugerirem que as vítimas seguiam um caminho ou uma vida desregrada.

É importante ressaltar que a “legítima defesa da honra”¹ nunca esteve no **Código Penal Brasileiro** – nem no de **1890**, nem no de **1940**, que vigora atualmente –, mas serviu de argumento legítimo para os defensores dos réus acusados de feminicídio, na maioria das vezes, obtendo êxito em suas estratégias.

Nos casos em que o adultério é colocado como motivo do crime, ressaltamos o texto da norma penal dobre o tema:

DO ADULTERIO OU INFIDELIDADE CONJUGAL

Art. 279. A mulher casada que commetter adulterio será punida com a pena de prisão cellualar por um a tres annos.

§ 1º Em igual pena incorrerá:

1º O marido que tiver concubina teuda e manteuda;

2º A concubina;

3º O co-réo adultero.

§ 2º A accusação deste crime é licita sómente aos conju- ges, que ficarão privados do exercicio desse direito, si por qualquer modo houverem consentido no adulterio.

Art. 280. Contra o co-réo adultero não serão admissiveis outras provas sinão o flagrante delicto, e a resultante de documentos escriptos por elle.

Art. 281. Acção de adulterio prescreve no fim de tres mezes, contados da data do crime.

Paragrapho unico. O perdão de qualquer dos conjuges, ou sua reconciliação, extingue todos os efeitos da accusação e condemnação. (BRASIL, 1890)

Ou seja, ainda que a norma seja mais dura com relação às mulheres, em nenhum momento ela estabelece a permissão para que ela perca a vida em caso de suspeita de adultério.

Sueann Caulfield, ao abordar o assassinato de mulheres, nos mostra que a conduta não era aceita desde o Código Penal de 1830, que também “negava ao homem o direito tradicional de defender a honra da família por meio do assassinato da mulher adúltera” (2005, p. 83). A autora afirma ainda que o Código Penal de 1890 negava ainda ao réu qualquer atenuante, “eliminando a ‘desafronta de alguma injúria ou desonra’” (CAULFIELD, 2005, p. 83).

É importante destacar que em nenhum dos casos aqui abor- dados o adultério é comprovado, mas sim sua suposição é evidenciada em alguns casos como forma de desabo- nar o comportamento das vítimas. É justamente nessas suposições que a cidade irá invadir o espaço privado dos lares, ajudando a seguir uma narrativa bastante comum aos crimes ditos passionais:

A narrativa de um crime passiona! se construía como o enredo de uma novela: um homem de bem, isto é, um marido, noivo, namorado ou amante de bom comporta- mento social encontra um dia sua companheira mantendo relações sexuais com outro homem e a mata ou mata ambos. É claro que este paradigma, apresentado pela retórica jurídica sempre em sua forma mitológica, quase nunca se repetia na vida real desta maneira tão linear e os ajustes que se fazem nascer apresenta ações dos persona- gens durante o debate perante o júri visam principalmente aparar as arestas de uma realidade que insiste em se dife- renciar do mito. (CORRÊA, 1981, p. 44).

As narrativas apresentadas por vizinhos, amigos, funcionários e transeuntes, junto às notícias veiculadas na imprensa sobre os crimes, fortaleceram a criação de uma quase ficção sobre os fatos. Mariza Corrêa ainda aponta que:

O que deu estatuto de crime passiona! ao que poderia ter sido em nossa história jurídica um homicídio como qualquer outro foi principalmente a atuação dos advoga- dos de defesa o que levaram sua oratória em favor destes criminosos para além da cena do júri defendendo os nas páginas dos jornais e em publicações jurídicas. (CORRÊA, 1981, p. 41).

A urbe ainda era um espaço potencialmente masculino, onde a presença de mulheres desacompanhadas pela cidade – ou mesmo acompanhadas de outras mulheres cuja reputação pudesse ser questionada – já era motivo para que estas fos- sem colocadas à margem. São justamente seus comporta- mentos que as colocam no escopo de “marginais”, ou seja, são suas permanências em espaços impróprios àqueles cor- pos que as tornam figuras socialmente marginalizadas, de acordo com a cidade.

Ressaltamos, portanto, que:

A rua ainda no início do século XX, era pouco visitada pela mulher higienizada. A casa em que morava era geralmente fechada e com poucos contatos com a vida exterior. Desde criança essa mulher tinha o seu lugar condicionado ao espaço único da casa em que morava. (ESTEVEES, 1989, p. 43)

Fraya Frehse, em *Ô da rua!* (2011), destaca o fato de que as mulheres das classes médias e das elites estavam pratica- mente dispensadas de saírem às ruas, sendo os sobrados e casas da família o lugar onde deveriam estar e, no caso

de precisarem estar fora delas, deveriam fazê-lo em companhia do marido, de algum familiar ou de empregados que garantissem sua integridade física e moral. Tal compreensão, permite que possamos aprofundar nosso debate acerca da relação das vidas de mulheres que estavam envolvidas com o processo de modernização da cidade de São Paulo e a devida ocupação dos seus espaços públicos. No caso, das ruas em particular ou, do espaço público em sua ampla dimensão.

Como coloca Martha Abreu Esteves, “vale ressaltar que, nos crimes de amor, as ofendidas se tornam, mais que os acusados, o centro da análise dos julgamentos” (ESTEVES, 1989, p. 41) e, portanto, quaisquer deslizes de seus comportamentos as colocariam no lugar de réis, ainda que fossem as vítimas.

Em grande parte dos casos, a imprensa ganha um lugar de destaque na construção do crime, pois é ela que faz com que a cidade e seus distintos olhares permeiem o espaço doméstico, trazendo os relatos sobre o crime para o cotidiano, introduzindo o crime nas relações sociais (KALIFA, 2019, p. 419-420).

Mais do que tecer uma narrativa sobre a história da mulher, pretendemos aqui abordar a forma como a cidade e os espaços urbano e doméstico, e como a presença de tais mulheres, suas relações e vivências urbanas foram fundamentais para que tivessem suas vidas ameaçadas e, em alguns casos, ceifadas, pois, “de alguma forma, a tendência mais generalizadora estabelecia a ordem moral ao definir seus valores durante o processo e ao punir indiretamente as ofendidas pela improcedência do caso e/ou inocência do acusado” (ESTEVES, 1989, p. 83).

É justamente por isso que essas mulheres ocupam o espaço de marginais dentro da nossa análise. É a cidade e o espaço, com suas normas e costumes, que terminam por marginalizar os comportamentos de algumas mulheres, inserindo a vida urbana dentro da vida doméstica, ou seja, o espaço que deveria protegê-las é justamente o que tira suas vidas.

Apresentaremos aqui, portanto, as histórias de mulheres que viveram e perderam suas vidas na cidade e a forma como o espaço público invadiu a esfera privada, permitindo que, de vítimas, essas mulheres se tornassem culpadas pelos próprios destinos.

Guiomar

Guiomar Moreira da Costa Guimarães tinha 26 anos quando, na manhã do dia 16 de junho de 1926, após uma discussão com o marido, Moacyr de Castro Guimarães, foi alvejada por seis tiros, tombando no chão da sala de sua casa, na Rua Dr. Vila Nova n. 24², na Vila Buarque, bairro habitado pelas classes médias da cidade, ainda em ascensão e pouco distante do centro de São Paulo, para onde haviam se mudado pouco antes do crime.

2 Justificação: Moacyr de Castro Guimarães (1926). Processo 010E0093 – 0050 – 1 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Figura 1: A casa de Moacyr e Guiomar na Vila Buarque

Fonte: Correio Paulistano, edição 22593 de 17 de junho de 1926.

Figura 2: Guiomar Moreira da Costa Guimarães

Fonte: Correio Paulistano, edição 22593 de 17 de junho de 1926.

Moacyr de Castro Guimarães era funcionário da Drogaria Orion, na Rua do Carmo n. 35, casado com dona Guiomar havia sete anos, e tinham quatro filhos, o mais velho com seis anos na ocasião do crime. É importante ressaltar que tal processo se tratava de uma justificativa e não de uma ação penal, uma vez que Moacyr não foi tornado réu pelo homicídio, tendo

apenas prestado esclarecimentos à polícia através de seu advogado, não prestando depoimento em nenhum momento.

É justamente a narrativa da cidade que vai fundamentar o “ímpeto de cólera contido a uma phrase que lhe fére fundo a dignidade de homem” (CORREIO PAULISTANO, 1926, p. 4). São as testemunhas que vão construir a narrativa, a partir do que contam sobre a vida de Guiomar para além do ambiente doméstico, também espetacularizado pela imprensa, que corrobora com tal processo. São eles que ajudam a construir a narrativa do adultério, no caso de Guiomar jamais comprovado, e que servem de justificativa para que Moacyr tenha “perdido a cabeça” e matado sua esposa. É justamente este o ponto destacado por Mariza Corrêa, que aponta que:

Na maioria das vezes o indispensável adultério da esposa é laboriosamente reconstruir tudo através de testemunhas, vizinhos amigos ou parentes do marido ou de ambos. (CORRÊA, 1981, p. 45)

Na justificação apresentada, o advogado de Moacyr – Marrey Junior, o mesmo de quem já falamos anteriormente – alegou que seu cliente sempre havia sido uma pessoa de comportamento exemplar, honesto e trabalhador, possuindo um gênio pacífico em todos os aspectos de sua vida, sendo bastante amoroso com sua família e um pai e marido exemplar, e nada deixando faltar em casa. O constante uso de adjetivos que remetem à idoneidade de Moacyr, ao mesmo tempo que buscam corroborar sua índole, evocam conceitos comuns da São Paulo do começo do século XX, pois, sendo trabalhador, contribuía implicitamente para o desenvolvimento da “cidade que mais cresce no mundo”, processo este que não encontra similaridade quando Guiomar é lembrada, uma mulher que não trabalha, e logo, teoricamente não contribuía com a economia da capital paulista³.

O mesmo Marrey Junior, no entanto, afirmou que a esposa não procedia da mesma conduta. Guiomar Guimarães, a quem Moacyr é acusado de ser o assassino, “desprezou inteiramente as carícias do justificante, faltando aos deveres conjugues e entregando-se francamente a uma vida desregrada” (ATJSP, 1926, p. 2), sendo nessas condições que, em um momento de desespero e após ouvir violentos insultos por parte da falecida esposa, Moacyr acabou pegando uma arma e atirando contra Guiomar, que morreu na hora.

O *Correio Paulistano*, ao noticiar o crime, também aponta a conduta de Guiomar como responsável pelo que aconteceu a ela. A manchete traz a seguinte frase: “atormentado pelos caprichos de uma esposa voluntariosa, um moço do commercio, trabalhador e honesto, vai buscar no crime a

solução para os seus tormentos” (CORREIO PAULISTANO, 1926, p. 4). Mais uma vez, a imprensa associando a figura masculina aos ideais do mundo do trabalho e da honestidade, e colocando Moacyr em um lugar de certo prestígio social.

Ao ouvirem os tiros, os vizinhos adentram o ambiente doméstico e se deparam com o corpo morto de Guiomar no chão da sala. São estas pessoas, junto com outras que nunca estiveram dentro da intimidade do casal, que serão testemunhas do crime. Paulo Garcez Marins, ao abordar a questão dos limites da privacidade nas metrópoles, nos traz a seguinte reflexão:

Privacidade, portanto, não poderia mais confundir-se com domesticidade, com os simples limites da casa, mas escapava para uma dimensão que abarcava os vizinhos. (MARINS, 2008, p. 136)

A afirmação de Marins ajuda a esclarecer o debate que propomos, pois, no momento em que os vizinhos adentram a casa de Guiomar e encontram seu corpo no chão, manifestam todo o processo de ocupação de um espaço com o qual, até então, não tinham qualquer familiaridade. O cadáver de uma mulher, além de motivo de curiosidade, serve de mensagem para que a cidade (no caso a vizinhança), espalhe os primeiros indícios do que viu, e tome dimensões que logo alcançarão a mídia, sobretudo folhetins e jornais. É justamente este o ponto que queremos tratar. Há uma mulher, marginalizada pela condição de ser supostamente adúltera, que, mesmo após a morte, terá seu lar violado e sua vida revista a partir dos olhos da cidade moderna e saneada, mas arraigada em diversos costumes.

A urbe moderna também está situada em um período de transição, no qual as mulheres começariam a ocupar a cidade de diversas formas, tal como as mulheres das classes mais baixas já faziam⁴, “no entanto, esse período caótico de transição significava que era cada vez mais difícil discernir o status e uma senhora nas ruas corria o risco do insulto final: ser confundida com uma ‘mulher pública’” (KERN, 2020, p. 24. Tradução nossa.).

As testemunhas do caso, unânimes em favor do assassino, ora afirmam sua integridade moral, ora desqualificam a postura de Guiomar. A primeira testemunha é Creso Miranda, diretor do Banco do Commercio e amigo de Moacyr desde a infância, que afirmou ser o amigo um homem de bem, distinto e conceituado, de família honesta, mas que estava decidido a faltar um dia em seu trabalho para investigar a esposa – a quem imaginava não ser uma mulher honesta –, mas que seria necessário comprovar sua infidelidade para que pudesse pedir o divórcio.

4 Importante lembrar como o trabalho de Maria Odila da Silva Dias é basilar para se compreender a ação pública de mulheres, em geral negras e pobres, nas ruas da cidade de São Paulo nos anos finais do século XIX. Tais mulheres, ao ocuparem as ruas com seus quitutes, doces, verduras e frutas, contribuía para que outras seguissem a trilha da presença nos mais diferentes espaços públicos. Contudo, como percebemos em nosso trabalho, a lógica de ocupação das ruas por mulheres não foi um processo totalmente aceito, mesmo nas primeiras décadas do século XX. Ver DIAS, 1984.

3 Interessante pensarmos como a construção da narrativa do progresso paulistano esteve calcada no ideal do trabalho e do crescimento da cidade, sem que se tocasse na questão e gênero, contudo, a bibliografia já apontou como esse ideal esteve associado aos homens da cidade, sobretudo ligados aos estratos economicamente mais altos. A partir dessa perspectiva, qual seria o papel das mulheres no crescimento da cidade? Pelos relatos de Moacyr, um explícito apagamento nos sistemas de trabalho, deslegitimando inclusive suas atuações no mercado de trabalho. Vide FERREIRA, 2002.

A infidelidade de Guiomar constantemente é trazida à tona pelas testemunhas presentes, sempre com base em suposições. Todas elas apontam como prova de sua infidelidade o fato de estar sempre com vestidos de seda novos que não teriam sido pagos pelo marido.

Tamires de Sousa e Silva, um estudante de engenharia, é o primeiro a trazer a presença de Guiomar para as ruas da cidade. Em sua narrativa, ele, que não era próximo de Moacyr, a quem conheceu pouco tempo antes do crime, e nem tampouco conhecia Guiomar, revelou que em fevereiro do ano do crime, após sair da casa de um amigo que fazia aniversário, estava esperando o bonde na esquina da Rua Maria Antônia com a Rua da Consolação, viu passar um automóvel da marca “Rugby” onde estava dona Guiomar em companhia de um rapaz que guiava o automóvel, um sentado ao lado do outro.

Depois deste dia, disse que estava com amigos e com Moacyr, e deu os traços do rapaz que viu em companhia de dona Guiomar. As pessoas com quem conversava a esse respeito disseram a ele que não conheciam nenhum rapaz com essas características como parente nem de Moacyr, nem de dona Guiomar. Ele então notou o fato de que anteriormente já tinha ouvido dizer que dona Guiomar não estava sendo honesta com o marido, julgando então o depoente que o rapaz que a acompanhava fosse amante de dona Guiomar.

Pouco depois desse dia, o depoente teve a oportunidade de se encontrar com dona Guiomar em diversas ruas da cidade, sendo que ora ela estava em companhia de uma moça, ora podia ser vista em companhia de outro rapaz, que também não era aquele do automóvel.

Ao contrário dos homens que foram retratados no capítulo 1, às mulheres era quase negada a experiência social de viver a cidade. Ela poderia acontecer somente dentro de um padrão de comportamento esperado e pretendido a uma mulher honesta e, no caso de Guiomar, que ocupava “uma posição social verdadeiramente prestigiosa, a de mulher casada” (SCHPUN, 1999, p. 92).

Logo, os testemunhos seguintes dão conta de que Guiomar tomava o bonde na Rua da Consolação todos os dias e que havia boatos que o fazia para frequentar “casas suspeitas” e “casas de rendez-vous” (ATJSP, 1926, p. 11), mas que não sabe se é verdadeiro que esse era o destino de seus passeios.

O escrivo Nelson Bonilha de Mello vai além em seu testemunho, afirmando que, no dia do crime, viu entrar na casa de Moacyr uma “mulher da vida” a quem conhecia e que quatro ou cinco dias depois, encontrou a mulher na Rua Guayanazes e perguntou o que ela tinha ido fazer na casa de Moacyr e de

dona Guiomar, ao que ela respondeu “que fora ver o cadáver de Guiomar, pois esta era sua conhecida da casa da Dadá e do largo do Arouche” (ATJSP, 1926, p. 17). Perguntado sobre a “casa da Dadá”, ele respondeu que a Casa da Dadá – que afirmou ser “uma preta” – ficava na Rua Aurora, quase na esquina com a Rua Vieira de Carvalho, e que era um rendez-vous, como era também a casa na Rua do Arouche n. 28.

Mais uma vez, cabe notar o lugar onde esta mulher foi colocada pela cidade, como uma dualidade entre a mulher casada, honesta e totalmente voltada para o lar, e a mulher mundana, que vivia a cidade. A ideia, como aponta Maria Martha Freire, está consolidada pela ideologia da domesticidade, “mantendo as mulheres prisioneiras a um sistema que só lhes oferecia duas opções: ser dona-de-casa ou prostituta” (FREIRE, 2006, p. 99). Tal afirmação encontra ressonância na rotina doméstica das casas paulistanas investigadas por Vânia Carneiro de Carvalho, que em seu livro *Gênero e Artefato*, expõe o fato de que

a realidade para as mulheres de segmentos sociais menos abastados ou simplesmente “remediados”, como aparecerem nomeados em muitos documentos, era um pouco diferente. Em casa, a mulher estava obrigada a trabalhar, fosse gerenciando os empregados e supervisionando as tarefas, fosse efetuando o serviço ela mesma, ao lado da filha ou de uma única empregada. (CARVALHO, 2008, p. 241).

A relação da infidelidade aparece novamente no depoimento da antiga empregada da casa, a alemã Edwiges Lysca, que sugere que dona Guiomar teria, além das questões já abordadas, um caso com o farmacêutico da esquina, que lhe cobria de perfumes e outros presentes caros, além de comprar para ela diversos pares de meias de seda e fazendas, os quais a própria Guiomar transformava em vestidos. Contou ainda que um de seus deveres como empregada era sempre estar vigiando a rua, para que pudesse avisar a patroa caso Moacyr descesse do bonde e ela estivesse costurando ou ao telefone com o farmacêutico.

Edwiges também relatou que Guiomar tinha intenção de abandonar Moacyr e partir com os filhos para o Rio de Janeiro, se separando, mas que havia sido impedida por sua mãe, que apontou os riscos de tal destempero.

Figura 3: **Salão Bijou, na Avenida São João**

Autor: Aurélio Becherini

Como vemos,

Qualquer depoimento que mencionasse “saídas à rua”, involuntariamente ou sob pressão do interrogatório realizado era aproveitado por nossos advogados para aprovar de maneira incontestada a não honestidade da ofendida. Essas saídas funcionavam como uma espécie de “ganchos” que, uma vez lançado pelo advogado do réu, constituía um passo decisivo no sentido de condenar uma mulher antes mesmo do início do julgamento. (ESTEVEZ, 1989, p. 44).

Curiosamente, a cena, como descreve o jornal Correio Paulistano, não foi vista por ninguém, “pois a cena se desenvolveu na intimidade de um lar, sem o testemunho de quem quer que fosse” (CORREIO PAULISTANO, 1926, p. 4). Ainda assim, a casa foi tomada pelas ruas. Ao desafiar as regras dos costumes, Guiomar acabou apontada dentro de sua casa pela vida que supunham que ela tinha na esfera pública, pertinente às mulheres casadas. Ressaltamos, porém, que a ideia de que Guiomar saía para qualquer fim desonesto ou libidinoso partiu das testemunhas, não havendo nenhuma menção ao que a levava às ruas. O hábito de fazer compras, frequentar casas de chá ou confeitarias, era parte do cotidiano das classes médias, sendo assim, suas saídas poderiam estar vinculadas a quaisquer outros costumes que não socialmente rejeitados⁵.

As historiadoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott delimitam bem o caso, ao apontar que:

Baseado na crença de uma natureza feminina, que adotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera privada o discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar a sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter do cidadão de amanhã. Dentro dessa ótica não existiria realização possível para as mulheres fora do lar; nem para os homens dentro da casa já que a ele pertencia a rua é o mundo do trabalho. (MALUF & MOTT, 2008, p. 373-374)

Guiomar pagou o preço de viver a vida urbana, de caminhar pela cidade e por suas confeitarias e cafés. É impossível imaginar qual era seu destino ao tomar o bonde na Rua da Consolação, mas fica evidente que a cidade também era vivida pelas mulheres ditas “honestas”.

Não existe qualquer informação sobre a penalização de Moacyr pelo crime, apenas a intenção do advogado de legitimar que ele lavou sua honra ao matar a esposa na sala de casa.

Ao não renunciar à vida urbana com o casamento, como coloca Michel Foucault, Guiomar traz para sua vida aspectos que são vinculados à vida mundana, à vida das prostitutas (FOUCAULT, 2020, p. 312-313), mas novamente questionamos: às mulheres era permitida a vida urbana? A cidade pertencia às mulheres ou eram elas resistentes às ordens de todo um sistema que insistia em afastá-las das ruas?

São muitas as que arriscaram a vida fora de suas casas, são muitas as que perderam suas vidas pelas relações com o mundo urbano. Guiomar é apenas um pequeno reflexo de uma sociedade machista e patriarcal, e das formas como a cidade conseguiu se impor em sua vida e em seu destino, mas, como veremos, ela não foi a única.

Ana, Josephina, Francisca e Maria

Não são raros os casos em que a embriaguez é motivadora de agressões domésticas. Relatos de homens alcoolizados que agrediram e quase tiraram a vida de esposas, companheiras ou mesmo de mulheres com quem viviam sem nenhuma relação, não são incomuns. Acontece, porém, que muitas vezes as agressões acontecem em habitações coletivas, como cortiços, pensões e outras casas de cômodos, fazendo com que a intimidade do lar seja permeada por diversas pessoas alheias às relações de parentesco.

No dia 10 de novembro de 1914, Henrique Gayoso chegou bastante embriagado ao pensionato onde vivia com os filhos e a esposa, Ana, uma alemã de 26 anos de idade. Após uma discussão com Ana, Henrique atirou contra ela, ferindo-a na região abdominal⁶.

O pensionato onde habitavam estava situado na Rua do Triunfo, na região da Santa Efigênia, espaço bastante famoso por seus diversos cortiços e outras formas de habitação coletiva e, como coloca Monique Félix Borin, “marcada pelo estigma de região ‘perigosa’ da cidade, pelas características de sua população, por empreendimentos comerciais ligados à boemia, e pela presença de cortiços onde ocorreram epidemias.” (BORIN, 2020, p. 114). No caso da rua em questão, o **Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços do Distrito de Sta. Ephigênia, de 1893**, a colocava na zona de abrangência do que deveria ser saneado, dados os vários casos de febre amarela que assolaram o bairro, ao final do século XIX (RODRIGUES, 2010, p. 79).

6 Sumário de Culpa: Henrique Gayoso (1914). Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Os cortiços da região já haviam sido alvo de outras intervenções por parte da municipalidade, a fim de sanear a região e acabar com as moradias consideradas insalubres, que se multiplicavam na Rua de Santa Ephigênia e adjacências.

Figura 4: **Rua do Triumpho**
Autor: Aurélio Becherini, 1920.

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, tombo DC/0000284/C.

É justamente o fato de se tratar de uma habitação coletiva que permite que a agressão sofrida por Ana tenha tantas testemunhas, das mais diversas origens, entre eles o irmão de Ana, Alfredo Fredericson, de 17 anos, além de copeiras, costureiras, operários, entre outros que estavam na pensão quando ouviram o disparo. Todos são unânimes ao afirmarem que Henrique Gayoso era dado ao vício da bebida e que se excedeu, atingindo Ana em meio à briga. Todas as testemunhas entraram no cômodo ocupado por eles ao ouvirem o disparo.

Gayoso foi preso em flagrante e, mesmo tentando alegar que não estava embriagado, o delegado Raphael Cantinho Filho considerou que ele estava em plena função de suas faculdades mentais e que as testemunhas eram unânimes ao atribuir a culpa da agressão a ele. O tiro, além de deixar marcas no ventre de Ana, penetrou seu ventre e, segundo a perícia, havia grande possibilidade de que ela se tornasse infértil pois, além do ferimento, Ana havia passado recentemente por um aborto, que havia deixado sequelas.

Diferente do caso de Guiomar, não existe nenhuma referência ao comportamento de Ana, nem sequer nenhuma menção à vida que ela tenha fora das paredes da pensão, mas fica claro que a maneira de viver traz para dentro da casa diversas pessoas alheias à vida daquela família.

Em 6 de fevereiro de 1929, Raul Carlos de Oliveira, residente em uma casa de cômodos no Largo do Arouche n. 20, agrediu

sua esposa, Josephina dos Santos, a socos e dentadas após ela pedir a ele que lhe desse dinheiro para pagar o aluguel⁷.

Através do depoimento dos vizinhos, sabemos que Raul e Josephina moram no porão do imóvel, onde viviam também diversas outras pessoas, todas testemunhas do evento. Como já tratamos anteriormente, a moradia nos porões não era permitida pelos **Códigos de Posturas Municipais** e **Códigos Sanitários**. No entanto, é interessante lembrar que “o tema ‘cortiços’ e ‘porões insalubres’ permanecia como um dos eixos dos problemas urbanos” (BRESCIANI, 2019, p. 401). Embora não seja foco desta tese, é importante destacar que a questão da moradia sempre foi alvo de disputa na cidade.

A moradia “insalubre”, representada pelos porões, cortiços e afins, era de fato um problema na cidade, mas, ao mesmo tempo que era condenada, era bastante praticada apesar das diversas tentativas de controle e de ordenamento sobre ela. O que garantia que tais espaços seguissem sendo usados para habitação era a grande demanda por moradias baratas em alguns locais da cidade, como nas proximidades da região da Santa Efigênia, por exemplo.

A ocupação de tais espaços pela população mais pobre da cidade se intensificou com o processo de transição da mão de obra cativa para a livre, ao mesmo tempo em que já eram considerados espaços de moradia da população negra das cidades brasileiras (CHALHOUB, 1996). Nesse caso, o fato de Raul e Josephina serem declarados pardos no processo nos oferece um indício da continuidade de ocupação, por este grupo da cidade, dos cortiços e demais moradas economicamente mais viáveis, acrescido pelo fato de todas as testemunhas terem em comum o fato de serem trabalhadores domésticos ou prestadores de serviço, morando na mesma casa, certamente dividindo ou alugando um dos cômodos disponíveis.

No decorrer do processo, sabemos que a casa pertenceu à família Capuano – que não por acaso também mora no mesmo endereço – são os irmãos José e Vicente Capuano, que em depoimento, revelam que ouviram os gritos de Josephina e correram para os baixos do imóvel, onde viram Raul arremessar uma moringa contra a companheira e, em seguida, agredir a socos e dentadas. Além dos irmãos, foram depoentes Assumpta e Ophelia Capuano.

Vicente Capuano diz, em depoimento, que sublocava vários cômodos nos baixos de sua casa, onde residiam diversas pessoas. A prática, comum em vários edifícios da cidade, permitia que os rendimentos desses proprietários fossem aplicados em um mercado de aluguéis com alta demanda, visto que a habitação para os setores mais pobres ainda era um problema crônico da cidade e os cortiços, porões

7 A Justiça contra Raul Carlos de Oliveira (1929). Processo TJ1 1001667117 – 7 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

8 O investimento em bens de raiz de tornou uma prática corrente nas cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XIX. Nesse ponto, ver os trabalhos de OLIVEIRA (2005) e BUENO (2016).

9 Summario de Culpa: Pedro Luporine (1927). Processo TJ1 10011667242 – 1 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

10 Maria Baptista de Oliveira (1931). Processo TJ1 1001674223 – 0 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

e estalagens passavam a desempenhar um papel paliativo diante do gradativo aumento do preço de imóveis na cidade. Capuano executava uma prática de reaproveitamento do imóvel em que morava, numa relação muito próxima de muitos dos proprietários de cortiços identificados no **Relatório de Santa Ifigênia**, de 1893⁸.

Apesar de pronunciado pelo crime, Raul não é encontrado pela polícia. Oito anos depois, sem que o processo tivesse continuidade, é extinto pelo sistema judiciário, não havendo qualquer menção ao que aconteceu com a vítima após a denúncia.

Outra agressão aqui abordada também ocorreu em uma moradia ilegal, mais uma vez em um porão, desta vez habitado por Francisca Barbosa, viúva, cozinheira e parda, que morava com sua filha, Maria Pedroso, na Rua Bento Freitas n. 49. O senhorio da casa, Bernardino Gonçalves, tinha como empregado um sujeito dito italiano, de nome Pedro Luporine, de cerca de 35 anos que, na noite de 2 de agosto de 1927, já bastante embriagado, tentou a todo custo arrombar a porta do cômodo onde Francisca e a filha moram, com a intenção de estuprar Maria⁹.

Ao sair em defesa da filha, Francisca, que era uma mulher idosa, de 60 anos de idade, foi agredida a socos por Pedro, ficando bastante machucada. Nesse caso, todos os vizinhos são testemunhas oculares do evento, de empregadas domésticas, a confeitadores e trabalhadores em geral, são não só testemunhas como habitantes de cômodos nos baixos do edifício, no qual também reside o senhorio.

Neste caso, apesar da inexistência de uma relação parental entre agressor e vítima, fica bastante evidente que as relações sociais no espaço dos porões e cortiços era bastante próxima, sem que fosse possível a preservação da intimidade pensada para o lar quando este era habitado por diversas famílias ao mesmo tempo, ou seja, não havia espaço para a discrição.

Na Rua Tabatinguera, uma das fronteiras do nosso perímetro, outro caso nos chama a atenção, o de Maria Baptista de Oliveira, mulher que era constantemente agredida pelo marido, fato confirmado por todos os moradores do mesmo imóvel¹⁰. Assim como nos outros casos relatados, novamente estamos diante de um espaço de moradia popular, onde a intimidade de um indivíduo não estava preservada, sendo compartilhadas ações e testemunhos até então vistos como privados.

Figura 5: **Rua Tabatinguera**
Autor: Aurélio Becherini, 1914.

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, tombo DC/0000445/E.

Figura 6: **Igreja da Boa Morte, na Rua Tabatinguera**
Autor: Aurélio Becherini, 1910.

Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, tombo DC/0000318/E.

Todas as vizinhas, habitantes da mesma casa, confirmaram em depoimento que Maria era constantemente agredida por seu companheiro, estando sempre com marcas das agressões pelo corpo. Quando morreu, Maria vestia um vestido de chita e combinação branca de algodão, vestes bastante simples, que evidenciam sua procedência humilde, dado o uso do tecido e a inexistência de adornos ou elementos que conferissem destaque ao corpo.

As testemunhas são todas mulheres pretas, todas empregadas domésticas que contaram à polícia que Maria era amasiada com um homem italiano chamado Luiz, que devido à constante agressão e violência sofrida, fez com que Maria passasse a viver em outro cômodo, nos baixos da mesma casa, mas que mesmo assim era procurada por Luiz. Dias antes de sua morte, Maria foi novamente agredida, ficando

com marcas que ficaram ainda mais evidentes em seu corpo após a morte.

Maria Roza Cezarina, com 24 anos e declarada preta, brasileira, solteira e doméstica, por ter visto uma aglomeração na casa onde morava, ficou sabendo que em um dos cômodos de baixo uma mulher havia falecido e que a mesma se chamava Maria. A depoente, por curiosidade, foi até o aposento onde Maria residia e de fato a viu já morta sobre sua cama. Ignora por que motivo Maria tinha falecido, sendo voz constante que dias antes ela havia sido agredida por seu amante, a quem a depoente não conhecia, mas que ficou sabendo pelos outros que ali estavam que era de nacionalidade italiana e se chamava Luiz. Soube também que Luiz maltratava muito Maria por motivos íntimos.

O depoimento de Maria Roza nos mostra que, mais uma vez, pessoas alheias àquela residência haviam invadido o espaço doméstico ao saberem que ali existia um corpo, bem como no caso da morte de Guiomar. O mesmo modo de agir, da rua entrar nas casas, se observa ainda que, desta vez, estejamos abordando um caso que envolve uma mulher negra e pertencente às classes mais baixas da cidade. A privacidade e a inviolabilidade do lar não são respeitadas.

Apesar dos depoimentos darem indícios que Maria morreu vítima da violência do marido, o delegado Cysalpino de Souza e Silva arquivou o processo, uma vez que o laudo da autópsia dava como a causa da morte de Maria uma grave nefrite¹¹, rejeitando a hipótese de que as agressões sofridas por ela tenham causado o óbito.

Podemos perceber, portanto, a fragilidade do espaço doméstico dos setores populares, sobretudo daqueles que viviam em cortiços, estalagens e porões da cidade, além da falta de segurança das mulheres no interior de suas próprias residências, uma vez que as moradias populares impediam que ações entre familiares ficassem restritas às suas casas, tornando públicos os lugares de moradia. Assim como observamos no capítulo 2, as moradias consideradas insalubres pelo poder público eram aquelas que concentravam o maior número de pessoas das classes baixas, e entre elas diversas pessoas negras, as quais a cidade também excluía e apagava de suas reformas.

Como seria, então, se uma figura não desejada conseguisse ocupar esses lugares sociais? Quais seriam as consequências para uma mulher que, mesmo em sua condição marginal, ousou não só estar ao lado dos homens que faziam a urbe, mas também ficou conhecida na cidade por sua própria existência? A cidade que apagou Maria, Josephina e Ana não conseguiu apagar Nenê Romano.

Nenê

Nenê Romano foi a meretriz mais famosa da cidade de São Paulo, no começo do século XX. Nascida em Turim, na Itália, em 1887, imigrou para o Brasil com sua família quando tinha 3 anos de idade. Nenê, ou Olga Romano, eram os nomes que usava no meretrício, e pelos quais ficaria famosa na cidade de São Paulo. Seu nome de batismo era Romilda Machiaverni, filha de Raymundo Machiaverni e de Filomena Eboli. Tinha quatro irmãos: Concórdia, Ernesto, Seraphim e Frederico¹².

Sua vida no meretrício começou quando ela ainda era muito jovem. Sua beleza chamava a atenção dos homens da cidade e logo ela passaria a ser uma das mulheres mais desejadas de São Paulo, com quem os mais distintos homens queriam estar. Logo, a bela mulher despertaria o interesse de homens importantes da cidade, bem como a ira de muitas mulheres.

12 Apesar dos documentos oficiais darem sua origem como italiana, registros de casamento e batismo da Igreja da Sé dão como nascimento e casamento de seus pais e irmãos a cidade de São Paulo, logo, é improvável que Nenê Romano tenha nascido na Itália. As certidões referentes a ela não foram localizadas nem no Brasil nem nos arquivos italianos.

Figura 7: **Nenê Romano**
Fonte: Revista Marreta, 1918.

É justamente a ira de uma dessas mulheres que a marcou para sempre. No Carnaval de 1918, Nenê Romano foi cortejada por um homem na Avenida Paulista. Ele era um dos pretendentes de Maria Eugênia Junqueira, a “Sinhazinha Junqueira”, filha de Iria Alves Ferreira, também conhecida como a “Rainha do Café”. Tomada de ciúmes, Maria Eugênia armou um plano para, primeiro se aproximar de Nenê e, depois, mandar que deformassem seu rosto.

11 Inflamação nos rins, prejudicando a filtragem de água, a eliminação de toxinas e provocando falência no órgão.

Aqui, resgatamos a metáfora utilizada no início desta tese, quando relacionamos um rosto cortado às diversas obras pelas quais passou a cidade no período abordado. O rosto em questão é justamente o de Nenê Romano, que em 20 de setembro de 1918, ao desembarcar de um táxi na porta de sua casa, já ao cair da tarde, na Rua Bento Freitas, n. 3, foi atacada por dois homens. Um a segurou após agredi-la com um porrete, o outro deu uma navalhada em seu rosto. Os homens fugiram deixando Nenê ensanguentada no chão.

Os homens a agrediram no momento em que sua criada, Adelita Justo, pagava o motorista do carro que as tinha deixado em casa. Após o ataque, ainda ensanguentada, Nenê e Adelita foram até o posto da polícia central, localizado no Beco do Pinto – curiosamente o mesmo que, anos mais tarde, receberia seu corpo –, onde registrou a ocorrência, realizou exame de corpo delito e recebeu os primeiros socorros. Seu rosto e pescoço agora estavam marcados por uma profunda cicatriz de 11 centímetros de comprimento. Diversos outros cortes de navalha atingiram e marcaram também os seus braços.

Figura 8: **A casa de Nenê Romano** na Rua Bento Freitas n. 3.

Fonte: O Estado de São Paulo de 25 de agosto de 1920.

Figura 9: A casa de Nenê Romano em 2021, na Rua Bento Freitas n. 28.

Autora: Rafaela Netto

O crime foi exaustivamente explorado no jornal *O Combate*, que repetidamente cobrava das autoridades alguma solução para o caso ou que a polícia encontrasse os eventuais culpados pelo crime bárbaro.

A casa, situada na esquina de um cinema e de uma movimentada padaria, ficava em uma rua de grande movimento, mas nenhum dos interrogados soube dizer quem poderia tê-la agredido, nem o motivo. Para o jornal, nem ela mesma conseguia imaginar quem poderia ter sido o mandante do crime pois não possuía nenhuma desavença, nem inimigos (O COMBATE, 26 de agosto de 1920).

O imóvel em que vivia Nenê Romano abrigava um bordel, onde moravam diversas outras mulheres. O alvará de construção, requerido pelo Sr. Domingos Moreira, diz pretender edificar no terreno pertencente ao Sr. Manuel Vieira Martins. A planta do imóvel nos mostra que a construção seria de grandes proporções, abrigando diversos quartos e alcovas, além de uma grande sala de visitas, como podemos ver na imagem a seguir:

Figura 10: **Planta do imóvel** situado na Rua Bento Freitas nº 3.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – Série Obras Particulares

Como já vimos anteriormente, a legislação proibia a existência de bordéis, mas eles existiam por toda a cidade e em grande concentração na região onde ficava localizada a casa de Nenê Romano.

O crime ficou sem solução por dois anos, sem que a polícia prendesse ou pudesse apontar qualquer suspeito do bárbaro ataque sofrido por Nenê Romano. Em 1920, após a prisão dos dois acusados por um outro crime, ocorrido na cidade de Ribeirão Preto, é que a agressão a Nenê volta a ser investigada.

Figura 11: **Notícia sobre o crime contra Nenê Romano**

Fonte: O Combate de 7 de outubro de 1918

Ao serem presos, os autores do “Crime de Cravinhos”¹³, Francisco França e Ignácio Alves, acabaram confessando também o ataque a Nenê Romano, ligando então a Sinhazinha Junqueira e sua mãe ao atentado sofrido pela meretriz. No entanto, a Sinhazinha Junqueira havia falecido quatro meses após o crime, restando então como acusada apenas sua mãe, além dos dois homens que executaram o ataque. Eles afirmaram que espreitaram Nenê Romano durante vários dias, esperando o momento oportuno para armar a cilada, mas ela sempre passava rapidamente pelo portão, até o dia em que se demorou mais ao descer do carro e acabou atacada.

Surpreendentemente, o advogado de Nenê Romano no processo instaurado contra dona Iria Junqueira e os homens que a agrediram era justamente a figura de Marrey Junior, o mesmo que defendeu Sabina Athanasio e Ricardo Fernandes e que, anos depois, seria o responsável pela defesa de Moacyr de Castro Guimarães, o assassino de dona Guiomar.

Eles optam por ingressar com uma ação contra os acusados, que são pronunciados pelo crime. Assim que isso acontece, em setembro de 1920, Nenê viaja para o Rio de Janeiro na companhia de uma amiga e se hospeda na praia de Copacabana, onde, segundo o jornal carioca Correio da Manhã, “também moram algumas criaturas lindas e trefegas como ela” (2 de setembro de 1920, p. 3).

13 Em 22 de maio de 1920, a polícia da cidade de Cravinhos, na região de Ribeirão Preto, encontrou o cadáver de um homem cujo rosto estava descarnado, as orelhas e a língua cortadas e com diversas mutilações no crânio, além de ferimentos nas costas e uma perfuração no ventre. O corpo, encontrado na fazenda Pau Alto, de propriedade da senhora Iria Junqueira, a "Rainha do Café", era do francês Alphonse Defforge, marido da filha de D. Iria, morta em 1919 de gripe espanhola. Para saber mais ver JORGE, Janes. **O Crime de Cravinhos:** Oligarquia e Sociedade em São Paulo (1920-1924). Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1998.

Notemos aqui a forma como a imprensa torna Nenê um espetáculo após o crime da navalhada. Antes disso, não existe nos jornais nenhuma menção a ela. Depois, no entanto, são diversas as passagens de sua vida pelas páginas dos jornais, desde viagens – como a descrita acima ao Rio de Janeiro – a também outras situações corriqueiras, como o furto de seu cãozinho, localizado posteriormente na Rua Ipiranga e pelo qual Nenê pagou o resgate. O evento foi noticiado pelas páginas do jornal O Combate, em 1921.

O papel ocupado pela imprensa novamente nos salta aos olhos, desta vez trazendo notoriedade à nossa personagem, ainda que quase sempre estejam relacionadas a ela palavras como “mundana” e “decaída”. Segundo Elizabeth Cancelli,

Havia, na verdade, também uma certa teatralidade na linguagem empregada nas notícias, e na maneira como eram e costumavam ser retratados os crimes. Certos crimes exceto os julgamentos chamavam tamanha atenção que figuravam como uma espécie de espetáculo público sobre a condição humana. (CANCELLI, 2001, p. 101)

As notícias, no entanto, também nos permitem compreender como essa mulher vivia a cidade. Como já vimos, as prostitutas não eram bem quistas nas rodas sociais, sendo vedado a elas o livre arbítrio quanto ao uso dos espaços do centro urbano. No entanto, as notícias de jornal nos mostram que ela não só circulava pela cidade, e também por outras, nas quais seu rosto também era conhecido, como vivia os espaços e sua presença era considerada ilustre, como nos mostra o periódico carioca Correio da Manhã, que em sua manchete aponta que a presença de Nenê é “uma novidade sensacional para os cariocas” (2 de setembro de 1920, p. 3).

Voltando ao crime, é justamente seu julgamento que colocaria Nenê ao lado do homem que mudaria novamente sua vida. A senhora Iria Junqueira faleceu subitamente antes de ser julgada. Nenê, no entanto, levou o caso adiante, conseguindo a condenação de Ignácio Alves pela agressão que sofreu. Francisco França foi absolvido por falta de provas.

Figura 12: **Nenê Romano**
Fonte: Acervo pessoal Paula Janovitch

O advogado de Iria Junqueira, Moacyr de Toledo Piza, ficou encantado pela beleza de Nenê. Logo os dois se apaixonaram e ela passou a viver em uma casa mantida por ele na Rua Timbiras n. 18, onde os dois se encontravam com frequência.

Moacyr de Toledo Piza pertencia a uma distinta família da aristocracia paulistana. Era advogado e jornalista, amigo de homens como o cronista Juó Bananere¹⁴. Moacyr escrevia para o jornal Correio Paulistano e frequentava as mais altas rodas da sociedade paulistana, um espaço bastante distante daquele ao qual estava destinado à sua amante. Logo, Nenê e Moacyr estavam bastante apaixonados e viveriam juntos por dois anos.

Nenê, no entanto, mantinha contatos e encontros com outros homens, motivo que acarretava o ciúme doentio de Moacyr, que chegou a agredi-la por diversas vezes, ameaçando tirá-la da vida. Duas dessas ocasiões foram narradas por sua amiga Martha Munhoz, uma espanhola que era amiga de Nenê desde a infância e que, assim como Nenê, ganhava a vida no meretrício¹⁵. Martha e Nenê passaram a viver juntas quando a amiga se mudou para a casa da Rua Timbiras, mas foi justamente o ciúme de Moacyr que fez com que Martha se mudasse, indo viver na Rua Aurora.

Notemos que, tanto Nenê quanto Martha, após sua mudança, viviam em um local de alta incidência do meretrício na cidade, embora saibamos que a casa em que vivia Nenê não era um bordel ou tampouco uma casa de cômodos onde mulheres exerciam o meretrício.

Martha então contou de um episódio que ocorreu quando ela ainda morava na casa de Nenê, em que em uma determinada ocasião, durante o jantar, houve uma briga entre Nenê e Moacyr, e este pegou um copo e arremessou contra Nenê, em direção ao rosto dela, mas que não a atingiu porque ela conseguiu desviar a tempo. O copo então espatifou de encontro à parede da sala e que ela, Martha, mais uma vez havia livrado a amiga de sucumbir nas mãos de Moacyr, o qual

14 Pseudônimo usado pelo escritor, poeta e engenheiro brasileiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, que usava em sua narrativa palavras escritas como a fala dos numerosos italianos imigrados para São Paulo.

15 Inquérito Policial (1923) – Moacyr de Toledo Piza e Romilda Machiaverni. Processo TJ1 – 1001283919 – 4 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

teria ameaçado de se atirar da janela por diversas vezes, de tão infeliz que estava.

Disse que em outra oportunidade ela, Alsina, Nenê e mais três rapazes estavam a cear no Anglo Park, no bairro do Tucuruvi, de propriedade de um sujeito de nome Noriac, quando foram surpreendidos com a chegada de Moacyr, que arrombou a porta da sala onde estavam e agrediu Nenê e o rapaz que estava com ela, dando também socos e bofetadas nos demais presentes. Em seguida, Moacyr agarrou Nenê pelo braço e a obrigou a acompanhá-lo e que foi este o fato que fez com que Nenê resolvesse deixar Moacyr.

Moacyr também tentou envolvimento na política paulistana, tendo se candidatado a vereador em 1920 e a deputado estadual em 1921. Ambas as tentativas não obtiveram sucesso, ainda que Moacyr tenha tentado recorrer do resultado por algumas vezes.

Em 1923, Moacyr publicou o livro *Roupa Suja*, no qual expunha diversos personagens da política paulista, entre eles o deputado Roberto Moreira e Washington Luís, que na ocasião era presidente do estado de São Paulo pelo Partido Republicano Paulista. Na obra, Piza atribuiu a ele a culpa pelo rompimento com Júlio Prestes “depois de longos annos de amizade fraterna” (PIZA, 1923, p. VII).

Na obra, Piza ataca com virulência a figura de Washington Luís, insinuando ser ele a manter e levar nas festas da mais alta elite

uma creatura elegante, bella, quasi divina, a atribuir sorrisos, como uma fonte perene de alegria. (...) E a dama é uma creatura elegante, bella, quase divina e, mais que tudo, **alegre**...Passa a festa, sem incidente; mas, passada a festa, vem conhecer-se a verdade. A verdade é um escândalo para a burguezia. (1923, p. 13-14. Grifo nosso)

A mulher em questão era Nenê Romano, a quem Moacyr Piza dizia ser amante do presidente do estado. Mais à frente, a figura de Washington Luís aparecerá de forma bastante velada, com a insinuação de que era ele quem mantinha Nenê Romano, pagando suas contas e permitindo que ela vivesse uma vida de luxos.

Piza segue seu ataque, acusando Washington Luís do desvio de recursos de uma grande quantia das obras públicas das estradas de rodagem pelo estado:

Sabe, portanto, o sr. Washington Luís que está gastando mais do que póde. E que está gastando mal, só não o

saberá... por fingimento. Faço-lhe esta justiça, porque o tenho na conta de um homem inteligente; e um homem inteligente vê logo que o dispêndio de fortunas enormes em estradas de rodagem, parallelas quasi, na sua maior extensão, às vias férreas por onde não passam, em um mês, quinhentos mil réis de mercadorias – é uma tolice, quando não seja um crime. (1923, p. 91-92)

Mais uma vez a história de uma mulher atravessa a história de um lugar. Nenê estava nas mais altas rodas da sociedade, lugar vetado a mulheres como ela, “de vida alegre”. É interessante também notar como ela se inseria naquele espaço, uma vez que seu rosto trazia uma profunda cicatriz e sua fama era bastante conhecida em toda a cidade. Aqui cabe questionar se a prostituição e as meretrizes eram de fato rechaçadas pelo espaço urbano.

Figura 13: **Nenê Romano**
Fonte: Acervo pessoal Paula Janovitch

Piza ataca veementemente o jornal *Correio Paulistano*, que como já dito anteriormente, era um veículo apoiador do PRP e da aristocracia paulista. Piza afirmava que o jornal era

o órgão do governo. Só sae no **Correio Paulistano** o que o governo auctorisa. Ora, sendo o sr. Washington Luis, como todo mundo sabe, o governo, não lhe fica bem que lhe chame de gênio o **Correio Paulistano**, porque elogio em boca própria é vitupério. (1923, p. 116. Grifos do autor)

Figura 14: Capa da obra *Roupa Suja*, de Moacyr de Toledo Piza

A publicação revoltou Nenê, que resolve pôr fim no seu relacionamento com Moacyr, após a publicação do livro. A copeira Luiza Mezas, funcionária da casa de Nenê, disse que a patroa tinha vergonha de Moacyr após a publicação do livro e que por isso havia resolvido deixá-lo, pois sabia que se o homem que a mantinha financeiramente soubesse de suas relações com Moacyr a abandonaria e que não convinha a Nenê abandonar o homem que lhe dava todo o dinheiro de que precisasse.

A obra não caiu bem na roda da política paulistana. O deputado Roberto Moreira chegou a desafiar Moacyr a um duelo, cujas regras foram publicadas nas páginas dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano*. O duelo, no entanto, não se efetivou, uma vez que ambos foram coagidos por amigos a desistir da ideia.

Nenê, no entanto, não voltou atrás em sua decisão de terminar o relacionamento com Moacyr que, segundo suas amigas e funcionárias, insistia diariamente para que ela o aceitasse

de volta, se escondendo entre carros e arbustos em frente à casa dela para vigiá-la dia e noite, uma vez que ela não aceitou reatar o romance com ele.

Em 25 de outubro de 1923, Nenê Romano se levantou às 8h, dia em que completava 26 anos. Após o café-da-manhã, Nenê foi à missa na igreja de Santa Efigênia na companhia do pai, da irmã Concórdia, do irmão Ernesto e de Martha, sua amiga de longa data. Novamente, cabe perceber sua circulação pela cidade e a aceitação de sua presença em lugares não comuns às meretrizes. Apesar disso, Nenê frequentava a igreja e contava com a companhia da família na missa pelo seu aniversário.

Ela almoçou com a família e, durante o dia, recebeu diversos presentes e flores enviados por ocasião do seu aniversário. Moacyr mandou um vaso de violetas, que Nenê mandou que as empregadas jogassem fora. Ela também disse que não atenderia aos telefonemas dele e, que caso ligasse, era para dizer que ela não estava em casa.

Às 20h, Nenê jantou com Ernesto e em seguida subiu para se arrumar. Moacyr ligou novamente e Nenê deu ordens para que as funcionárias apenas desligassem o telefone. Por volta das 21h, ela chamou um carro de aluguel na garagem de Luis Langone, na Rua Dom José de Barros n. 26. Langone era amigo de Nenê desde a infância, quando ambos ainda viviam no bairro do Brás e, no processo, contou que ela teve a infelicidade de entrar para a prostituição aos 18 anos de idade. Langone disse que Moacyr tinha por ela um ciúme doentio e que a perseguia e se escondia na casa de prostitutas vizinhas para observá-la.

A cerca das 22h, o carro guiado por Faustino da Rocha chegou ao endereço de Nenê, na Rua Timbiras. Assim que ela entrou no carro, Moacyr saltou em frente ao veículo, exigindo falar com ela. Após hesitar, Nenê permitiu que ele entrasse no carro e pediu a Faustino que seguisse em passeio pela cidade, não dizendo para onde ia. O carro então seguiu, mas Faustino percebeu que uma violenta discussão acontecia no banco de trás do carro, onde estavam Nenê e Moacyr.

Ele pôde notar o tom da conversa e percebeu que Moacyr discutia com Nenê, exigindo que ela lhe dissesse quais as pessoas que haviam frequentado sua casa e quais os lugares aonde ela havia ido durante sua ausência. Nenê seguia sem dar importância às acusações de Moacyr, mas Faustino notou que, no momento em que entrou na avenida Angélica, a discussão ficou ainda mais acalorada, e que no momento em que estavam próximos à rua Sergipe ouviu Nenê dizer a Moacyr “que era muito mulher”¹⁶ e que ele deixasse de tolices e a deixasse em paz, pois já estava cansada de aturar a ele e a seus ciúmes, que já estavam atrapalhando sua vida.

16 Folha 34.

Mapa 10: Trajeto do carro de Nenê Romano

Autor: Maíra Rosin

Relatou que Nenê também disse que por culpa de Moacyr já estava endividada pois a pessoa que a sustentava já não aparecia há dois meses por culpa dele e que já estava cansada de passar vergonha, já que em todo lugar que aparecia se referiam a ela como “mulher do Roupa Suja”. Faustino ainda contou que ouviu Moacyr dizer a Nenê que não se admirava de tal comentário, uma vez que “nada se podia esperar de uma mulher ordinária como ela” e que Nenê, ao ouvir a frase, virou seu rosto para o lado oposto de onde estava Moacyr, que pegou a arma. Ao ver que Moacyr apontava a arma para ela, Nenê questionou o ex-amante, dizendo “Ai, Moacyr...por quê?”, e então ele deu o primeiro tiro em Nenê.

O carro estava na Avenida Angélica, no cruzamento com a Rua Sergipe. Ao ouvir o tiro, o motorista se virou para trás e viu Nenê caída, ao mesmo tempo em que Moacyr desfechava outros tiros contra ela. O motorista, assustado, perguntou a Moacyr o que ele estava fazendo e ele, sem nada responder, voltou a arma para seu peito e atirou contra si, caindo de bruços sobre o fundo do automóvel.

Foram ao todo cinco tiros em Nenê, que atingiram seu peito, costelas, braço, pescoço e seu rosto, no mesmo lugar ocupado pela cicatriz que marcava seu rosto após o golpe da navalha, razão pela qual conheceu o homem que a matou.

Faustino contou ainda que Nenê faleceu imediatamente com os tiros, ficando no mesmo lugar onde estava sentada e caindo em cima do corpo de Moacyr com a trepidação do automóvel, já que o motorista dirigiu rapidamente em direção à delegacia da polícia central, na região da Sé, numa tentativa de salvar Moacyr, que ainda respirava, mas que acabou falecendo pouco antes que o motorista conseguisse chegar ao destino.

Nenê estava morta. Ela nunca chegou à comemoração de seu aniversário, organizada em uma casa no Jardim América, destino que indicou ao chamar o carro.

Tendo essa Delegacia conhecimento que hontem, 25 do corrente, cerca de 22 horas, na Avenida Angélica, próximo à rua Sergipe, o advogado dr. Moacyr de Toledo Pisa suicidou-se após haver desfechado diversos tiros de revolver contra Romilda Macchiaverni, também conhecida como Néné Romano, e com quem viajava no automóvel n. 276, ocasionando a morte da mesma. (ATJSP, 1923, p. 03)

Logo após o crime, a polícia avisou Martha sobre a morte da amiga. Martha então correu até a delegacia e foi a responsável pelo reconhecimento do corpo de Nenê ainda no necrotério. Ela vestia uma capa de pele escura e um vestido de seda bordado. Quatro dias após o crime, seu pai, Raymundo

Trajeto carro Nenê Romano

- 🏠 Casa Nenê Romano
- ★ Crime
- ✚ Delegacia
- ✕ Garage de Luxo

Mapa produzido a partir da Planta da Repartição de Águas e Esgotos da Cidade de São Paulo (1928) com dados do Processo TJ1 – 1001283919 – 4 do ATJSP
Raster georreferenciado: Grupo Himaco
Vetorização: Maíra Rosin
Software utilizado: QGIS
Projeção cartográfica: SAD 69 EPSG 29183

Machiaverni, foi até a delegacia reaver os pertences e joias que a filha usava quando foi morta, sendo eles: uma barrete de platina com dois brilhantes grandes e uma pérola, um anel de platina com um brilhante grande, um relógio com pulseira de metal branco que parece ser de platina cravejado de brilhantes ou diamantes, um colar que parece ser de pérolas pequenas, um par de brincos pendente de pérolas grandes, estando uma delas solta, um anel de platina com pequenos brilhantes ou diamantes com uma pedra azul no centro, um anel em formato de aliança circulado por pedrinhas que pareciam ser brilhantes, um porta carmim, uma chave e 100 réis e um níquel, uma carteirinha com espelho e um lenço de seda, uma bolsa de miçangas forrada de seda, um chapéu de seda preto com um alfinete de prender chapéu com diversas pedras brancas.

Logo na manhã seguinte, os jornais já ocupavam suas páginas com a notícia sobre o crime.

Figura 15: Notícia sobre a morte de Nenê Romano e Moacyr de Toledo Piza

Fonte: Correio da Manhã, edição 08997 de 27 de outubro de 1923

A polícia interrogou diversos amigos e as funcionárias de Nenê. Todos garantiram que ela era uma mulher muito simpática, mas que o relacionamento com Moacyr, há muito tempo, era violento e movido pelos ciúmes que o advogado tinha dela. Algumas das testemunhas falam sobre o relacionamento dela com “o velho”, o homem que bancava suas contas e que Moacyr acreditava ser Washington Luís. Também foram convocados para prestar depoimento alguns conhecidos de Moacyr, entre eles Vicente Ráo, que trabalhava no mesmo escritório que o advogado. Em comum, todos os depoimentos buscam afirmar que Moacyr havia se perdido pela paixão por Nenê, e que deveria ter cometido o crime “por alguma offensa n’aquela instante, pois ninguém ignora que era o doutor Moacyr um rapaz de muito caracter e de muito brio”¹⁷, assim como o Dr. Guilherme Prates, que esteve com Moacyr poucas horas antes do crime, no Hotel Esplanada, e relatou que ele não deu nenhum indício de que cometeria tal loucura naquele dia.

Figura 16: Moacyr Piza

Fonte: Revista A Cigarra, edição 192 de 1922.

No dia seguinte ao crime, as páginas do jornal *O Combate* estampavam a notícia da morte de Nenê e Moacyr com o seguinte texto:

Matou-se Moacyr Piza, o brilhante, o audaz, o valoroso escritor que todo São Paulo admirava. Matou-se depois de ter matado **Nenê Romano, a mulher fatal, que tinha um rosto de anjo e uma alma de perversa.**

A tragédia, que se desenrolou nas últimas horas da tranquilla noite de hontem, encheu de comoção e de tristezas todos aqueles – e eram muitos! – que conheciam os desventurados protagonistas da violenta scena.

Na lívida da madrugada de hoje, a notícia apesar dos esforços despendidos pelos parentes e pelos amigos do protagonista em occultal-a tornou-se imediatamente conhecida surpreendendo todos.

- Possível? – dizia-se – Possivel que Moacyr Piza, tão cheio de energia, tão cheio de audácia, talentoso e culto, orgulhoso do seu character; que nunca se acovardou perante qualquer seria ameaça; que sempre soube lutar contra os perigos da vida e da sua missão; que sempre olhou com desdém e com ar de desafio os seus inimigos e que sempre sorriu ao seu futuro que se lhe deparava fulgurante e cheio de verdes e belas esperanças; **possível que Moacyr Piza não pudesse afrontar o furacão de uma paixão torbida e desvairada e exterminando a vida da causadora de sua negra infelicidade, quisesse também exterminar a sua?**

Foi assim mesmo que se deu.

(...)

Nenê Romano, flôr da rua e da lama, mulher do povo e contra o povo, que possuía o sorriso que acendia os mais perigosos fogos da paixão torturante e louca; o mais completo symbolo da leviandade e da perversidade muliebre conseguiu, com a suggestão da mulher que faz soffrer e ri, armar o braço de Moacyr Piza e desafiar a morte.

E a morte venceu! ...

(O COMBATE, 26 de outubro de 1923, p. 3. Grifos nossos.)

Tanto o relatório final da polícia sobre o caso, quanto os outros diversos periódicos da cidade, como o *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, noticiaram a morte de Moacyr como provocada por Nenê e pela vida leviana que ela levava. Nos jornais não havia menção ao assassinato de Nenê, somente o suicídio de Moacyr, sempre acompanhado de palavras elogiosas sobre seu caráter e honestidade.

O enterro de ambos aconteceu nos dias seguintes à tragédia. Moacyr foi sepultado no Cemitério da Consolação e Nenê, após um longo velório que recebeu diversas mulheres e sua família, no Cemitério do Araçá.

Figura 17: **Túmulo de Moacyr de Toledo Piza**, no Cemitério da Consolação, em São Paulo.
A autora: Maíra Rosin

Figura 18: **Túmulo de Moacyr de Toledo Piza**, no Cemitério da Consolação, em São Paulo.
A autora: Maíra Rosin

O pai de Nenê, a quem ela suportava financeiramente, bem como um dos irmãos, faleceu dois anos após sua morte, em 1925¹⁸. Seu irmão mais novo, Seraphim, é interditado judicialmente pelo outro irmão Ernesto, em 1931, levado para o sanatório do Juquery, onde ficou até sua morte¹⁹.

Mesmo sendo vítima de um crime, Nenê foi silenciada por diversos meios, sendo acusada pela morte do homem que a matou. A “flor da rua e da lama” pagou por viver uma vida livre, por viver a cidade e ousar estar nos espaços onde as mulheres não deveriam pisar. Sua vida e sua morte nos servem como metáfora para a compreensão sobre o que significava para uma mulher a ousadia de viver o espaço urbano, de permeiar caminhos e significados, entrando na missa e nas mais altas rodas da sociedade paulistana com seu rosto marcado. Assim como ela, outras mulheres, sem nenhuma

fama, homens bêbados e tantas outras figuras da noite lutaram por suas existências nos espaços transformados e rasgados pelos projetos urbanísticos que estavam sendo colocados em prática naquele momento.

Morrer na cidade

A cidade moderna não estava preparada para os corpos que não podiam ser controlados, para as mulheres cujas existências não foram previstas nos traços das pranchetas dos projetos urbanos, pois suas permanências iam contra o embelezamento do qual São Paulo agora precisava. De acordo com Sueann Caulfield, a cidade moderna, seus legisladores e as autoridades temiam, sobretudo, a “mistura promíscua” que cidade provocava (CAULFIELD, 2005, p. 119), promovendo o encontro dos sujeitos indesejáveis com aqueles para quem os espaços haviam sido pensados, homens e mulheres, mulheres honestas e prostitutas, presidentes da província com mundanas. A autora aborda ainda a forma como os espaços privados e público se misturavam, bem como a ideia de mulheres puras e impuras (2005, p. 120), cuja menor interação com o ambiente podia mudar o papel social por ela exercido no espaço urbano.

Margareth Rago, ao abordar a presença feminina na cidade de São Paulo através dos cronistas do começo do século XX, revela que sempre que a presença feminina é citada, ela aparece permeada pela intenção de glorificar os empreendimentos urbanos realizados por seus governantes (RAGO, 2008, p. 65), apontando ainda que:

Contudo, vale notar que as referências a presença feminina nas ruas centrais da cidade recobrem uma valoração moral: ora se observa que as mulheres estão desacompanhadas de pais e maridos, ora se focalizam suas vestimentas e as reações psicológicas que provocavam no outro sexo. (2005, p. 65)

As mulheres se libertavam das amarras sociais impostas pelo patriarcado na mesma medida em que a cidade se modernizava. No entanto, a pretensa relação harmoniosa das mulheres com a urbe esbarrava em diversos dogmas e padrões, aos quais todas as mulheres, sem nenhuma exceção, estavam submetidas. Qualquer reação fora das normas esperadas, fora dos planos, era reprovada e veementemente reprimida. Uma vez quebradas as regras, as mulheres passavam então a ser culpadas pelos próprios destinos, ou seja, pela própria morte.

18 Inventário de Raymundo Machiaverni (1925). Processo TJ1 1001561606-8 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

19 Diário Oficial do Estado de São Paulo, 11 de outubro de 1931, p. 21.

Michelle Perrot aponta que “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas” (PERROT, 2007, p. 16). Suas histórias fazem parte das narrativas encontradas nas fontes escritas por homens, que terminaram de silenciar suas narrativas, trazendo para si o poder de contar a história das mulheres. Seus vestígios se encontram nas histórias dos outros e as fontes devem correr, portanto, através do olhar de quem as lê, buscando quebrar o silêncio de algumas como porta-vozes de tantas outras cujas vidas se perderam na cidade.

São Paulo não foi pensada por e nem para as mulheres, ainda que elas formassem um imenso corpo presente e vivo entre as ruas, avenidas, becos e bordéis. Como afirma Ermínia Maricato, “o urbanismo brasileiro não tem um comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas” (2013, p. 122), e essa parte não incluiu as figuras femininas em seus planos.

Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
E os pintores e os vendedores
As senhoras e os senhores
E os guardas e os inspetores
Fossem somente crianças

A cidade ideal, Chico Buarque (1977)

CONCLUSÃO

Durante o percurso aqui abordado, buscamos, através das experiências de pessoas que viveram a e na cidade, trabalhar a relação de suas presenças com o espaço urbano, que sofreu grandes transformações e intervenções, nas primeiras décadas do século XX.

É de pessoas comuns que as cidades se constroem. São as diversas mulheres e homens, cujas vidas anônimas formam o verdadeiro corpo da cidade, e existem apesar das diversas tentativas de controle por parte do poder público. Corpos que resistem e incomodam, fazendo emergir outras cidades.

Nos parece que a ideia de cidade moderna nasce de um mesmo processo de silenciamento, pois ela se apoia em um discurso de verdade sobre o espaço que a torna irremediável. Na sua conquista dos grandes centros urbanos, tal ideia raramente se instala sem demolir o que está no seu caminho. A destruição de tudo que não cabe dentro deste novo padrão que é a modernidade é um sacrifício necessário para a criação de um espaço renovado. (URVOY, 2016, p. 112-113)

Ao longo do texto, observamos como os silêncios se impõem na história urbana, sobretudo em relação à história das mulheres e às formas que eram vistas aos olhos dos outros. Os processos de apagamento da memória passaram por todas elas, em suas mais diversas condições, nos revelando que a própria condição feminina era parte do processo de exclusão do espaço, uma vez que nem mesmo as mulheres das classes médias ou as que tinham acesso aos ambientes das elites foram poupadas do esquecimento.

A “higienização” e “moralização” da cidade velha, aumentando o aburguesamento e a entrada de capitais no centro, como vimos, não conseguiram impedir as diversas resistências e manutenções, mesmo quando as tentativas de controle ultrapassaram a ordem dos planejadores do espaço urbano.

Ermínia Maricato, ao analisar os processos de urbanização das cidades brasileiras, aponta que:

Entre 1875 e 1906, a elite brasileira tinha condições hegemônicas suficientes para debater abertamente (isto, evidentemente entre os iguais) um plano de obras urbanas a ser implantado. Esses planos se referiam especialmente ao melhoramento e ao embelezamento da cidade. As elites tinham um plano urbano. (2013, p. 137)

Em São Paulo, eles foram sucessivamente executados como vitrines da cidade, ignorando ou buscando afastar do ideal os indesejáveis que, como vimos, seguiram afirmando suas existências e seu direito à cidade. Por isso, é importante compreender a forma como a geografia urbana se coloca nas relações humanas estabelecidas na cidade.

Bêbados, prostitutas e outras mulheres mantiveram a circulação pelos espaços agora melhorados e embelezados pelo capital e pelo ideal de formação da “cidade moderna”, que passava também pelas relações ao acesso à cultura e outros bens, apoiados pela polícia e por outras relações de controle que permeavam a cidade.

Maricato aponta ainda que “para a cidade legal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias” (MARICATO, 2013, p. 122). Este “lugar fora das ideias” é o espaço que tentamos aqui demonstrar, em conjunto com a cartografia, para reafirmar os processos que percebemos ao olhar para os processos-crime, uma fonte não usual para o trabalho com o urbanismo.

O fenômeno que aqui analisamos não é exclusivo da cidade de São Paulo, como aponta Philippe Urvoy. Ele também ocorreu em outras cidades, como Paris, Barcelona e até mesmo no Rio de Janeiro. Urvoy observa que:

No caso do Rio, a virada do século será o primeiro capítulo de uma luta simbólica através da qual o poder municipal e as elites tentarão repetidas vezes, sem nunca encontrar um sucesso completo, expulsar as populações mais pobres e as favelas do centro da cidade – disputa espacial que vai se tornar a regra na maioria das grandes cidades brasileiras. (URVOY, 2016, p. 113)

Ou seja, por mais que os anos passem, continuaremos a encontrar permanências às tentativas constantes do poder público de tornar a cidade “moderna” – ou pelo menos a parte que interessava às elites e ao capital – e continuaremos a perceber os mesmos personagens que ali (r)existem através dos tempos, salvo raras exceções de sucesso, como o confinamento da prostituição no Bom Retiro, que como podemos imaginar, também não representava a totalidade das mulheres que exerciam o meretrício na cidade.

As posturas municipais, entre outras leis, ignoraram uma parcela significativa da população que vivia de maneira irregular, muitas vezes impulsionada pela especulação imobiliária. Para tanto, foram postos em prática outros mecanismos de controle, como a Polícia de Costumes e até mesmo o Departamento de Cultura que, apesar de não terem

como função regular o espaço urbano, interferiram severamente em seu funcionamento. A presença da ilegalidade é resultado direto de um processo de urbanização que, ao invés de integrar, segrega e exclui seus indesejados.

As tentativas constantes de interferência no território urbano funcionam apenas nas pranchetas dos engenheiros e arquitetos que planejaram a cidade. As ideias se contrapõem às práticas, fazendo com que todas as memórias ali soterradas e silenciadas, como já abordamos a partir da perspectiva de Paul Ricoeur, sempre voltem à tona, pois são indissociáveis do espaço urbano.

São concepções que não funcionariam sequer em cidades vazias, pois quem faz o espaço são aqueles que o habitam. A vida noturna, o jogo, as brigas, o álcool, a prostituição e todos aqueles envolvidos com a cidade, incluindo até mesmo o corpo policial e os planejadores, que também viviam os espaços escusos, são quem trará a verdadeira cidade aos nossos olhos.

Os mapas também nos conferem apenas um poder de representação do espaço, sendo incapazes de contá-lo em sua totalidade. Eles não são capazes de demonstrar a exclusão das mulheres pretas ou mesmo os trajetos que dona Guiomar traçou e a levaram à morte. Plantas, mapas e planos atravessam o tempo como representações de um passado e são meros auxiliares na narrativa histórica.

A importância do espaço, já identificada por Fernand Braudel e pela ideia da geohistoire, perpassa as narrativas sociais, porém, é importante observar que o espaço urbano não se faz sozinho, ele está intimamente ligado aos que por ele passaram. Portanto, estar à margem não significa uma exclusão territorial, mas a maneira como essas pessoas foram vistas aos olhos da lei e dos costumes.

Mas aquelas e aqueles que gostam de percorrer a cidade e seus recantos fora dos caminhos traçados sabem como a intensidade política que existe dentro dos vínculos que ali se estabelecem, dentro dos conflitos que a atravessam e a transformam, é real, contagiante, portadora de realidades diversas, muitas vezes instigantes, mas também desconfortáveis, complexas. (URVOY, 2016, p. 115)

Aqui, nossa intenção foi passar por todas essas realidades que normalmente estão fora das análises sobre o urbano, buscando através de fontes inusitadas para a abordagem do tema refletir sobre suas vivências urbanas e propondo a reflexão sobre o que de fato forma a cidade.

Vale lembrar que o grito dos excluídos é, muitas vezes, mais forte que as demolições, alargamentos e planejadores. São eles que de fato se fazem valer dos espaços, subvertendo a ordem e os ideais. São luz e sombras que caminham pela luz fraca da iluminação a gás do início do século XX, emergindo dos botequins e bordéis e, de fato, ocupando os lugares que sempre lhes pertenceram.

Não por acaso, a maior parte dos sujeitos excluídos dos processos de urbanização da cidade de São Paulo são as mulheres, alvo também das maiores tentativas de controle de seus corpos e dos espaços que estes ocuparam. Leslie Kern destaca o que aqui trabalhamos, “o simbolismo de gênero do ambiente urbano construído é um lembrete sobre quem construiu a cidade” (KERN, 2020, p. 45), ou seja, homens cujas vivências eram bastante diferentes das daqueles que de fato estavam vivendo o espaço urbano.

Dores, amores, traçados e cicatrizes como formas de expressão de toda uma vivência. Marcas que transformaram a cidade e as tantas vidas que ela abrigou, sem nunca atingir os desejos que os planos propuseram para ela, porque São Paulo nunca foi a cidade dos sonhos, a cidade ideal, mas sempre aquela dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor. Essa não é uma história sobre alamedas verdes, *boulevards* saneados ou ruas largas e planejadas, mas da gente comum que viveu e morreu em uma cidade que buscou, a todo custo, minar suas existências em nome do embelezamento e dos melhoramentos urbanos.

BIBLIOGRAFIA

ABDANUR, Elizabeth França. **Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo**: O Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade (1935-1938). Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 1992.

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo (1870-1920). São Paulo: Brasiliense, 1986, 2a Edição.

AMERICANO, Jorge. “O Padre Gazineu”. **São Paulo naquele tempo** (1895-1915). São Paulo: Saraiva, 1957.

ANTONIO, João. **Malagueta, Perus e Bacanaço**. São Paulo: Cosac Nayf, 2004.

ARAUJO, Oscar. Egídio de. “Enquistamentos étnicos”. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, n. 6, p. 227-246, mar. 1940.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARQUIVO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS. **Guia do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís**, São Paulo: DPH, 2007.

ATIQUE, Fernando; CAMPOS, Cristina de e DANTAS, George (Orgs.). **Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território**. São Paulo: Alameda, 2013.

BARBUY, Heloisa. **A cidade-exposição: Comércio e cosmopolitismo em São Paulo (1860-1914)**. São Paulo: Edusp, 2006.

BASTOS, Regina. “A divisão de turismo e divertimentos públicos do departamento de cultura da cidade de São Paulo”. **RBTUR**, São Paulo, 14 (1), p. 51-67, jan./abr. 2020.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

BESSA, Virginia de Almeida. “A política do silêncio: Mário de Andrade, o teatro musicado e a presença estrangeira na São Paulo dos anos 1920 e 1930”. **Revista Histórica** (São Paulo), n.179, a02819, 2020.

BODENHAMER, David J.. “The Potencial of Spatial Humanities” in BODENHAMER, David J., CORRIGAN, John e HARRIS, Trevor M.. **The Spatial Humanities: GIS and the future of humanities scholarship**. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

BONADIO, Maria Claudia. **Moda: Costurando mulher e espaço público** – Estudo sobre a sociabilidade feminina na cidade de São Paulo 1913-1929. Dissertação de Mestrado, IFCH-Unicamp, 2000.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

BORIN, Monique Felix. **A Barra Funda e o fazer da cidade: experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920)**. Dissertação (Mestrado em História Social), São Paulo: FFLCHUSP, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BRESCIANI, Stella. **Da cidade e do Urbano**: experiências, sensibilidades, projetos. São Paulo: Alameda, 2018.

BRITTO, Flávia; MELLO, Joana; LIRA, José e RUBINO, Silvana (Orgs.). **Domesticidade, Gênero e Cultura Material**. São Paulo: CPC/EDUSP, 2017.

BROCANELI, Pérola Felipette. **O ressurgimento das águas na paisagem paulistana: fator fundamental para a cidade sustentável**. 2007. Tese de Doutorado em Paisagem e Ambiente, FAUUSP, 2007.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **A cidade como negócio (1809-1942)**. Tese de Livre-Docência, FAUUSP, 2018.

_____. **Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica**: São Paulo 1809-1950. São Paulo: FAU-USP, 2008 (2a. ed. EDUSP, 2016)

BURROUGH, Peter A. e MCDONELL, Rachael A. **Principles of Geographical Information Systems**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

CALIL, Carlos Augusto e PENTEADO, Flávio Rodrigo (Orgs.). **Mário de Andrade**: me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CAMPOS JR., Eudes de Mello. **Arquitetura paulistana sob o Império**. Tese de Doutorado, FAUUSP, 1996

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade**. São Paulo: Senac, 2000.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: Editora Unb, 2001.

CARVALHO, Clara Cristina Anaya de. **Cenas de uma capital em expansão**: aspectos da urbanização da Vila Mariana em São Paulo (1890-1914). São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. **A São Paulo de Menotti del Picchia**: Arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista. São Paulo: Alameda, 2008.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora Unicamp, 2005.

CERASOLI, Josianne. **Modernização no plural**: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** – v.1 Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

CHALHOUB, Sidney **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

_____. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial, São Paulo: Cia. das Letras, 1996

CHAZEL, Amy. **Leis da Sorte**: O jogo do bicho e a construção da vida pública urbana. Campinas: Unicamp, 2014.

CORDEIRO, Fernanda. “O direito à cidade sob a perspectiva de gênero”. **Anais do 3o Encontro Nacional de Política Social**, 2018.

CORDEIRO, Simone Lucena (Org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia**: sanitarismo e urbanização (1893). São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

CORREA, Mariza. **Morte em Família**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. **Joseph-Antoine Bouvard no Brasil**. Os Melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1991

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DICK, Maria Vicentina de Paula do A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

EMPLASA. **Memória Urbana: a grande São Paulo até 1940**, São Paulo: Arquivo do Estado/IMESP, 2001 (3 v.)

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **O Crime do Restaurante Chinês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **O Crime da Galeria de Cristal e os dois crimes da mala**: São Paulo, 1908-1928. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. “Uma paixão de outrora: a história de amor que movimentou São Paulo nos anos 20”. **Revista Piauí**, Julho, 2012. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/uma-paixao-de-outrora/>. Acesso em 11.jun.2021.

FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas**: A territorialização da prostituição feminina em São Paulo. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, 1989.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida**: A utopia médica do biodeterminismo. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **O SIG do passado tem futuro?** Disponível em http://downloads.gvsig.org/download/events/jornadas-lac/3as-jornadas-lac/articles/Article-Futuro_SIG_curso_historia_Unifesp.pdf acessado em 20/02/2014.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Pedro Beresin Schleder. **A avenida de mil vias**: Conflito, contradição e ambivalência na modernização de São Paulo (1890-1920). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAUUSP, 2017.

FLOREAL, Silvio. **Ronda da Meia-Noite**: Vícios, Mistérios e Esplendores da Cidade de São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FONSECA, Guido. **História da Prostituição em São Paulo**. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** – v.4: As confissões da carne. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2008 (25ª edição).

_____. **Vigiar e Punir**: História da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 2009 (37ª edição).

FRAGELLI, Pedro. “Tradição e Revolução: Mário de Andrade e o patrimônio histórico e artístico nacional”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n. 75, pp. 114-161. Abr. 2020.

FREHSE, Fraya. **Ô da rua!** O Transeunte e o Advento da Modernidade em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2011.

_____. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: Edusp, 2005.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese de doutorado, FIOCRUZ, 2006.

FREITAS, Frederico. “Spatial History e humanidades digitais, uma entrevista com o brasilianista Zephyr Frank” in **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.3, n.1, p. 375-393, 2014.

GREGORY, IAN e ELL, Paul. **Historical GIS**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GROSTEIN, Marta Dora. **A cidade clandestina**: os ritos e os mitos. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, 1987.

HARRIS, Ruth. **Assassinato e Loucura**: Medicina, leis e sociedade no fim de siècle. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS (IIDH). Informe regional. Situación y análisis del femicidio en la región centroamericana. Consejo Centroamericano de Procuradores de Derechos Humanos, 2006. Disponível em: <https://www.iidh.ed.cr/IIDH/media/1837/i-informe-regional-femicidio-español-2006.pdf>. Acesso em 17.dez.2020.

JANOVITCH, Paula Ester. **O menir de Pommery**. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 1994.

JEFFREYS, Sheila. **The idea of prostitution**. Melbourne: Spinifex, 1997.

JORGE, Janes. **O Crime de Cravinhos**: Oligarquia e Sociedade em São Paulo. Dissertação (mestrado em História Social), FFLCHUSP, 1998.

KERN, Leslie. **Feminist City**. Londres: Verso, 2020.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**: mulheres judias e prostituição. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LANNA, Ana Lúcia Duarte [et. al] (orgs.). **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011.

LARGMAN, Esther Regina. **Jovens Polacas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LÉFÈVRE, José Eduardo de Assis. **De beco a avenida**: A história da rua São Luiz. São Paulo: Edusp, 2006.

LEMOS, Carlos A. C.. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2006.

LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado: **História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LOMBROSO, Cesare e FERRERO, Guglielmo. **A Mulher Delinquente**: A prostituta e a mulher normal. São Paulo: Independently Published, 2019.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LÖWY, Michael. “A filosofia da história de Walter Benjamin”. **Estudos Avançados** 16 (45), 2002. pp. 199-206.

LUNA, Francisco e KLEIN, Herbert. **História econômica e social do estado de São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2019.

MARICATO, Ermínia. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil” In VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia e MOOJEN, Sonia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula**: Sociedade e arquitetura urbana no Brasil (sécs. XVII-XX). Tese de doutorado em História Social, FFLCHUSP, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MERRICK, Thomas e GRAHAM, Douglas. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MONTELEONE, Joana. **Sabores urbanos**: alimentação socialidade e consumo – São Paulo 1828-1910. São Paulo: Alameda, 2015.

MOTA, Carlos Guilherme. “Internacionalização da Arquitetura e da Crítica de Arte: Sérgio Milliet”. **Estudos Avançados** 33 (96), pp. 449-458, 2019.

MOTTA, Cândido. “Prostituição: polícia de costumes: lenocínio”. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, Brasil, v.5, p. 312 a 316, jan. 1897.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.) **História Econômica**: agricultura, indústria e populações. São Paulo: Alameda, 2006.

MÜLLER, Dalila e HALLAL, Dalila Rosa. Espaços Semiformais de Sociabilidade: a hospedagem em Pelotas no Século XIX. **Anais do X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Caxias do Sul, 2013. Disponível em: [https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/\[99\]x_anptur_2013.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/[99]x_anptur_2013.pdf). Acesso em 27.jan.2021.

MULLER, N. L. **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**, vol. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. **O mercado do prestígio**: Consumo, capitalismo e modernidade na São Paulo da “Belle Époque” (1890-1914). São Paulo: Alameda, 2014.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp, 1994.

PISA, Moacyr de Toledo. **Roupa Suja**: onde se faz o panegyrico de alguns homens honrados da política republicana. São Paulo, 1923.

PRADO JUNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo**: geografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História, n. 78)

PUCHEU, A. “O Carnaval Carioca, de Mário de Andrade”. **Via Atlântica**, n. 15, 2010. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50430>. Acesso em 15.out.2020.

RAGO, Margareth. “Vida boêmia” in PORTA, Paula (org.) **História da Cidade de São Paulo v. 3**: A cidade na primeira metade do século XX 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

_____. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

REBELLATHO, Martha e FREITAS, Frederico. “**Desafios e possibilidades do uso de Sistemas de Informação Geográfica na História**”. Paper apresentado no 5o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Maio de 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **São Paulo vila cidade metrópole**. São Paulo, 2004.

REIS, Philippe Arthur dos e ROSIN, Maíra. “Porque és o avesso do avesso: Conflito, resistência e modernidade na Avenida São João (São Paulo no início do século XX)”. **Anais da Latin American Studies Association**, 2019.

REIS, Philippe Arthur dos. **Construir, morar e viver para além do centro de São Paulo**: os setores médios entre a urbanização e as relações sociais do Brás (1870-1915). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e do Urbanismo), São Paulo: FAUUSP, 2017.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Paris: H. Garnier, 1908.

RIZZO, Paula Karine. **O Quadrilátero do Pecado**: A Formação da Boca do Lixo em São Paulo na Década de 50. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 2017.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: Nascimento do consumo séc XVII-XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, Jaime. “Da “chaga oculta” aos dormitórios urbanos: notas sobre higiene e habitação operária na São Paulo de fins do século XIX”. In: CORDEIRO, Simone Lucena (org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia**: sanitário e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

ROLNIK, Raquel. “São Paulo na virada do século: territórios e poder” in **Cadernos de História de São Paulo**. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, no 1, jan/dez 1992.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROSIN, Maíra. **Nos becos, cortiços e bordéis**: o uso das geotecnologias para a espacialização dos autos-crime de agressão em São Paulo (1890-1920). Dissertação (mestrado em História Social) FFLCHUSP, 2014.

_____. “A cidade de mulheres ocultas”. **Revista Quatro Cinco Um**, 12 de março de 2021. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/as-cidades-e-as-coisas/a-cidade-de-mulheres-ocultas>. Acesso em 11.jun.2021.

SALMONI, Anita & BENEDETTI, Emma. **Arquitetura italiana em São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

SAMPAIO, Maria Ruth A. de. **O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana**. São Paulo: Espaço e Debates, no 37

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**. São Paulo: Senac, 2007.

_____. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando as águas**. São Paulo: Alameda, 2011.

SAVIO, Marco A. C. **A cidade e as máquinas**: Bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930. São Paulo: Annablume, 2010.

SAVIO, Marco A. C. **A cidade e as máquinas**. São Paulo: Annablume, 2010.

SCHETTINI, Cristiana. **Que tenhas teu corpo**: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHNEK, Sheila. **Bexiga**: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931). Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAUUSP, 2016.

SCHPUN, Monica Raisa. “Luzes e sombras da cidade (São Paulo na obra de Mário de Andrade)”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 46, pp. 11-36, 2003.

_____. **A beleza em jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo, 1999.

SEGAWA, Hugo. **O Prelúdio da Metrópole**: Arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. (2ª edição)

SENA, Eduardo. “Um turbilhão sublime: Mário de Andrade e o Departamento de Cultura de São Paulo”. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2019, Rio de Janeiro. **Anais do X Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil** – v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SIMÕES JR., José Geraldo. **Anhangabaú**. São Paulo: SENAC, 2004.

SIQUEIRA, Lucília. Os hotéis na cidade de São Paulo na primeira década do século XX: diversidade no tamanho, na localização e nos serviços. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 32, no 63, 2012.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **O Discurso e a Cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

SZMRECSANYI, Tamas e SILVA, Sérgio S. (org). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 2002.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). São Paulo: Alameda, 2013.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: três cidades em um século**. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A Capital da Solidão**: Uma história de São Paulo das origens a 1900. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

_____. **A Capital da Vertigem**: Uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

URVOY, Philippe. “Por uma cartografia noturna: escrever a história dos territórios que não cabem no mapa”. **Revista Indisciplinar**, n.3, v.2, dez. 2016, 2016.

VAZ, Lílian Fessler. Uma história da habitação **coletiva na cidade do Rio de Janeiro** – Estudo da Modernidade através da moradia. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, 1994.

ANEXOS

LISTA DE ACERVOS CONSULTADOS

ARQUIVOS

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Arquivo Histórico Municipal

Arquivo Público do Estado de São Paulo

PERIÓDICOS

Correio da Manhã

Correio Paulistano

Folha da Manhã

Folha da Noite

O Combate

O Estado de São Paulo

LISTA DE FONTES

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Justiça contra Affonso Berges (1929). Processo número TJ1-10011274921-7 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A Justiça contra Antonio de Souza (1917). Processo A81 900H0566-0014-1 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Justiça contra Eunice de Campos (1929) Processo TJ1 1001667249-6 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Folha 17.

A Justiça contra Francisco e Emilio Amatuzzi (1906). Processo 024C0493 – 0027 – 0 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Justiça contra Gregório Prates da Fonseca (1917). Processo A81 – 1000026446 – 6 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Justiça contra Gumercindo Maciel (1935). Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Justiça contra João Cunha (1940). Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.
A Justiça contra João de Oliveira (1929). Processo número TJ1 1001667246-0 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A Justiça contra João de Oliveira (1929). Processo TJ1 1001667246 – 0 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Justiça contra Joaquim da Silva Ferreira (1940). Processo número TJ11001667134-2 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A Justiça contra Joaquim Procópio Pinto Chichorro Neto (1912). Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Justiça contra José Ferraz Leite e outros (1919). Processo 010G0532 – 0006 – 6 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A Justiça contra Raul Carlos de Oliveira (1929). Processo TJ1 1001667117 – 7 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Justiça contra Ricardo Fernandes e Athanasia Sabina (1909). Processo nº 05850244 – 0031 – 4 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A Justiça contra Sophia Tallermann (1912) – Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Auto de Execução – Francisco Freitas Lomelino e Maria Emilia Cerqueira (1936). Processo nº TJ1 - 1001285922 – 2 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo e Adoceu da Silva Netto (1926). Processo nº TJ1 – 1001360766 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo e Antonio Gomes Faria (1931). TJ1 – 1001360714 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo e Antonio Gomes Faria (1931). TJ1 – 1001360714 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo e Armando L. dos Passos (1930). Processo nº TJ1 – 1001360771 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo e J. Fernandes Camarinho (1931). Processo nº TJ1 – 1001360716 – 8 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Inquérito Policial (1922). Maria Querida. Processo 072A0613 – 0041 – 0 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Inquérito Policial (1923) – Moacyr de Toledo Piza e Romilda Machiaverni. Processo TJ1 – 1001283919 – 4 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Inventário de Raymundo Machiaverni (1925). Processo TJ1 1001561606-8 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Justificação: Moacyr de Castro Guimarães (1926). Processo número 010E0093 – 0050 – 1 do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Maria Baptista de Oliveira (1931). Processo TJ1 1001674223 – 0 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Sumário de Culpa: Henrique Gayoso (1914). Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Summario de Culpa (1912): Oscar Augusto do Nascimento e Ignacio Romeiro. Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Summario de Culpa (1915): José Benzano. Processo sem catalogação do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Summario de Culpa: A Justiça contra Pedro Drac (1929). Processo nº TJ1 – 1001673669 – 3 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Summario de Culpa: Pedro Luporine (1927). Processo TJ1 10011667242 – 1 do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO

Arquivo Histórico de São Paulo – Série Obras Particulares – OP 1910.002.936.

Arquivo Histórico Municipal – série Divertimentos Públicos – Caixas 1 a 4.

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Caixa 41 de Legislação.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo: ACADEPOL. Caixa 574 – 2ª Delegacia da Capital (1931-1932).

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo: ACADEPOL. Caixa 576 – 2ª Delegacia da Capital: Ofícios (1934-1935-1938).

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo: ACADEPOL. Caixa 614 – 2ª Delegacia da Capital (1936).